



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**GETULIANA SOUSA COLARES**

**PROJOVEM CAMPO: O OLHAR DA COMUNIDADE JAPUARA EM  
CANINDÉ/CEARÁ**

**FORTALEZA-CE**

**2018**

GETULIANA SOUSA COLARES

PROJOVEM CAMPO: O OLHAR DA COMUNIDADE JAPUARA EM CANINDÉ/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.  
Área de concentração: Movimentos sociais.  
Orientadora: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

FORTALEZA-CE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C649p Colares, Getuliana Sousa.  
ProJovem Campo: O olhar da Comunidade Japuara em Canindé/ Ceará / Getuliana Sousa Colares. –  
2018.  
107 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

1. Educação do Campo. 2. ProJovem Campo. 3. Educação de Jovens e Adultos. I. Título.

CDD 370

---

GETULIANA SOUSA COLARES

PROJOVEM CAMPO: O OLHAR DA COMUNIDADE JAPUARA EM CANINDÉ/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.  
Orientadora: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar forças para superar todas as dificuldades que surgiram ao longo da caminhada.

À minha família, em especial, à minha mãe, Maria de Jesus Sousa Colares, pelo apoio e incentivo na realização deste sonho.

Aos meus filhos, Getúlio Neto, Isabelly e Ana Karolina.

À minha orientadora, Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado, pela excelente orientação, pelo apoio, pelo acolhimento durante a pesquisa e, principalmente, pela confiança em mim depositada.

Ao Prof. Dr. Ribamar Furtado, pelas suas grandes contribuições para com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, pelos ensinamentos compartilhados ao longo das disciplinas cursadas.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Celecina Veras e Profa. Dra. Sandra Gadelha, por dedicarem o seu precioso tempo e conhecimento para contribuírem com este trabalho.

A todas as amizades construídas ao longo do mestrado: Wendel Melo, Gisele Silveira, Eryck Dieb, Rosilane Costa, Laelba Batista, Catarina, Falcão, Raquel, Marília, Benedito, Clarice, Fatima, Áquila, Claudionor.

A todas as pessoas que, apesar de não terem seus nomes aqui expostos, contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretude deste trabalho e realização deste grande sonho.

## RESUMO

Esta dissertação tem como título *ProJovem Campo: o olhar da comunidade Japuara em Canindé/ Ceará*. Observando este contexto, surgiu uma questão inquietante: de que forma os educandos e educadores da comunidade Japuara, em Canindé, percebem o Campo – Saberes da Terra. A investigação teve como objetivo analisar o ProJovem Campo – Saberes da Terra, a partir do olhar dos educandos e educadores da comunidade Japuara, procurando identificar, através desse olhar, como o programa contribuiu na vida dos jovens e adultos e no trabalho do campo. Os objetivos específicos foram: a) estudar a proposta pedagógica do Programa e b) perceber o ProJovem Campo – Saberes da Terra a partir do olhar dos educandos e educadores da comunidade Japuara, identificando suas possíveis contribuições na vida dos camponeses. Esta pesquisa foi realizada na comunidade Japuara, localizada a 8 quilômetros do município de Canindé, numa turma que funciona em um prédio municipal numa sala cedida, no turno da noite. O ProJovem Campo – Saberes da Terra é um Programa do Governo Federal brasileiro que atende educandos e educandas do campo, na expectativa de integrar os saberes na agricultura familiar campesina, construindo conhecimentos por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. Quanto ao referencial teórico, este consiste na teoria de Paulo Freire, segundo a qual a pedagogia do oprimido é a pedagogia dos homens empenhados na luta por sua libertação, pois isto colabora substancialmente para o fortalecimento da cultura e dos costumes locais, construindo, assim, sujeitos críticos, que conheçam sua realidade e que possam transformá-la através da educação. Com relação à metodologia, foi utilizada uma abordagem qualitativo-descritiva, do tipo estudo de caso. A pesquisa realizou-se em 3 etapas: na primeira, foram feitas observações na sala de aula; a segunda se deu por entrevistas com professores; e a terceira, grupo focal com alunos, para colher questões relacionadas ao olhar dos participantes do Programa. Os educadores do campo se preocupam com a relação das políticas públicas para o campo, frente a essa realidade que vivemos hoje no país, e é notório que os movimentos não foram em vão, pois, através das lutas sociais, conseguiu-se implantar vários projetos e escolas do campo, que defendem a cultura, as raízes, a identidade do povo camponês e fazem com que a população do campo não perca sua essência. Os achados da pesquisa revelam que o ProJovem Campo – Saberes da Terra trouxe contribuições para a vida social e profissional, ao gerar oportunidade de retornar à escola, fortalecer a agricultura familiar e valorizar a cultura campesina, trazendo uma proposta de Educação do Campo, para que os jovens tenham esperança de continuar a morar em suas terras, adquirindo saberes de

seu próprio local e aprendendo a conviver com o semiárido. O camponês tem direito a uma educação voltada para a realidade de seu povo, de acordo com suas necessidades e possibilidades para o fortalecimento da cultura camponesa.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. ProJovem Campo. Educação de Jovens e Adultos.

## **ABSTRACT**

This dissertation is titled as a young field: The look of the Japuara community in Canindé/Ceará. Observing this context arose an unsettling question: how the students and educators of the Japuara community, in Canindé, perceive the young field of knowing the Earth. The objective of the investigation was to analyze the Proyoung field-know-how of the Earth from the look of the students and educators of the Japuara community seeking to see in this look how the program contributed in the life of young people and adults and in the work of the field. The specific objectives were: to study the pedagogical proposal of the program, and to perceive the Proyoung field-knowing of the Earth, from the look of the students and educators of the Japuara community, identifying their possible contributions in the lives of the peasants. This research was carried out in the Japuara community located 8 kilometers from the municipality of Canindé, in a class that works in a municipal building in a room transferred, on the night shift. The Proyoung field-knowledge of the Earth is a program of the Brazilian Federal government that attends students and charges of the field, in the expectation of integrating the knowledge in the family agriculture peasant building awareness through the creation of public policies in Education systems that are stimulating family agriculture and sustainable development. As for the theoretical reference is the theory of Paulo Freire, according to which, the pedagogy of the oppressed is the pedagogy of men engaged in the struggle for their liberation, this contributes substantially to the strengthening of local culture and customs, Thus building critical subjects who know their reality and who can transform it through education. The methodology was used a descriptive qualitative approach, case study. The research was carried out in 3 stages: in the first observations were made in the classroom; The second interviews with teachers; And the third, focal group with students, to gather questions related to the look of the participants of the program. The educators of the field care about the relationship of public policies to the field, in the face of this reality that we live in the country today, it is notorious that the movements were not in vain, because through the social struggles were able to implement various projects and schools of the field That defend the culture, the roots, the identity of the peasant people and make the population of the country not lose their essence. However the findings of the research reveals that the Proyoung field-knowledge of the Earth brought contributions to the social and professional life, generating opportunity to return to school, strengthening of family agriculture and the appreciation of the Campesina culture, Bringing a proposal of education from the field, so that young people have hope of continuing to live on their land, acquiring knowledge of their own



place and learning to live with the semi-arid. The peasant is entitled to an education focused on the reality of his people, according to his needs and possibilities for strengthening peasant culture.

**Keywords:** Field Education. ProJovem Field. Youth and Adult Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama do desenho curricular do ProJovem Campo – Saberes da Terra .....	48
Figura 2 – Cadernos Pedagógicos .....	49

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Arco Ocupacional .....	51
Quadro 2 – Organização da Alternância das Turmas .....	56

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	30
<b>2.1</b>	<b>Como nasceu a Educação do Campo</b> .....	30
2.1.1	O ProJovem Campo – Saberes da Terra .....	33
2.1.2	Projeto Político Pedagógico do Campo .....	40
2.1.3	Organização Curricular .....	46
2.1.4	Eixos Temáticos .....	48
2.1.4.1	<i>Cadernos Pedagógicos</i> .....	49
2.1.5	Arcos Ocupacionais .....	50
2.1.6	Da qualificação social e profissional .....	52
2.1.7	Pedagogia da Alternância .....	53
2.1.8	Avaliação .....	56
<b>3</b>	<b>CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	57
<b>3.1</b>	<b>O lócus da pesquisa e a caracterização dos sujeitos</b> .....	58
3.1.1	Primeira etapa: observação na sala de aula .....	60
3.1.2	Segunda etapa: entrevista com educadores .....	61
3.1.3	Terceira etapa: Grupo focal com educandos .....	62
<b>4</b>	<b>RESULTADO DO CAMINHO PERCORRIDO</b> .....	65
<b>4.1</b>	<b>O olhar da Comunidade Japuara</b> .....	65
<b>4.2</b>	<b>A Realidade da sala de aula a partir da observação do pesquisador</b> .....	66
4.2.1	Pauta de observação nas aulas da professora Sabiá .....	67
4.2.2	Pauta de observação nas aulas do professor Juazeiro .....	69
4.2.3	Pauta de observação nas aulas do professor Oiticica .....	71
4.2.4	Pauta de observação nas aulas do professor Carnaúba .....	72
<b>4.3</b>	<b>Análises dos relatos de experiência</b> .....	74
<b>4.4</b>	<b>Categorização e análise das informações</b> .....	75
4.4.1	A compreensão dos educadores da comunidade Japuara em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra .....	76
4.4.2	Compreensão dos educandos da comunidade Japuara em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra .....	84
<b>4.5</b>	<b>Discussão dos resultados</b> .....	91

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>
	<b>APÊNDICE A – PAUTA DE OBSERVAÇÃO DA ATIVIDADE DE APLICAÇÃO PRÁTICA .....</b>	<b>111</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL AOS PROFESSORES .....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO A – A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO .....</b>	<b>113</b>
	<b>ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata de um estudo de caso sobre um programa para jovens, no que se refere ao olhar que os professores e alunos possuem sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra. Esta inquietação surgiu desde a minha inserção na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2001, quando comecei a lecionar nesta modalidade da Educação, na Escola Guilherme Lilienfeld e Senador Carlos Jereissati, foi amor à primeira vista ser professora de jovens e adultos, pois me dedicava e fazia o trabalho com amor.

Na época, minhas turmas eram superlotadas, mas acredito que os alunos se sentiam bem em estar na aula, pois, de certa forma, eu tentava sempre fazer uma aula diferente e inovadora. Numa turma da EJA deve-se trabalhar com afetividade e motivação, para que os educandos sintam segurança e mantenham a vontade e o interesse pelas aulas e continuem com o desejo de permanecer nas mesmas, como uma novela, que desperta os telespectadores para o próximo capítulo.

Gostaria de mencionar que também lecionei em outros programas: Alfabetização Solidária; Alfalit Brasil; Alfabetizar é crescer com a gente; SESI Educa Ciclo de Cultura. Em 2004, recebi um convite da Iolanda, uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, para ser coordenadora local do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), onde trabalhei no sertão central e no litoral, nos assentamentos das cidades de Canindé, Beberibe, Cariús e Iracema.

A cada dia, minha paixão pelo campo aumentava. O contato com os agricultores, suas denúncias, suas lutas, suas perseveranças, seus medos proporcionaram-me um olhar com respeito para os sujeitos que, com coragem, aos poucos construía sua história. No decorrer dos trabalhos do PRONERA, especializei-me em Gestão Escolar e no ensino de Biologia, pois minha admiração pelo campo só aumentava.

Percebia que a EJA realizada na zona rural, em assentamentos, procurava descobrir os arredores culturais que moldam novos perfis e que devem ser reforçados no processo educacional, conhecendo-se os significados pessoais e coletivos, políticos e ideológicos assumidos por esta educação diferente, uma educação que transforma, concretiza e renova.

Realmente, surpreendi-me com a importância dada à questão educacional no campo, apesar das difíceis condições de ensino. Essa modalidade é fruto de uma política pública conquistada pelos movimentos e isso quer dizer que as pessoas estão deixando a

consciência ingênua e aderindo à consciência crítica, sendo protagonistas de sua própria história.

Em 2009, fui selecionada como professora do ProJovem Campo – Saberes da Terra, onde ensinava na área da Ciência da Natureza e Matemática em dois assentamentos: Transval e Todos os Santos.

Esses acontecimentos levaram-me a trilhar, na Universidade Federal do Ceará (UFC), um curso de Especialização intitulado ProJovem Campo – Saberes da Terra (2011). Em 2016, participei da seleção para o Mestrado em Educação Brasileira na UFC, concorrendo para a linha de pesquisa *Movimentos Sociais Educação Popular e Escola*, com o eixo temático em Educação de Jovens e Adultos, dinâmicas sociais no campo e na cidade e políticas públicas. Em 2017, em consonância ao Mestrado, comecei outra especialização em Educação de Jovens e Adultos, já que tenho uma grande admiração por essa modalidade de ensino.

Para a presente dissertação, tive como objeto de estudo o ProJovem Campo – Saberes da Terra, sobre o qual desenvolvi o trabalho na comunidade Japudara, no município de Canindé, estado do Ceará, pois a educação representa um valioso passaporte de esperanças por melhores condições para o povo camponês. Como diz Paulo Freire (1987, p. 104), “[...] é a Pedagogia de libertação fundada no diálogo e no amor como forma de combate a uma educação excludente e opressora”. Freire propõe uma linguagem inovadora, dialógica, que instiga o oprimido a tomar consciência de seu papel como sujeito reflexivo e como agente de mudanças.

Portanto, passando por toda essa jornada, com dificuldades para alcançar metas, mas com esperança de que tudo neste caminhar seja positivo, com força, coragem e determinação, sinto orgulho de conseguir realizar meu grande sonho de ser uma profissional da educação, pois é o que gosto de fazer, é o que me impulsiona a socializar com outras pessoas tudo aquilo que aprendi e aprendo – já que somos seres inacabados de saberes. Fico feliz por poder contribuir para a formação de cidadãos críticos na educação do meu município.

No que diz respeito ao ProJovem Campo – Saberes da Terra, este representa uma conquista de direito dos povos que vivem e trabalham no campo, com a esperança de se tornarem críticos e transformadores de um novo olhar para o camponês. A escolha do tema da dissertação foi influenciada pela experiência desenvolvida no ProJovem Campo – Saberes da Terra, um programa desenvolvido com o apoio do Ministério da Educação (MEC), vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI).

Educadores e educadoras no campo preocupam-se com o processo de ensino e aprendizagem e a construção do conhecimento dos educandos, o que envolve as práticas no ensino do campo, especialmente no que se refere à formação de sujeitos críticos, considerando os aspectos da formação educacional como prática libertadora.

Sabe-se que as políticas públicas para a educação do campo são temáticas bastante debatidas pelos movimentos sociais e por seus estudiosos, tais como: Eliane Dayse Furtado (2002); Roseli Caldart (2004); Molina (2004); entre outros. Destacam-se também ações educativas do Movimento Eclesial de Base (MEB).

Nas últimas décadas, ampliaram-se iniciativas educacionais desenvolvidas pelos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) do campo, tais como: Associação Nacional pela Reforma Agrária (ANARA); Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs); Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Eclesial de Base (MEB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST); Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB); Comissão Pastoral da Terra (CPT). A disseminação de tantas iniciativas educacionais vai se configurando como um terreno de experimentação de diferentes concepções educativas e de propostas pedagógicas, assim como de produção teórica sobre a Educação do Campo.

Outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFA), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs). Essas instituições, inspiradas em modelos franceses e criadas no Brasil a partir de 1969 no Estado do Espírito Santo, associam aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário.

O ProJovem Campo utiliza uma proposta pedagógica bem interessante, conhecida como *Pedagogia da Alternância*. Esta metodologia da alternância funciona a partir da divisão em dois (2) espaços de tempo de atividades didáticas entre a escola e o convívio familiar camponês. Esse modelo tem sido estudado e elogiado por professores pesquisadores e alunos e é apontado pelos movimentos sociais como uma das alternativas prósperas para uma Educação do Campo com qualidade e continuidade.

A Educação do campo passou por diversas dificuldades na década de 1950, como falta de espaço e acesso às políticas públicas para uma educação efetiva, como mencionam SILVA JÚNIOR, F. da; BORGES NETTO, M. (2011, p. 04):



A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o apressado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo.

O desafio enfrentado pela educação do campo vem sendo baseado na organização das metodologias específicas para o campo, respeitando o conhecimento que as populações trazem de suas experiências de vida para a sala de aula, contextualizando teorias e práticas.

Essas discussões se acentuaram com os debates e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que propõe, no artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 02)

Observa-se, assim, que a Constituição e a LDB asseguram aos povos camponeses as adaptações necessárias quanto ao ensino voltado para o campo, proporcionando um currículo diferenciado para jovens e adultos desta área. As medidas de adequação da escola à vida do campo e sua valorização não estavam contempladas anteriormente na sua especificidade.

Segundo Leite (1999), a LDB promoveu a desvinculação da escola rural da escola urbana, exigindo da escola rural um planejamento ligado à vida rural, à realidade em que os educandos vivem, trabalhando com base nas vivências camponesas, de certo modo, sem marcas da urbanidade. Isto mostra que o campo está sendo visto como um potencial de culturas, identidade e saberes. No entanto, mesmo diante das mudanças propostas pela Lei, a problemática ligada à escola rural permaneceu nas escolas existentes no campo. Leite (1999, p. 55-56) aponta alguns problemas considerados nos anos 1990:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do aluno; acesso precário a informações gerais.
2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral;
3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por resoluções governamentais, com

vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos.

Diante dessas problemáticas, Leite (1999), Arroyo, Caldart e Molina (2004) afirmam que, nas últimas décadas do século XX, observa-se uma estimulante presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural do país, como, por exemplo, nos movimentos sociais do campo.

Tais sujeitos se mostram diferentes e exigem respeito e consideração, pois percebem que há um esquecimento deles, por parte dos órgãos governamentais e governantes. Mesmo com toda essa dificuldade de apoio a uma educação do campo efetiva nas comunidades, os camponeses lutam por uma escola do campo que não seja apenas uma imitação da escola urbana e, sim, uma escola que esteja atenta aos seus sujeitos e que trabalhe a realidade nas comunidades rurais, proporcionando condições para a permanência dos estudantes, a frequência escolar e a continuidade dos jovens e adultos do campo nas suas comunidades.

Para o entendimento da funcionalidade da educação do campo baseados no estudo da agricultura familiar, identidade, cultura, gênero e etnia, é imprescindível o conhecimento da realidade educacional, por isso, a grande importância dessas lutas. Com o passar do tempo, possibilitaram que fossem se concretizando sonhos de muitas pessoas que moram no campo, assim, surgiram propostas para uma educação do campo e uma dessas conquistas educacionais foi a implantação do ProJovem Campo – Saberes da Terra.

No que se refere ao ProJovem Campo – Saberes da Terra, o programa foi implantado na Comunidade Japuara, uma das comunidades rurais do município de Canindé, com o intuito de fortalecer os jovens e adultos do campo na qualificação social e profissional, oportunizando o retorno à escola àqueles que não tiveram, na sua idade regular, condições de concluírem o Ensino Fundamental, por questões de diversos problemas, como: gravidez na adolescência, família, escola distante, falta de incentivos, dentre outros. No entanto, o programa funciona em uma escola municipal, no turno da noite, em uma sala cedida. Percebe-se que o projeto veio para reativar o processo educacional dos camponeses, fortalecendo o desenvolvimento local, despertando nos jovens e adultos agricultores a continuidade de cultivar suas origens, culturas e costumes.

Neste contexto, houve uma questão inquietante: de que forma os educandos e educadores da comunidade Japuara, em Canindé, percebem o ProJovem Campo Saberes da Terra? Esta inquietação nasceu quando eu lecionava no ProJovem Campo – Saberes da Terra,

e este questionamento despertou a curiosidade de buscar compreender esta problemática, extrair do campo a solução para esse problema e ver, a partir do olhar da comunidade, quais as contribuições do programa para a vida dessas pessoas.

Observa-se que os camponeses esperam uma educação voltada para os valores, costumes e tradições do campo, que tenha uma proposta interdisciplinar que concentre teorias científicas e as práticas cotidianas dos sujeitos da localidade, contribuindo para a formação humana do agricultor na identidade, gênero e etnia. Por esta razão, surgiu a inquietação de estudar o programa.

A fim de compreender melhor a Educação do Campo e o contexto de Educação e a questão agrária, entende-se que há, atualmente, no campo brasileiro, uma intensa expansão da produção capitalista e, em consequência, a produção de um excedente de mão de obra necessária à sua produção. Como diz Silva (1996, p. 106), “[...] ficam na agricultura aqueles que conseguem se integrar a algum processo que se constitui num elo entre a produção e seu processamento sob o comando da agroindústria”.

É notório que esta caminhada histórica é a consequência do tipo de gerenciamento da questão agrária que se vem realizando no Brasil desde, pelo menos, a década de 1960. Conforme Delgado (2005, p. 15), “[...] a questão agrária no Brasil, desde pelo menos os anos 1960 é gerida no sentido da adoção de melhorias técnicas com o intuito de aumentar a oferta de alimentos, sendo esta também a perspectiva dos atuais governos”. Isto trouxe a expansão da oferta de alimentos, mas, também, o êxodo rural, e a partir dos anos 1980 começam a aparecer movimentos e organizações que passam a exigir a retomada da distribuição de terras.

Neste sentido, ao lado do Estado, houve ações postas em práticas pelos gerenciamentos dos anos 1980, mas, como demonstra Silva (1996, p. 14), “[...] embora tivessem um conjunto de intenções que tentassem ultrapassar a política da colonização do período anterior, não conseguiram este intento”. Chega-se aos anos 1990 sem uma resposta satisfatória à questão da reforma agrária.

Com isso, as tensões se acirram, dada a continuidade da expansão da produção sob o capital e a saída de agricultores do meio rural. Com a preocupação de ocasionar o desaparecimento da questão agrária, que tem suas raízes familiares históricas, as populações rurais lutaram contra este incidente, como demonstram as inúmeras ocupações de terra existentes no Brasil. A resposta do Estado para esta questão das ocupações vem a partir de meados dos anos 1990.

No entanto, se não se pode abrir mão de sua posição, de que a questão agrária é questão de crédito e técnica, aproveitando-se das posições do sindicalismo rural, para além de

ONGs e associações financiadoras, que passam a propor não mais mudanças significativas no campo, mas, sim, um “novo projeto de desenvolvimento” (FAVARETO, 2010; ZANELLA, 2004), que dependia de acesso às técnicas e financiamento por parte dos agricultores, até então aliviados destes mecanismos, o Estado passa a vender a ideia de que é possível um novo desenvolvimento no campo.

Oliveira e Dalmagro (2014, p. 102) mencionam que

[...] os conflitos no campo adotam políticas que podem ser divididas em dois grandes grupos: para os grandes agricultores, fora os perdões de suas dívidas, a isenção fiscal via queda do ICMS para a exportação de produtos básicos e os elevados investimentos em infraestrutura rodoviária e portuária, claramente direcionados ao barateamento do custo de exportação.

E, para os pequenos agricultores, em 1998, cria-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, sob seu apoio financeiro, lançam-se programas de financiamento a juros mais baixos, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o financiamento de terra também a juros subsidiados, tais como o Banco da Terra e Cédula da Terra. Podem-se citar o que os estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (FAO/INCRA, 2000, p. 07) mencionam:

[...] que a política agrária então adotada, condicionada ao atrelamento da economia aos novos circuitos de capital, que exigia o Brasil como local de produção e até processamento de alguns produtos, exprimiu-se na adoção de políticas de incentivo à produção e exportação de produtos tradicionais e novos, que poderiam ser produzidos em grandes estabelecimentos e na busca da conformação produtiva dos pequenos estabelecimentos.

Segundo Oliveira e Dalmagro (2014), subsidiariamente, para o mesmo público, busca-se criar um “mercado de terras” para abster-se de sua luta por estas. Na essência, nota-se a continuidade da gestão da questão agrária, buscando adoção de novas técnicas de produção e a negação da necessidade de alteração na estrutura da posse da terra. Em 2003, inicia-se uma nova gerência no Estado brasileiro, desta vez sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, que dura até 2010 e, com a eleição de sua sucessora, Dilma Vana Rousseff.

Na política agrária, deve ser destacada a perspectiva de que seria possível um rural com qualidade de vida para todos, com espaço de convívio entre a grande exploração agrícola, ou o agronegócio, e a denominada agricultura familiar. Esta se transforma numa política que em essência significa a continuidade do anunciado e praticado na gestão anterior: a implementação de políticas de incentivo aos grandes empreendimentos agrícolas junto às políticas para o incentivo à agricultura familiar. No primeiro grupo a criação de novos e mais complexos instrumentos privados de comercialização. No segundo grupo a ampliação dos contratos e volume de recursos do Pronaf. (OLIVEIRA; DELMAGRO, 2014, p. 102)

Além disto, é feita uma adequação da política de comercialização para os agricultores familiares com programas específicos – como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – e a facilitação para que este agricultor seja o fornecedor de uma fração da alimentação escolar, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNAE/FNDE). Ademais, há a redução das taxas de juros e o aumento dos prazos de carência e de pagamento nos Programas Banco da Terra e Cédula da Terra.

A opção do MDA é pela construção de um mundo rural onde a agricultura familiar tem papel de destaque, pois representaria o tipo de agricultura que gera mais renda e mais oportunidades de geração de ocupações e distribuição de renda no campo. Com isto, há a busca de um novo padrão de desenvolvimento para o agro, nos moldes do desenvolvimento rural sustentável, ou do desenvolvimento local e/ou do desenvolvimento territorial, todos em articulação com este novo ator. (OLIVEIRA; DELMAGRO, 2014, p. 103)

Assim, articula suas ações com o intuito de produzir uma agricultura que se insira no mercado, ou seja, que se torne um empreendedor, ativando a agricultura familiar e a sustentabilidade dos camponeses e melhorando as condições de vida nas comunidades. Na questão agrária, a estratégia do MDA, sob a gerência Luís Inácio Lula da Silva, passou a ser a inserção da reforma agrária integral. Isto significou uma diferença do que propunha a gerência Fernando Henrique, pois agora se passa a dizer que é necessário qualificar os assentamentos (BRASIL, 2007). Ou seja, há a necessidade, antes de buscar aumentar o número de assentamentos, de melhorar a qualidade de vida dos já existentes. Há que se colocar à disposição dos assentados políticas públicas de saúde, habitação, transporte e, inclusive, de educação, que melhore a qualidade de vida destas pessoas.

Percebe-se que o governo Lula melhorou a vida dos agricultores, proporcionando benefícios, como: projetos, assistência técnica, programas educacionais. Isso faz com que o povo do campo se sinta satisfeito pelas políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais e com o apoio que o governo proporcionou às comunidades rurais.

Deste modo, qualificam-se os sujeitos do campo e, se estes quiserem, exigirão a reforma agrária quando e se desejarem. Aqui entram em cena as políticas destinadas à educação em sua ligação com a política de reforma agrária integral. Isto porque, claramente, para o MDA, em seu interesse pela educação (e, neste caso, por aquela existente no campo), se coloca no tema do desenvolvimento rural sustentável, como forma de empoderar politicamente e capacitar tecnicamente os denominados sujeitos e povos do campo. Cita-se como exemplo de políticas públicas para o campo: o Programa Nacional de Reforma Agrária

(PRONERA), o Programa para jovens (ProJovem Campo – Saberes da Terra) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

Falando em um modelo de educação para aqueles que vivem no campo, o Estado começa a denominar de Educação do Campo, que passa, então, a ter a função, de um lado, de qualificar mão de obra para a construção de produção rural e, de outro, buscar o consenso para uma reforma agrária que não virá por ação deste, mas, sim, da luta dos povos do campo. Dadas tanto a necessidade de adequar a mão de obra no campo ao perfil exigido por sua reestruturação produtiva quanto à busca do consenso em torno de outra reforma agrária, agora supostamente integral, há a criação de uma Política Nacional de Educação do Campo.

Esta política se concretiza através de normativas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de leis ou mesmo de ações e programas do governo da União. No campo da legislação, em 2001, o CNE aprova a Resolução CNE/CEB número 1, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. No parágrafo único de seu artigo segundo estipula que a identidade da escola do campo “[...] é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros” (BRASIL, 2002, p. 33).

Sabe-se que a escola do campo é aquela que se vincula à realidade dos alunos, e que, além disto, nesta vinculação intrínseca está sua visão de mundo, orientada por seus saberes e valores culturais. Em 2008, na Resolução CNE/CEB número 2, o mesmo Conselho, pela primeira vez, utiliza o nome Educação do Campo e define distâncias máximas a serem percorridas pelos alunos no seu itinerário casa-escola. Além destes, em 2010, é emitido o Decreto Presidencial 7352, que define o que é uma escola do campo como sendo aquela que atende, em sua maioria, alunos oriundos ou que moram no campo.

A consolidação destas legislações veio, entretanto, com ações da gerência do Estado Federal, a partir de 2002. Pode ser citada, principalmente, a criação, na estrutura do MEC, de uma secretaria específica para cuidar da diversidade, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que institui um Grupo de Trabalho Permanente em Educação do Campo (GPT) (Portaria 1374/2003), e que, em 2011, passa a denominar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Com isto, a União passa a direcionar o que entende por Educação do Campo através de alguns Programas. No MDA, cria-se, em 2006, a Coordenação Geral de Educação do Campo. No âmbito do MEC, as ações se dão na implementação das Licenciaturas em Educação do Campo, na concepção e execução do Programa Escola Ativa (BRASIL, 2008b)

e, a partir de 2012, na criação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) (BRASIL, 2012).

As licenciaturas formam professores para as escolas do campo, nos termos do Decreto Lei 7352/10, por área de conhecimento e não mais por disciplina. Em 2011, a Universidade Federal do Ceará (UFC), pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), implementa a Especialização em Educação do Campo – Saberes da Terra, coordenada pelos professores doutores Eliane Dayse Pontes Furtado e Ribamar Furtado.

Percebe-se que a política de Educação do Campo, por parte da União, se completa com o lançamento, em 2012, do Pronacampo. Este, pela primeira vez, propõe a construção de referências de uma política nacional de Educação do Campo, com apoio do MEC, oferecendo apoio técnico e financeiro para os Estados que queiram também estruturar uma política de educação nestes moldes (BRASIL, 2012).

Assim, verifica-se que há, a partir do início dos anos 2000, uma política articulada por parte da União para uma educação específica do campo para os brasileiros. Esta é uma das políticas de atendimento à diversidade e de inclusão social campesinas e se explica na necessidade de um novo projeto de desenvolvimento para uma educação do campo, que vincule respeito ao meio-ambiente, valorizando a cultura e os costumes do campo, proporcionando equilíbrio social, no sentido da criação de oportunidades de vida e emprego para os jovens e adultos, que são parcelas maiores da população que habita este espaço do campo.

Neste sentido, é pertinente o questionamento de Bogo (2013, p.110), ao analisar as políticas de Educação do Campo: “políticas públicas ou programas controladores dos conflitos”. Até aqui se demonstrou que há uma situação de progresso na produção sob a forma capitalista no campo e que traz reestruturações neste, levando a gerência do Estado Federal a tomar posições para gerir a questão agrária e, dentro desta, a Educação do Campo tem se incorporado como uma de suas políticas satisfatórias.

O MST pressiona o Estado por uma política pública de educação para as áreas de Reforma Agrária, quando, no I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), em 1997, surge a proposta de ampliar a discussão, formulando-se a ideia de uma Educação do Campo ativa. É sintomático que tal proposição/formulação venha da representante da Unicef<sup>1</sup>, que

---

<sup>1</sup> UNICEF é a sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância, em inglês "*United Nations Children's Fund*" e é uma agência das Nações Unidas.

[...] desafiou os presentes no mencionado encontro a um trabalho mais amplo sobre a educação a partir do mundo rural, 'levando-se em conta o contexto do campo em termos de sua cultura específica quanto à maneira de ver e se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho'. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 13)

Destaca-se a perspectiva de que há no campo outro modo de vida, de cultura e de trabalho, diferente de outros espaços da vida social. É de supor-se que, nesta reformulação, tenha ocorrido ou reforçado um deslocamento da educação num contexto de luta por reforma agrária para uma educação centrada na “cultura específica do campo”, definida de modo genérico. Neste contexto, em 1998, é realizada a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, promovida pelo MST, Unicef, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Universidade de Brasília (UnB).

Compreende-se que a Educação do Campo foi criando espaços para proporcionar garantia à sustentabilidade para os camponeses, oferecendo suporte ao utilizar noções como projeto nacional de desenvolvimento local/regional na cultura do campo. Para Vendramini (2009, p. 38),

As formulações da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, tem buscado sustentação nas categorias cultura, identidade e diferenças, secundarizando a centralidade da categoria trabalho. Esta forma de compreender a Educação do Campo facilita sua absorção e filtragem pelo Estado e pelo capital, portanto em sentido oposto aquele dos trabalhadores.

A Educação do Campo, nesta concepção, se justifica, pois o campo não apenas é diferente da cidade, mas comporta uma imensidão de povos, culturas, identidades, formas de trabalho e de relação com a terra e a natureza. Esta tem sua distinção das demais formas educacionais, ao propor uma escola adequada a estas particularidades, que valorize estas culturas e identidades e tenha espaço para diferentes tipos de saberes.

Defender a Educação do Campo pela categoria da diversidade enquanto pouco se analisa a mundialização da produção de mercadorias e suas transformações, oferece guarida às visões românticas, assistenciais, e mesmo conservadoras, confinando os trabalhadores do campo às formas de trabalho e vida já superadas historicamente, mas que se mostram convenientes aqueles que temem o processo histórico e que para tanto necessitam vender aos trabalhadores rurais a ideologia do desenvolvimento local, da mistificação do trabalho artesanal, entre outros. (OLIVEIRA; DELMAGRO, 2014, p. 110)

Neste sentido, identifica-se que não é possível sustentar a Educação do Campo pela perspectiva que a define, mas pela diversidade de sua cultura, etnia, costumes. Esta concepção está presente desde a origem deste Movimento e transparece em boa parte das



publicações na área educacional e das ciências agrárias, ganhou espaços nas Universidades, nas instâncias do Estado, nas legislações e nos movimentos sociais.

A distinção “no” campo e “do” campo, tão enfatizada na Educação do Campo, não esclarece a distinção entre a questão. A educação **no** campo é o ensino com conteúdos voltados do meio urbano que vão para o campo, não trabalha a realidade do camponês. Já a educação **do** campo é uma forma de educação que trabalha de acordo com a realidade do educando, ensinando e incentivando propostas de sustentabilidade e a manutenção da agricultura familiar.

Não é o campo que tem projetos, mas as classes ou grupos sociais que nele atuam e vivem, como diz a leitura de Sapelli (2013). O projeto capitalista de Educação do Campo se realiza pelos mais diversos recursos, como a mídia, o sistema escolar, as ONGs, os sindicatos, as associações, os conselhos diversos ligados à sociedade civil, as empresas na área agropecuária e via Estado e suas políticas, não apenas na área educacional, pois engloba o campo como um todo.

A Educação do Campo com a qual os autores se identificam é aquela que, sintonizada com a dos trabalhadores, articula o projeto educacional à transformação profunda da sociedade camponesa. Trata-se de superar o modo capitalista de produção que atravessa campo e cidade, superação esta que pressupõe a socialização dos meios de produção, onde se inclui a realização da reforma agrária e o desenvolvimento tecnológico, no qual o serviço é organizado pelos trabalhadores do campo, deve minimizar a agressão à natureza e permitir o desenvolvimento das potencialidades humanas no espaço do campo.

Na área educacional entende-se que é fundamental retomar a importância do conhecimento científico na escola como forma de desvendar as estruturas de funcionamento do mundo natural e social. Avançando mais, é importante que a educação escolar possibilite a formação ampla, superando os métodos tradicionais e novos. Ainda são iniciais as formulações de uma pedagogia que seja voltada para a realidade camponesa as quais necessitam ser estudadas e apropriadas, potencializando a formação ampla e profunda, articulada à construção de uma sociedade emancipada. (OLIVEIRA; DALMAGRO, 2014, p. 113)

As políticas assistenciais desenvolvidas nos governos dos presidentes Lula e Dilma proporcionaram melhorias em relação à pobreza, à miséria e a outros conflitos, bem como um amortecimento das esquerdas, melhorando a vida camponesa, com as chegadas de projetos para a reforma das casas, cisternas e assessoria técnica.

Os programas parciais e a ausência de um projeto histórico claro têm levado os camponeses a ter que negociar e aceitar o secundário, pelo principal, enquanto os trabalhadores organizados e as massas de baixa renda foram induzidos a acreditar no

Estado e no governo e, a juventude em geral, a não acreditar na organização popular e partidária. (BOGO, 2013, p. 12)

No que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campo, acreditou-se que se fez necessário estudá-lo, para identificar, em sua proposta, se existe uma política pedagógica que valorize a cultura do campo em relação à cidade, valorando a imagem da agricultura familiar.

Feita a leitura do PPP do Campo, percebeu-se que a proposta supera os problemas do campo em relação à cidade, fortalecendo a própria imagem da Agricultura Familiar, bem como levanta a autoestima dos jovens rurais, que, muitas vezes, mostram-se desinteressados pelo campo, pois muitos ainda nem se deram conta de que serão os protagonistas das suas raízes e culturas da sua comunidade e que poderão contribuir para a visibilidade da categoria juventude rurais “[...] como formadora de identidade social e, portanto, de demanda social” (CASTRO, 2005, p. 1).

Observa-se também que, ao tratar do ensino para o campo, os currículos escolares ainda não se estruturaram para atender as necessidades dos homens e mulheres que fazem parte da comunidade escolar do campo. O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem um plano de resgatar esses valores, com sua proposta de trabalhar a realidade do campo, com incentivo à permanência da produção na Agricultura Familiar e torná-los sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres de cidadãos camponeses. Segundo Furtado (2002, p. 45),

A educação para a população camponesa é tratada hoje no Brasil sob a denominação de Educação do Campo, e incorpora uma realidade histórica variada, englobando as mais diversas práticas da ‘vida campestre’, tais como os espaços onde vivem os povos tradicionalmente agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, arrendatários meeiros e fazendeiros.

Acredita-se que há uma luta constante dos povos do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação, uma educação que seja no campo e do campo, como explicita Caldart (2002, p. 26): “No Campo o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; do Campo: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Observa-se que vem se instituindo como área própria de conhecimento, “[...] que tem o papel de animar fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo, sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade e do campo como lugar de atraso” (MOLINA, 2002, p. 39). Vincula a luta por uma educação específica, que respeite os sujeitos que vivem no campo, o conjunto das lutas

sociais pela transformação das condições de vida, “condições de desumanização” (CALDART, 2002a, p. 30).

Ressalte-se que o presente trabalho teve como objeto de estudo o ProJovem Campo – Saberes da Terra. Um programa de educação para jovens e adultos do campo, na busca de entender seu contexto, analisar os olhares dos alunos e professores, as possibilidades de extrair as contribuições para propor uma elaboração de políticas públicas e sedimentar a continuidade das origens do campo.

Dessa forma, fica clara a necessidade da implantação de uma educação que possa transformar a realidade do sujeito do campo, despertando nele a identidade pela terra onde vive, o prazer de continuar com sua cultura, valorizando a agricultura familiar e o trabalho conjunto na família.

Esta dissertação teve como objetivo geral:

- Analisar o ProJovem Campo – Saberes da Terra a partir do olhar dos educandos e educadores da comunidade Japuara, procurando ver, através deste olhar, como o programa contribuiu na vida e no trabalho do camponês.

E apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Estudar a proposta pedagógica do ProJovem Campo – Saberes da Terra.
- Perceber o ProJovem Campo – Saberes da Terra a partir do olhar dos educandos e educadores da comunidade Japuara, identificando suas possíveis contribuições na vida dos camponeses.

Diante dessas questões, justifica-se que uma escola situada no campo deve oferecer educação de qualidade, onde os valores e costumes sejam trabalhados, respeitando o modo de vida dos educandos, e, principalmente, oferecendo possibilidades de os mesmos construírem, na sua trajetória escolar, os conhecimentos que possam contribuir para sua permanência no lugar onde vivem.

Dessa forma, percebe-se a importância de conhecer o ProJovem Campo – Saberes da Terra e compreender quais os benefícios incorporados nos valores e costumes locais. Essa interação entre os saberes populares e os saberes científicos possibilita melhor compreensão da realidade, fazendo com que os educandos participem do processo e sejam eles próprios os construtores da realidade onde estão inseridos. Nesse sentido, supõe-se que essa forma de educação é importante para a continuidade do campo e dos camponeses que lá habitam.

A educação do campo propõe a construção de saberes voltados para a valorização dos sujeitos do campo, pois esses devem construir suas vidas em conjunto, pensando e agindo para melhorar sua existência. Como bem argumenta Freire (1997), a *práxis*, porém, é reflexão

e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.

A Agricultura Familiar Camponesa vem sendo debatida no ambiente escolar, de fato que colabora para a valorização dos fazeres do campo, sendo essa uma prática estimuladora, que trará ao homem e à mulher do campo maior envolvimento com os trabalhos desenvolvidos no meio rural, além de ser uma forma de sobrevivência. De acordo com Romero (1998), essa combinação de formas ou práticas de produção alimentar na pecuária e na agricultura permitiu ao homem, enquanto espécie, por um lado, vencer combates importantes na luta pela própria sobrevivência, afastando a ameaça da fome. Daí, pode-se compreender o quão importante é esse tema nas escolas do campo.

Por isso, os camponeses não devem permitir que se aplique um modelo de educação do campo que não debata a realidade de seus sujeitos. A construção do conhecimento, nesse ambiente tão peculiar, deve se dar a partir do estudo da própria realidade, ou seja, do conhecimento de mundo que cada um traz consigo. Nesse sentido, faz-se necessária a implantação de um novo modelo de educação para esse lócus. Uma educação contínua, que valorize a cultura, o gênero e a etnia do campesinato, que fortaleça a agricultura familiar e que possa contribuir na permanência das famílias em suas terras, buscando uma sustentabilidade.

A seguir, discorreremos um pouco sobre o lócus, para uma melhor compreensão. A pesquisa foi realizada na comunidade Japuaara, que era conhecida como Fazenda Japuaara, e foi o primeiro caso de reforma agrária no Ceará. Houve luta pelas terras, mortes, e o que levou a escolha do lócus foi devido ao processo histórico na conquista da reforma agrária.

No que diz respeito à desapropriação da Fazenda Japuaara, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esta não ocorreu, devido à pressão dos trabalhadores sem-terra, mas também por causa daquela problemática que o Sertão Cearense, bem como o Nordeste, passava – uma forte crise de seca. Por sua vez, o Estado receava que fatos semelhantes desencadeassem novos movimentos de trabalhadores, complicando a situação local. Foram beneficiados cerca de quarenta e quatro (44) parceleiros<sup>2</sup>.

Atualmente, parte significativa dos que vivem na área compraram as parcelas de antigos beneficiários e apresentam uma posição indiferente sobre o quadro de abandono da

---

<sup>2</sup> Dono de uma parcela da terra. Aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada.

Fazenda. Isso se dá em virtude da falta de vivência do processo de desapropriação, conforme afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé<sup>3</sup>.

Vários governos estabeleceram políticas, contudo, não aplicaram medidas eficazes. Os trabalhadores rurais, a Igreja e sindicatos continuaram a pressionar o INCRA, o qual interveio desapropriando, possibilitando, assim, o acesso à terra (1972) aos protagonistas. Conforme o Empreendedor Social do INCRA, esse tipo de ação do Estado é conhecida como “desapropriação por interesse social”, a qual consta em vários planos de Governo.

Os educandos, que convivem com uma diversidade cultural tão rica nas suas comunidades, nos assentamentos rurais, precisam estar em contato com uma educação voltada para suas ações cotidianas, o trabalho na família e a manutenção da construção coletiva. Dessa forma, vemos o quão é importante um Projeto Político Pedagógico do campo que se preocupe com essa temática, com essa forma de educar no campo.

Pode-se notar, nas palavras de Freire (1997, p. 22): “Percebo que a luta produz um sabor em certo nível que se luta e peleja, há certa clareza para aquilo que se luta, há uma noção de remover obstáculos”, ou seja,

Cabe aos homens transformar a realidade em que vivem, é necessário para tal, a *práxis*, a reflexão e ação dos homens, sobre o mundo para assim poder transformá-lo, por isso a necessidade de uma educação que conscientize o sujeito do campo reforçando suas raízes, de uma educação inclusiva e democrática, que os façam refletir fazendo com que a ação educativa também seja uma ação libertadora. (FREIRE, 1997, p. 22)

Quando menciona “educação libertadora”, nesse conceito, dentro do cenário da educação popular, é notório que o educando se redescobre e descobre o mundo ao mesmo tempo, tomando consciência desse mundo e levando muito mais do que o acúmulo de informações, mas a reflexão sobre a palavra do educador, como percebemos nas ideias expressas por Paulo Freire.

É necessário lembrar que tudo isso está na própria vivência do educando, a sua experiência, unida ao fazer no seu cotidiano, no seu assentamento, no lugar onde vive. Logo, a escola no campo e a educação do campo tem que servir não apenas como um lugar no qual se depositam sujeitos do campo, mas, sim, uma educação, além disso, com um currículo, um planejamento, um propósito para a manutenção do povo campesino em seu contexto histórico e social dentro do campesinato.

---

<sup>3</sup> Nair Júlia Andrade de Abreu, Anna Erika Ferreira Lima, José Levi Furtado Sampaio. Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC Fortaleza, CE – Julho/2005.

Mas respeitar a cultura do outro não significa manter o outro na ignorância sem necessidade, mas fazê-lo superar sua ignorância não significa ultrapassar os sistemas de interesse sociais e econômicos da sua cultura. É como se houvesse gente inteligente no outro planeta, noutro lugar, noutro universo, e viesse aqui, agora, e dissessem a mim que eu devo pensar da forma absolutamente contrária àquilo que penso, pois lá já se pensa diferente. Não posso me submeter a uma coisa dessas. (FREIRE, 1997, p. 131)

Por isso, é necessário uma política pública que proporcione construção de escolas do campo nas comunidades e assentamentos. Muitos jovens sujeitam-se a morar no meio urbano, devido à falta de emprego, escola e renda, pois o motivo do sujeito do campo ter que ir para a cidade acaba por disseminar que o espaço urbano é superior ao meio rural, de que a vida na cidade oferece acesso a bens e serviços que não existem no campo, colocando a cidade como um lugar de desenvolvimento, enquanto que o meio rural seria o lugar do atraso. Acredita-se que podemos transformar estes pensamentos, valorizando a vida do campo, as suas próprias raízes, aumentando a autoestima dos jovens e caracterizando suas identidades, suas origens. Para isso, precisamos de apoio dos governantes pra obter políticas públicas.

Reportamo-nos a Fernandes (1999, p. 65), que afirma:

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa.

A educação do campo tem que ser um instrumento que incentive seus sujeitos a pensar e agir por si próprios, fortalecendo sua identidade, cultura, costumes, suas aprendizagens, assim, tomando suas próprias decisões, sabendo sua posição dentro do movimento como trabalhador rural e um sujeito que pode mudar a sua própria história.

Diante disto, percebemos a luta pela educação do campo, bem como refletimos sobre as contribuições que o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra na sua prática de ensino cotidiana, buscando compreender de que modo proporciona aos alunos das áreas de reforma agrária uma educação de qualidade e, conseqüentemente, a formação de cidadãos críticos, para que estejam aptos a se tornarem agentes transformadores da sociedade com um olhar cuidadoso, respeitoso, dialógico.

No capítulo seguinte, iremos apresentar o referencial teórico, onde exporemos como nasceu a Educação do Campo, o surgimento do ProJovem Campo – Saberes da Terra e falaremos também do Projeto Político Pedagógico para o campo, eixos temáticos, pedagogia da alternância, além de um pouco sobre a história de como surgiu a Educação do Campo.

Traremos também, posteriormente, nos capítulos seguintes, os caminhos metodológicos e os resultados do caminho percorrido, bem como as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda a Educação do Campo: como nasceu a Educação do Campo, suas lutas, concepções, as lutas dos movimentos sociais, as leis, as conferências. Apresenta também o ProJovem Campo – Saberes da Terra como uma política pública que tem se firmado em um discurso de que sua construção se dá a partir das lutas e reivindicações dos movimentos sociais do campo.

### 2.1 Como nasceu a Educação do Campo

A Educação do Campo nasceu através das lutas dos movimentos sociais, numa batalha de muitos anos para conseguir esta conquista. Não foi fácil, mas, com a união dos grupos, foi se sedimentando a modalidade e, através de debates, fóruns, reuniões, manifestações e congressos nacionais, a Educação do campo foi ganhando espaços. Esta concepção de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo tornou-se uma referência à prática educativa, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares.

É uma visão de educação que ‘nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo’. Esta crítica nunca foi à educação em si, mesmo porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm conseqüências sobre a realidade educacional e o projeto de país. (CALDART, 2004, p. 4)

Entende-se que a Educação do Campo afirma uma educação emancipatória, vinculada a um projeto histórico, de longo prazo, de superação do modo de produção capitalista. Projeto histórico, que deve ser compreendido como o esforço para transformar, isto é, construir uma nova forma de organização das relações sociais, econômicas, políticas e culturais para a sociedade, que se contraponha à forma atual de organização e de relações, que é a capitalista.

Portanto, se falamos hoje em Educação do Campo e temos leis específicas para as escolas do campo, é porque estas foram conquistadas por meio de muito esforço dos trabalhadores e movimentos sociais de diversas categorias, como o movimento dos sem-terra, sindicatos, ONGs, igreja e camponeses. Foram muitos anos de luta por uma educação que trabalhassem com embasamento na realidade.



A expressão Educação do Campo passou a ser utilizada a partir da *I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*, realizada em 1998, em Luziânia, Goiás. A partir de então, muitos estudos vêm sendo realizado acerca desse tema, de importante valor para os sujeitos inseridos no contexto do campo, e de tão pouco interesse para as classes altas da sociedade, que vivem, em sua grande maioria, na zona urbana.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa forma, temos um direito reconhecido, para garantir educação de qualidade para os sujeitos do campo. Na área da educação do campo, vários estudos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores das diversas áreas da educação brasileira e, neste contexto, trazemos alguns autores relevantes, que têm nos ajudado a pensar sobre essa forma de educação tão necessária, direcionada aos homens e mulheres do campo.

A Educação do Campo pode ser entendida como um processo de educação diferenciado de todos os outros jeitos de se fazer educação no país. Aqui lidamos com algo em processo de formação, de consolidação. Nesse sentido, Martins (2004, p. 01) afirma:

Pode-se caracterizar educação do campo como um *movimento*, constituído pelos sujeitos sociais que integram as realidades camponesas, e que, almeja vincular o processo de vida no campo com os pressupostos educacionais, aliando assim escola e vida, os pressupostos da cotidianidade rural e os processos educativos.

A Educação do Campo lida com as lutas dos povos do campo em busca da continuidade dos valores, culturas e costumes, onde não há espaço para opressor nem oprimido; é o ser humano lidando com a natureza de forma harmônica, amiga, retirando dela seu sustento sem danificá-la e nem destruí-la, cultivando a sustentabilidade. Na Educação do Campo e sua forma de trabalho, Silva Júnior e Netto (2011, p. 45) enfatizam:

É recorrente no debate educacional, que a educação, no âmbito do estado de direito constituiu-se em uma ação estratégica para a emancipação e a cidadania de todos os sujeitos que vivem ou trabalham no campo; e pode colaborar com a formação das crianças, jovens e adultos para o desenvolvimento sustentável regional nacional. É possível considerar a riqueza de saberes que essa população rural produz nas suas experiências cotidianas, e que a agenda de trabalho para discutir e subsidiar a construção de uma política de educação do campo incorpore o respeito à diversidade cultural.

A educação do campo pode ser compreendida como uma forma de ensino diferenciada, que permite aos sujeitos do campo uma aprendizagem voltada para suas práticas

cotidianas, ou seja, sua interação com a terra, levando em consideração sua especificidade e as questões relacionadas aos costumes, cultura, gênero e etnia.

De fato, é um diálogo entre ciência e conhecimento de mundo; desse modo, a teoria e a prática convivem em interação contínua e permanente, proporcionando aos sujeitos do campo condições reais de preservarem sua história, lutas, desafios e conquistas. A Educação do Campo surge das lutas dos movimentos sociais na busca por seus direitos negados, a busca incessante por romper as barreiras impostas pelo poder político. Como podemos notar nas palavras de Furtado (2002, p. 02):

O direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira, dando origem à luta por uma educação que respeite e atenda as necessidades dos povos do campo, os mais atingidos pela exclusão educacional. Essa realidade tem gerado, ao longo dos anos, a situação de precariedade em que vive a escola do campo, seus resultados pedagógicos insuficientes e altos índices de evasão responsáveis em boa parte pelo contingente de pessoas jovens e adultas fora da escola e ainda um grande contingente de pessoas não alfabetizadas.

Assim sendo, pode-se perceber que essa luta partiu das classes mais pobres do campo, que vinham sendo desrespeitadas e esquecidas pelo poder público. Dentro dessa proposta diferenciada de educar, a educação do campo se mostra libertadora e vem conquistando o espaço em uma educação camponesa. Quando se refere à educação libertadora, Freire (1987, p. 38) diz:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres que sejam ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência intencionada ao mundo. ‘Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas da problemática dos homens em relações com o mundo’. (FREIRE, 1997, p. 38)

Percebe-se, através das palavras de Freire (1997), que o ser humano não é um depósito, uma caixa vazia, em que vão sendo depositados os conhecimentos sem que o mesmo participe do processo de ensino-aprendizagem; na educação do campo, ele está inserido no meio em que estuda sua própria realidade, suas próprias práticas existentes na realidade de onde vive. Essa educação contextualizada deve estar presente nas escolas do campo, onde cultura, etnia, identidade e as questões de gênero sejam debatidas entre professores, alunos e comunidade.

Mesmo diante de tantas dificuldades, os movimentos camponeses continuam lutando para ampliar e valorizar a educação voltada para o camponês. O próximo ponto, a seguir, trata sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra, sua origem, política, construção e desenvolvimento.

### 2.1.1 O ProJovem Campo – Saberes da Terra

“A construção de uma política educacional de Estado, adequada aos povos do campo<sup>4</sup>, que dialogue com a diversidade nas diferentes realidades, aliada à construção de uma política nacional de juventude que reconhece os jovens do campo como sujeitos de direitos, constitui-se uma prioridade do atual Governo Federal”. (BRASIL, 2009, p. 07)

O surgimento do ProJovem Campo – Saberes da Terra iniciou através de programas de Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), com o intuito de garantir o direito destes povos a uma educação adequada às suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, cultural, geracional, étnico-racial, política, econômica, territorial e produtivas, entre outras), que implantou o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores Familiares integrada com Qualificação Social e Profissional, denominado Saberes da Terra.

De fato, o Programa Saberes da Terra foi iniciado em dezembro de 2005 em 12 Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC) em colaboração com Secretarias Estaduais de Educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (UNDIME), Associação de Municípios Cantuquiriguaçu, entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo. Durante a implantação do projeto-piloto Saberes da Terra, foram realizadas:

- Construção, em parceria com estados, municípios, organizações populares da sociedade civil e movimentos sociais de uma metodologia de Educação de Jovens e Adultos – EJA, integrada à qualificação social e profissional, realizando práticas pedagógicas de fortalecimento da Agricultura Familiar, da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável para melhor contextualização nas diferentes realidades e necessidades regionais e culturais.
- Produção de cadernos pedagógicos que tratam dos Eixos Temáticos do Programa, em três estados participantes, com atuação fundamental de organizações de assessoria, populares, com experiência em educação do campo [...]. (BRASIL, 2009, p. 06)

Ou seja, no ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio da SECAD, participou do processo de construção do Programa Nacional da Juventude, conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude/Presidência da República (SNJ/SG/PR), no qual foram

---

<sup>4</sup> Estão sendo considerados povos do campo: agricultores/as familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros povos que lutam pela afirmação dos seus direitos do campo no diversos biomas do território nacional (BRASIL, 2009).

integrados os seguintes programas já existentes: a) Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; b) ProJovem, da Casa Civil; c) Saberes da Terra e Escola de Fábrica, do Ministério da Educação; d) Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Logo, no processo de integração foi resguardada a autonomia político-pedagógica das experiências acumuladas por cada Programa. Como resultado desse processo, foi instituído pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que objetiva promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão. O ProJovem está organizado em quatro modalidades: I) ProJovem Adolescente; II) ProJovem Urbano; III) ProJovem Trabalhador; e IV) ProJovem Campo – Saberes da Terra. “A partir de então, o Saberes da Terra passou a denominar-se de ProJovem Campo Saberes da Terra destinado à garantia de ensino fundamental a jovens agricultores/as, como política de educação, na modalidade EJA integrada à qualificação social e profissional” (BRASIL, 2009, p. 07).

O ProJovem Campo – Saberes da Terra constitui-se no Programa nacional de educação de jovens e adultos agricultores/as familiares, implementado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), numa ação integrada com: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF); o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Presidência da República.

Sendo assim, o Programa é uma política pública que tem como objetivo fortalecer e ampliar o acesso à educação aos jovens e adultos agricultores e familiares, com faixa etária de 18 a 29 anos, visando seu retorno aos estudos, visando uma qualificação social e profissional para todos.

O programa tem um propósito de colaborar para uma formação efetiva dos jovens e adultos camponeses, incentivando o desenvolvimento sustentável e solidário para o campesinato, através de atividades integradas envolvendo dois espaços de aprendizagem: “tempo-escola” e “tempo-comunidade”, em conformidade com o que estabelecem as

Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002.

É fundamental, para a garantia das características, da identidade e da estratégia político-metodológica do Programa, que os projetos busquem e demonstrem a participação de outros sujeitos indispensáveis, tais como movimentos sociais e sindicais e do campo, organizações populares de educação e assessoria com experiência em educação do campo, União Nacional de Dirigentes Municipais (UNDIME), Escolas Família Agrícola (EFAs), fóruns e comitês de educação do campo – incluindo a possibilidade de retribuição financeira por serviços eventuais, de pessoas físicas ou jurídicas destas parceiras, para atividades as quais estejam qualificadas a executar (seminários, oficinas, palestras, elaboração de material de apoio técnico-pedagógico, entre outros).

Por tudo isso, com a edição 2008, foram disponibilizadas pela SECAD/MEC 35.000 (trinta e cinco mil) vagas para estudantes, distribuídas em 19 estados da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – na região Nordeste; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – na região Centro-Oeste; Santa Catarina e Paraná – na região Sul; Minas Gerais e Espírito Santo – na região Sudeste; e Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins – na região Norte.

A realidade da educação e da juventude do campo no país, demonstrada a seguir, reforça a importância de uma política de Educação do Campo e de Juventude, por meio de ações de formação/qualificação tais como ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Na faixa etária de 18 a 29 anos existem mais de 6 milhões de jovens agricultores. A desigualdade entre os níveis de escolaridade entre as pessoas que vivem no campo e os que vivem nas cidades está claramente demonstrada nas pesquisas populacionais e educacionais. Dados da PNAD de 2006 mostram que 1.641.940 jovens do campo (26,16%), não concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental e 3.878.757 (61,80%) não concluíram a segunda etapa do ensino fundamental. Enquanto que para os jovens das cidades, esta média é de 18% e 30%, respectivamente. (BRASIL, 2009, p. 09)

Observou-se, no documento, que os indicadores sociais e educacionais, no que diz respeito às populações do campo, estão em desvantagem, sejam eles relativos à matrícula e ao desempenho educacional dos alunos, à formação dos profissionais de educação ou à infraestrutura física das escolas.

Para enfrentar esses problemas, não basta simplesmente ofertar a escolarização como extensão de uma escola urbana, mas é preciso que seja uma política educacional adequada aos povos do campo e que integre os conhecimentos próprios do Ensino

Fundamental adequados e os de qualificação social e profissional, visando o crescimento dos camponeses.

Para isso, deve-se atuar na formação continuada de educadores (das áreas próprias do Ensino Fundamental e das Ciências Agrárias) e coordenadores, de modo a, efetivamente, promover a integração dos conhecimentos e fortalecer o desenvolvimento de metodologias adequadas às especificidades da EJA do campo, compreendido como sujeitos de conhecimentos e saberes significativos e, portanto, de educação, conforme já reconhecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96.

A importância social e econômica da agricultura familiar para o campo brasileiro deve ser considerada uma política de grande valia para um ensino integrado à qualificação social e profissional, como tem sido enfatizado. Esta forma de organização de trabalho valoriza a permanência da família na continuidade na vida do campo, gerando o sustento, sua própria renda e comercializando produtos do campo.

No que se refere à base legal normativa, para a instituição de políticas públicas diferenciadas para pessoas que vivem e trabalham no campo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo prescrevem a adequação do calendário escolar às condições climáticas e ao ciclo agrícola, bem como a contextualização da organização curricular e das metodologias de ensino às características e realidades da vida dos povos do campo.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra concebe a Agricultura Familiar como forma histórica de viver, manter o trabalho no campo e produzir produtos da terra, na qual predominam relações de solidariedade recíproca com os recursos naturais e cooperação mútua, com uma organização do trabalho onde planejamento, execução, controles e outras tarefas de gestão são realizados em conjunto pelas pessoas que compõem o grupo familiar.

A produção do campo, como cultivo, extração e beneficiamento, destina-se, prioritariamente, ao sustento da própria família e o excedente é comercializado, contribuindo, assim, para a criação de uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do campo e do país. Isso faz o campo se tornar mais forte, contribuindo com o desenvolvimento das famílias, com a sua permanência cuidando da terra e melhorando a produção.

Para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

O agricultor familiar agrega em seu trabalho diversas especializações indissociáveis, porque sua cultura é pluriativa, por assumir diversas ocupações, na maioria das vezes, realizando atribuições típicas de agricultor: cultivo e produção vegetal e animal, agrônomo, operador de máquinas, mecânico, meteorologista empírico, pescador, construtor, eletricitista, administrador, comerciante, indústriador<sup>5</sup>, artesão, ecologista, extrativista, líder comunitário e de organização, entre outros.

Transversalmente, essas atribuições é a sua maneira e por excelência, um observador e formulador de suas próprias deduções e abstrações, indispensáveis ao desenvolvimento das suas atividades e à melhoria de suas condições de vida, fazendo jus ao título de agricultor pesquisador ou agricultor-experimentador que recebe em algumas regiões do continente e do planeta. (BRASIL, 2009, p. 18)

Nessa diversidade cultural e produtiva, a Agricultura Familiar possui uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do país em suas várias dimensões. Do ponto de vista da garantia da sobrevivência das famílias, percebe-se que a produção para o consumo garante a segurança alimentar de inúmeras famílias que moram no campo. Além do autoconsumo, a produção na agricultura familiar possui a capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado, ampliar o acesso aos alimentos e garantir a reciprocidade entre produção e consumo nas relações campo e cidade.

Em decorrência desse processo produtivo, existe, nesse ambiente, uma forte tendência à solidariedade. Os agricultores familiares precisam ser solidários e compreensivos dentro da sua comunidade, para poder fortalecer o grupo e buscar uma sustentabilidade no campo. Para buscar as políticas públicas e conseguir alcançar os objetivos de melhoria da agricultura familiar, se faz necessário manter a união e o companheirismo no campo.

Dada a sua vitalidade para garantir a qualidade de vida dos povos do campo, a Agricultura Familiar torna-se o eixo articulador no processo educacional do ProJovem Campo – Saberes da Terra, integrada ao desenvolvimento sustentável.

Ela representa a base do fazer pedagógico, do currículo, e da metodologia do Programa, centrada na formação dos jovens agricultores, com vistas à construção de um novo projeto de educação e sociedade do campo, voltado para o aprendizado e multiplicação de conceitos, princípios e práticas necessárias à construção de um país que, socializando o trabalho, garanta os direitos, promova a solidariedade e distribua os resultados da produção coletiva, rumo à crescente eliminação das desigualdades, preconceitos e injustiças sociais. (BRASIL, 2009, p. 19)

---

<sup>5</sup> Aquele que tem habilidade ou aptidão para realizar algo, especialmente para executar trabalho manual; arte, destreza, perícia capacidade de criar, de produzir com arte, habilidade, sensibilidade; artifício, criatividade, engenho ato de colocar essas habilidades em prática; ação, atividade, obra (BRASIL, 2009).

No que diz respeito ao currículo do ProJovem Campo – Saberes da Terra, dentro da educação do campo, este trabalha com base na integração dos diferentes saberes, numa perspectiva de conciliar os conhecimentos científicos com os saberes dos sujeitos do campo.

Percebe-se que o programa é uma estratégia que visa contribuir para a estimulação da agricultura familiar, com base no desenvolvimento sustentável, ajudando na construção de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, no âmbito de sua interação com a terra onde reside. Desse modo, confirma-se que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é um programa direcionado à construção do conhecimento científico em interação com a formação profissional.

Espera-se que o programa valorize os conhecimentos que os alunos vêm adquirindo ao longo de sua vida, nas relações com o mundo onde estão inseridos. No campo, esse processo difere de outras realidades, já que seus saberes estão relacionados à vida do e no campo, em contato com o trabalho na terra, respeitando suas culturas, sua ideologia, etnia e suas diferentes formas de ver e viver a vida.

“A escola precisa valorizar os conhecimentos que estudantes, seus núcleos familiares e comunidade possuem estabelecendo o diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2004, p. 16). Nesse sentido, acreditamos que se faz necessário uma educação que valorize a vida do homem e da mulher do campo, com todas as suas peculiaridades.

Essa educação deve estar alicerçada na esperança, na confiança mútua entre os envolvidos; o educador só consegue êxito se acreditar no seu trabalho, se construir junto com os educandos, alicerçados pelo amor, onde os ideais se tornam os mesmos, todos sabendo que muito há para aprender e ensinar.

Defendemos uma educação que possa ultrapassar as barreiras do “aprender a ler”, que torne possível conhecer e debater a realidade onde o educando vive. Sobre isso comungamos com Freire (1982, p. 16), quando diz:

Mais que escrever e ler que a ‘asa é da ave’, os alfabetizandos, necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado: o de ‘escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade, o que não será possível se não tornam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos.

A educação dos “saberes da terra” deve ter como objetivo principal a integração dos saberes, na qual a história daquele locus onde se insere a escola seja respeitada e usada como instrumento de aprendizagem. Sempre será necessário respeitar a dignidade e o conhecimento adquirido pelo educando ao longo de seus anos no contato com sua terra e sua



gente. Sobre isso, Freire (1996, p. 71) diz que “O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola”.

É visível que a Educação do Campo sustenta-se na valorização da vida do campo com o objetivo de construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo satisfatoriamente, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, Agricultura Familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo. (BRASIL, 2009, p. 28)

Acerca das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB, 2002), estas expressam, no Art. 2º, § Único, uma compreensão de Educação do Campo que vincula a identidade da escola à valorização da vida camponesa, como demonstrado no trecho a seguir:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2009, p. 28)

Considerando que a educação do campo não se resume à escola, as Diretrizes Operacionais, no seu artigo 4º, incentivam a construção de Projetos Institucionais das escolas do campo que devam ser a “expressão do trabalho compartilhado” e constituindo-se num “espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho”, a fim de se buscar um “desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável” das práticas sociais dos povos do campo.

A legislação educacional brasileira apresenta uma sólida base legal para a instituição de políticas públicas diferenciadas, destinadas ao atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no campo. Construir um Projeto Político-Pedagógico que possa integrar o calendário escolar às condições climáticas e ao ciclo agrícola, contextualizar a organização curricular e as metodologias de ensino às características e realidades da vida dos povos do campo são determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Veremos as leis que asseguram essa modalidade no anexo 1.

Como se vê, a Educação do Campo compreende que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que um projeto de educação do campo leva em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem, por apropriação ou produção, mediados pelos conflitos das relações sociais existe dois aspectos precisam que ser considerados na Educação do Campo: o primeiro, diz respeito à superação da dicotomia entre rural e urbano e o segundo, à necessidade de recriar os vínculos de pertença dos sujeitos ao campo. Esses dois aspectos somados à diversidade dos

povos do campo exigem um processo educativo que afirme a educação como um processo ao longo da vida. (BRASIL, 2009, p. 19)

O ProJovem Campo – Saberes da Terra fundamenta-se nesses marcos teóricos e operacionais da Educação do Campo e propõe a construção de um projeto educativo onde os cidadãos do campo sejam respeitados como sujeitos das suas produções, das suas culturas e que possam utilizar os recursos naturais de modo sustentável na produção e reprodução de sua própria existência. O próximo ponto tratará sobre o Projeto Político-Pedagógico e suas propostas para o campesinato.

### 2.1.2 Projeto Político-Pedagógico do Campo

“O ProJovem Campo Saberes da Terra surge nesse contexto histórico de mobilização em prol da garantia dos direitos públicos dos povos do campo e representa um desafio político-pedagógico de escolarização, em nível fundamental, com qualificação social e profissional para agricultores no Brasil”. (BRASIL, 2010, p. 24)

No que diz respeito ao Projeto Político-Pedagógico do Campo, é um documento que tem o propósito de construir um modelo de educação para a escola, proporcionando direitos igualitários na mesma. Por isso, sua elaboração requer uma expressão viva de um projeto coletivo, bem como a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

Todavia, articular e construir espaços participativos, produzir no coletivo um projeto que não apenas diga não ao que a escola é hoje, mas também aponte para o que pretende ser, exige método, organização e sistematização de oportunizar aos jovens agricultores familiares, excluídos do sistema formal de ensino, a escolarização em Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional com o intuito de:

- Estimular o desenvolvimento sustentável, com recorte agroecológico e enfoque territorial, como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos no campo;
- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo [...]. (BRASIL, 2009, p. 23)

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico da escola é resultado de um pressuposto e de uma prática de gestão. Gestão esta que implica em pensar com o conjunto da escola – pais, alunos, professores e funcionários – os destinos da educação, da educação escolar.

Ao refletir sobre a educação do campo, a partir do Projeto Político-Pedagógico, faz-se necessário tomar atitudes, construir métodos, metodologia, objetivos e finalidades para um melhor olhar pedagógico na área campestre. A gestão democrática, enquanto política afirmativa do campo e da cidade, é requisito para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico.

De fato, a gestão deve propor as melhorias no processo de ensino-aprendizagem; será, pois, na definição das metodologias para materializar as escolhas, na reivindicação de condições de realização de trabalho de professores, que correspondam minimamente às necessidades vitais dos povos do campo, que o Plano ganhará a dimensão de coletividade.

O Plano Nacional de Juventude<sup>6</sup> ao focar a juventude rural, propõe como objetivos e metas disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural, implantar programas de estímulo à agroecologia e à produção orgânica; buscar capacitação para a juventude rural em organização da produção, entre outros objetivos. O ProJovem Campo – Saberes da Terra vem ao encontro dos fundamentos, objetivos e metas do referido Plano. (BRASIL, 2009, p. 25)

As possibilidades e, mais que isso, as exigências apontadas pela legislação educacional brasileira e os instrumentos da política de juventude, aliadas a uma proposta de educação brasileira que coloca, na agenda pública de um governo democrático popular, a diversidade, a inclusão e a cidadania, fortalecem a importância e a necessidade de uma política de Estado para as populações do campo.

Para implementar uma educação baseada nos saberes do campo valorizando a cultura, o trabalho e todos os fazeres do campo, o Ministério da Educação disponibiliza o Projeto Político-Pedagógico do Campo que contempla os jovens e adultos camponeses. Esse projeto traz em suas metas, regras e organização as características necessárias para conduzir a educação do campo. (BRASIL, 2009, p. 19)

Uma grande quantidade de jovens no Brasil, que mora no campo, faz parte da real desigualdade expressa nos níveis de escolaridade, que são diferentes dos níveis dos jovens da cidade. Além disso, é notável o baixo desempenho educacional e a precária formação dos professores nesta área.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra surge nesse contexto histórico de mobilização em prol da garantia dos direitos públicos dos povos do campo e representa um desafio político-pedagógico de escolarização, em nível fundamental, com qualificação social e profissional para agricultores no Brasil. (BRASIL, 2008, p. 24)

A agricultura Familiar é reconhecida pelo ProJovem Campo como uma forma de organização do trabalho, havendo controle e decisão dentro do núcleo familiar. Essa forma de

---

<sup>6</sup> Projeto de Lei 4.530/2004.

trabalho no campo, que objetiva a produção da alimentação, destina-se ao sustento da família e o seu excedente, ao mercado. O PPP Saberes da Terra defende a educação do campo construída a partir de eixos articuladores, trabalhando a cidadania, a interação do ser humano com a natureza e suas diversas culturas.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico, uma educação do campo com qualidade deve conter: “Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política” (BRASIL, 2008, p. 50).

Uma forma de ocupação do campo trabalhado pelo PPP são os arcos ocupacionais, que veremos mais adiante. Esses arcos abrangem todas as esferas de produção e circulação, como sistema e cultivo, criação, extrativismo, agroindústria, aquicultura, entre outros. Nos arcos ocupacionais podem ser trabalhados os diversos costumes e modos de produção típica do homem e da mulher do campo.

Entendemos que as metodologias do ProJovem Campo – Saberes da Terra têm como objetivo trabalhar a interação entre os saberes científicos e o conhecimento de mundo existente nos povos do campo, ou seja, faz a interação entre tudo aquilo que o educando traz de suas experiências com a lida no e do campo, dentro e fora do ambiente escolar. Na alternância das aulas, os conhecimentos vão sendo construídos e praticados dentro da realidade dos sujeitos inseridos em todo o processo.

Essa metodologia de integração dos saberes deve ocorrer conforme recomenda o Projeto Político-Pedagógico, sendo que o tema é trabalhado em todas as áreas do conhecimento: Linguagens e Código, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Matemática e Ciências da Natureza, no processo da interdisciplinaridade, valorizando o saber popular do campo.

Esse processo acontece por meio de dois tempos específicos: Tempo-escola e Tempo-comunidade, ou seja, a Pedagogia da Alternância, em conformidade com o PPP ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Os princípios político-pedagógicos<sup>7</sup> que sustentam o Programa são orientados pelas Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Citaremos, a seguir, os passos norteadores da proposta pedagógica do programa:

---

<sup>7</sup> Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo (BRASIL, 2004).

### 1. Escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana

Este tipo de abordagem da escola pauta-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação em sua capacidade de criar com as pessoas, um espaço humano de convivência social desejável, possibilitando aos sujeitos constituírem-se como seres sociais responsáveis e livres, capazes de refletir sobre suas atividades e opiniões, de debater e corrigir os erros, de cooperar e se relacionar com respeito aos outros.

Portanto, “[...] a educação como formação humana é também uma ação cultural”, como dizia Freire (1996, p. 34). Esse processo, que envolve atitudes, valores e comportamentos, deve refletir também na dimensão institucional de forma permanente e sistemática e deve atravessar toda a vida escolar.

Percebe-se que este princípio faz uma articulação com o aluno e a escola, levando a pensar e tornar uma pessoa livre ou independente. O termo é aplicado em muitos contextos, como emancipação de menor, emancipação da mulher, emancipação política.

### 2. Valorização dos diferentes saberes no processo educativo

A escola precisa valorizar os conhecimentos que os estudantes, seus núcleos familiares e comunidades possuem, estabelecendo um diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento. O diálogo entre esses conhecimentos precisa garantir elementos para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

Observa-se que há, neste princípio, a valorização do saber. Estudar é muito importante, mas nunca se pode desprezar nenhuma pessoa por ela não ter estudado ou por não ter muitas habilidades. Todos possuem dons, mas cada um os desenvolve conforme as suas possibilidades. Deve-se ter humildade para reconhecer os dons das outras pessoas e também para ajudá-las a desenvolvê-los.

O verdadeiro sábio é aquele que aprende todos os dias, tanto no conhecimento de mundo como na escola ou no trabalho. Deve possuir uma consciência de que a teoria deve estar unida à prática. Saber transformar tudo aquilo que se aprendeu em bens para as pessoas. Estar aberto para mudanças, aderir às novas tecnologias e utilizá-las para aprimorar os saberes que constantemente mudam, de acordo com a evolução educacional.

### 3. Compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos

De fato, a Educação no Campo ocorre tanto em espaços escolares como fora deles, envolve conhecimentos, saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados.

Portanto, não são apenas os saberes construídos na escola, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais.

A escola do campo é um espaço específico de sistematização, de análise e de síntese das aprendizagens, constituindo-se, assim, num local de encontro das diferenças, pois, é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo. O ProJovem Campo compreende estes espaços, tempo-escola e tempo-comunidade acontecendo alternativamente.

Percebe-se que esta metodologia de ensino, a Pedagogia da Alternância, contribui e vem melhorando muito na manutenção de cultivos e trabalhos no campo, pois, ao mesmo tempo em que os jovens e adultos estudam, também trabalham, estimulando a continuidade da vida no campo.

#### 4. Escola vinculada à realidade dos sujeitos

Trata-se aqui de uma escola do campo que deve estar vinculada à realidade dos sujeitos, realidade esta que não se limita ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que constituem os modos de vida destes.

Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, não em nome da permanência nem da redução destas experiências e, sim, na valorização da cultura, dos saberes de seu povo.

Precisa-se de uma escola que possibilite aos educandos as condições de optarem sobre o lugar onde desejam viver e produzir as suas existências. Assim, faz com que os estudantes despertem o desejo pela educação e a continuidade dos estudos.

#### 5. Educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável

A fim de compreender melhor a educação para o desenvolvimento, a Educação do Campo leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, bem como a equidade de gênero, racial, étnica.

Propõe-se, assim, uma educação com o desenvolvimento sustentável, considerando suas potencialidades. A importância do trabalho coletivo como método de participação popular, de gestão das políticas e das comunidades onde vivem. O programa tem uma proposta de combater a evasão do campo, despertando nos jovens e adultos o valor do lugar onde vivem.

6. Autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino

A fim de compreender melhor a questão, é preciso estar atento para a diversidade existente entre os povos do campo. Isso significa que não se pode construir uma política de educação idêntica para todos os povos do campo.

Neste sentido, adquire importância ampla a participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção das políticas educacionais para que a identidade do campo, na sua complexa diversidade, e o compromisso com um projeto de desenvolvimento sustentável para o mesmo, estejam intrinsecamente articulados aos projetos pedagógicos. Sendo assim, a relação torna-se mais prazerosa quando existe a colaboração de todos os envolvidos no processo de formação educacional. Desse modo, serão alcançados bons resultados.

#### 7. Trabalho como princípio educativo

No que diz respeito ao trabalho como prática social e princípio educativo, orienta teórico-metodologicamente o desenvolvimento do Programa, considerando aqui o trabalho como produção da existência humana na relação com a natureza, num processo de humanização de homens e mulheres.

A formulação de projetos político-pedagógicos, na perspectiva da formação humana e da garantia de direitos, é uma tarefa histórica a ser enfrentada por coletivos que reconheçam a educação e a escola como estratégias para a manutenção de um modo de vida e de sociedade.

Todo o conhecimento, seja ele científico ou da prática social, é dado pela ação dos seres humanos sobre a natureza e da sociedade pelo trabalho. Portanto, o eixo de todo conhecimento é o trabalho humano. O trabalho como princípio educativo orienta o desenvolvimento do Programa, de modo a resgatar os valores do trabalho coletivo e contribuir para a autonomia dos jovens agricultores familiares.

#### 8. Pesquisa como princípio educativo

Quanto à pesquisa, esta é princípio de todo o processo formativo. Como forma de intervenção da e na realidade, estrutura todo o processo elencado neste Projeto, assumindo, assim, a direção das ações que podem ser visualizadas no Plano de Pesquisa, nos debates em turma, na partilha de saberes, nos círculos de diálogos, entre outras atividades que podem ser consultadas no Percorso Formativo.

A realização da pesquisa é uma estratégia pedagógica para o estudo e o conhecimento da realidade, para auxiliar os processos de transformação social, cultural, político e econômico. Ela implica um trabalho conjunto de discussão e execução, no qual participam educadores e educandos mediatizados sempre pela realidade a ser conhecida e transformada, confrontando conceitos existentes, novas hipóteses e indagações significativas para a formulação de novos conceitos, novas hipóteses e novas indagações que, por sua vez, realimentam o círculo virtuoso da pesquisa-ação. (BRASIL, 2009, p. 30)

### 2.1.3 Organização Curricular

Esta concepção está em sintonia com o Plano Nacional de Qualificação: 2003-2007 (BRASIL, 2001, p. 30), quando orienta que uma educação integral do trabalhador supere as práticas de qualificação profissional tidas como treinamento operacional, imediatista, segmentado e pragmático. A concepção de currículo integrado requer: “Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos/às educandos/as uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política” (BRASIL 2009).

O Programa Saberes da Terra baseia-se na construção de um currículo que tem como referência principal a formação humana e o modo de produção e reprodução da vida, ou seja, as relações sócio-históricas, políticas e culturais das comunidades do campo e, em âmbito maior, do estado e do país. O foco do Programa é o jovem agricultor familiar, como sujeito histórico, na dialética de sua realidade, problemática, projetos e potencialidades. (BRASIL, 2009, p. 32)

A formação do ProJovem Campo – Saberes da Terra pretende atender a uma formação geral integrada com a qualificação social e profissional aportada em itinerários formativos. Nela, a atualização dos conhecimentos necessários ao mundo do trabalho no campo, sempre em mudança, deve, necessariamente, reconhecer, por um lado, o conhecimento-saber acumulado pelos agricultores familiares em sua cultura e sua trajetória e, por outro, a dimensão tecnológica e organizacional cada vez mais presente no campo.

Para que a formação do ProJovem Campo seja de fato integrada é necessário construir pontes entre os conhecimento-saberes das áreas do ensino fundamental geral e os da qualificação social e profissional, de modo a garantir a (re-)significação e/ou apropriação de tecnologias específicas, dos processos de transformação presentes no campo, das temáticas de gestão e de controle dos processos produtivos, da organização do trabalho e da organização da produção em constante diálogo com as áreas de estudo que compõem o ensino fundamental. (BRASIL, 2009, p. 32)

Nesta perspectiva, a organização curricular, segundo o manual do Programa, está fundamentada no eixo curricular articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade, que dialogará com os eixos temáticos: Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia;



Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Os eixos temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudos para a elevação de escolaridade.

Como apresenta o diagrama a seguir, os Eixos Temáticos compõem partes integradas que se articulam entre si e com o eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade.

Às coordenações estaduais, comissões de educação do campo, instituições formadoras, conselhos estaduais de educação e responsáveis pelos setores jurídico-administrativos coloca-se o desafio de recriar, no âmbito de suas atribuições específicas, as condições, instrumentos, rotinas, controles e regulamentos necessários e adequados para atender a esta política de educação adequada aos jovens do campo. (BRASIL, 2009, p. 34)

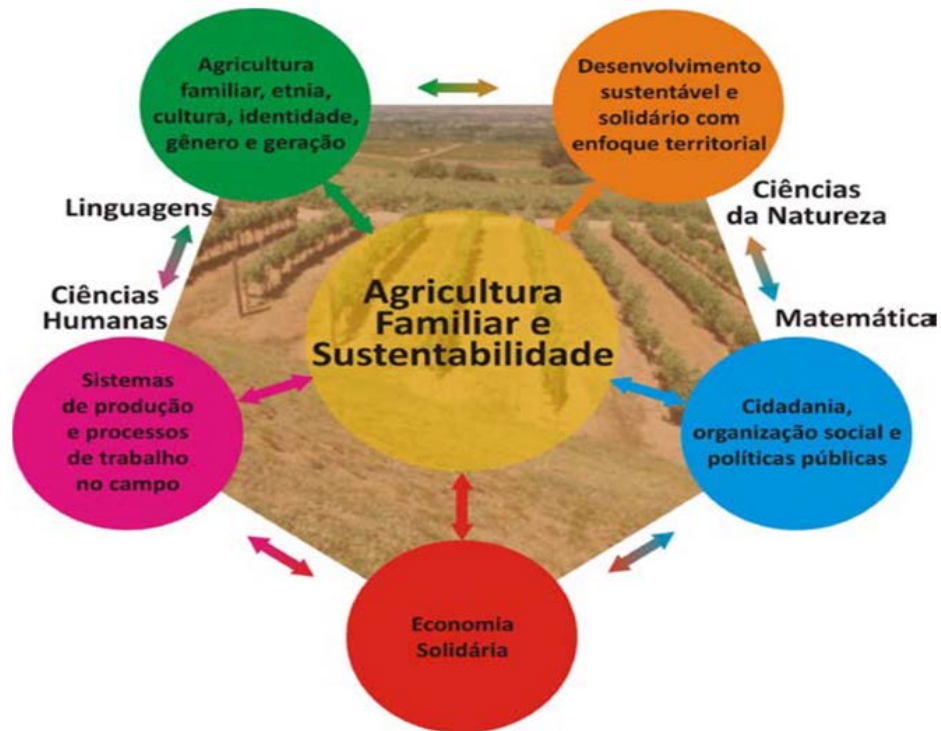
Como visto ao longo deste Projeto Base, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, embasado na legislação geral, na legislação específica da educação e nas normativas da Educação do Campo, constitui-se como um programa de inclusão educacional bastante diferenciado do modelo convencional de ensino.

a) Adequação do calendário escolar – que respeite/valorize o calendário de produção (agrícola, extrativista, pesqueiro) e o regime de alternância mais apropriado ao desenvolvimento do curso e participação dos educandos. As atividades do tempo-escola poderão ocorrer, de acordo com a realidade de cada turma, diariamente, em etapas intensivas, em finais de semana ou numa combinação entre as opções anteriores, sempre intercaladas com atividades do tempo-comunidade a serem desenvolvidas nas unidades familiares e/ou comunidades, individualmente ou em grupos.

b) Organização das alternâncias de tempos e espaços pedagógicos – Observando que as atividades do tempo-comunidade precisam ser devidamente planejadas, durante o tempo-escola e, na sua execução, acompanhadas pelos educadores responsáveis pela turma [...]. (BRASIL, 2009, p. 38)

No diagrama da Figura 1, podemos observar a estrutura do currículo integrado do ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Figura 1 – Diagrama do desenho curricular do ProJovem Campo – Saberes da Terra.



Fonte: Brasil (2008, p. 38).

#### 2.1.4 Eixos Temáticos

Acerca dos Eixos Temáticos, estes agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas específicas do conhecimento, para a elevação da escolaridade. Eles objetivam a formação de jovens agricultores que se apropriem dos conhecimentos humanos e que compreendam a tecnologia, as ciências e a cultura como parte de uma única realidade, criada pela capacidade do ser humano de pensar e atuar sobre o mundo, pela sua capacidade de produzir cultura, técnica e conhecimentos (BRASIL, 2009).

A ementa básica de cada Eixo Temático deve ser adequada e complementada em cada Estado/região, de acordo com suas características específicas: Agricultura Familiar; Identidade; Cultura, Gênero e Etnia; famílias no campo; a história de sua vida e da produção. Faz também um estudo do meio ambiente e ocupações do campo.

O Eixo *Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo* estuda: Agricultura Familiar e suas relações com produção; o papel da família e da comunidade na transformação das potencialidades; desafios dessa transformação ecológica; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas.

O Eixo *Economia Solidária* propõe refletir sobre as formas de economia solidária no Brasil: conhecer o cooperativismo, associativismo, microcrédito e sistemas de crédito;

Mercados solidários; Comercio justo; Análise de conceitos de solidariedade; relações sociais e econômicas presentes na sociedade em geral; desenvolvimento humano e solidário.

Por fim, o eixo *Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial* tem por objetivos: pesquisar e refletir sobre conceitos básicos de desenvolvimento e sustentabilidade; evolução histórica do termo Desenvolvimento Sustentável; desafios, limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável; princípios e fundamentos da Agroecologia; importância do uso racional dos recursos naturais; Políticas Públicas (BRASIL, 2009).

#### 2.1.4.1 Cadernos Pedagógicos

Os Educadores do Programa recebem do Ministério da Educação, como material didático, Cadernos Pedagógicos, que trazem temas propostos para serem trabalhados com os educandos durante o curso. Cada Caderno relaciona-se a um eixo temático do Programa. Segundo o Caderno Pedagógico do Eixo Temático Agricultura Familiar Identidade, Cultura, Gênero e Etnia, os Cadernos Pedagógicos propõem um processo metodológico que visa garantir a construção dos conteúdos simultaneamente:

- 1ª CONTEÚDOS EDUCATIVOS: a partir do/a estudo/discussão da realidade confrontada com as Ciências Humanas e Sociais, com as Ciências Naturais, Agrárias e suas Tecnologias;
- 2ª CONTEÚDOS INSTRUMENTAIS: nas Linguagens Verbais, Artísticas e Matemáticas e em suas Tecnologias;
- 3ª CONTEÚDOS OPERATIVOS: elaboração de projetos, planos e programas e suas tecnologias. (BRASIL, 2008, p. 16)

A proposta é que os conteúdos das áreas de conhecimento sejam trabalhados de forma inserida na realidade dos educandos e suas comunidades.

Figura 2 – Cadernos Pedagógicos.



Fonte: Brasil. MEC. SECAD (2010)

As áreas do conhecimento chamadas a dialogar com os eixos temáticos são: Linguagem, códigos e suas tecnologias; Ciências da natureza e linguagem matemática; Ciências humanas; e Ciências agrárias. Estas áreas estabelecem um diálogo entre si e, ao mesmo tempo, cada uma contribui para ampliar a compreensão das práticas sociais como produtoras de significados, servindo de referência para que as áreas de estudos ressignifiquem o conteúdo de sua contribuição na explicitação da temática estudada.

Para o desenvolvimento da qualificação profissional inicial, foi construído um arco ocupacional que congrega um conjunto de atividades diversas realizadas pelos agricultores familiares.

### 2.1.5 Arcos Ocupacionais

“Arcos ocupacionais são conjuntos de tarefas relacionadas com a base técnica comum, neste caso a agroecologia. Estes arcos devem abranger as esferas da produção e da circulação (produção rural, agroindústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a trabalhador/a, seja como agricultor familiar, assalariado, auto-emprego ou associado/cooperativado (economia solidária)”. (BRASIL, 2009, p. 41)

No âmbito do Ensino Fundamental, cada instituição, ao elaborar o projeto educativo, deve promover, junto com os educandos, educadores, organizações sociais e outros partícipes do Programa, estratégias para a escolha das atividades que apresentam possibilidades na região ou aquelas que potencialmente poderão ser desenvolvidas.

Assim, devem-se estabelecer mecanismos de análise para determinar aquilo que não está sendo desenvolvido, mas que existem possibilidades concretas ou interesse em desenvolver. Os educadores e professores, através de consultas aos educandos, podem encontrar quais são as atividades a serem escolhidas como tema de estudo.

O arco Produção Rural Familiar é composto por 5 ocupações e serve como eixo orientador e facilitador social e profissional, deve contemplar, de modo transversal, estudos em meio ambiente, gestão e administração. Os conteúdos do currículo do ensino formal são trabalhados em um processo de reflexão e aprofundamento das questões desencadeadas pelos temas específicos de cada grupo de educandos, assim como os conceitos desenvolvidos nos cursos dialogam com a experiência vivida pelo agricultor familiar.

As ocupações descritas no arco têm como base a Resolução n ° 4/1999 do CNE: ARCO Ocupacional.

Quadro 1 – Arco Ocupacional.

ARCO	OCUPAÇÕES
PRODUÇÃO RURAL	1. Sistemas de Cultivo
	2. Sistemas de Criação
	3. Extrativismo
	4. Agroindústria
	5. Aquicultura

Fonte: Brasil. MEC. SECAD (2008)

No que se refere à ementa da qualificação social e profissional, esta segue a sequência do quadro acima. Todas as temáticas são estudadas com o intuito de manter uma educação do campo sustentável. Os assuntos estudados abordam temáticas sobre: Agricultura familiar; conservação da biodiversidade; segurança alimentar e nutricional; papel da mulher na Agricultura Familiar; o papel do jovem na Agricultura Familiar. Além de outros assuntos, como: associativismo e cooperativismo; importância da organização social; formas coletivas de organização da produção e comercialização; economia solidária, gestão e comercialização; Mercado, inserção em novos nichos de mercado.

Estuda outras temáticas, como: produção Sustentável; princípios da agroecologia; Sistemas de produção; relação da Agricultura Familiar com o meio ambiente; importância da água como recurso natural renovável; conservação, utilização e manejo da água; importância da conservação de espécies nativas; reflorestamento e florestamento; manejo e utilização racional de espécies nativas; importância da conservação e manejo de solo; culturas agrícolas; produção agroecológica, teoria e práticas; hortaliças e instalação e preparação das hortas.

Também estudam os processos de: fruticultura; produção agroecológica, teoria e práticas; frutas e seu valor nutritivo; saúde; produção de frutas; produção de mudas: instalação e preparação de pomar; colheita (quando colher e como deve ser feito); processamento e embalagens; mercado, comércio justo e economia solidária.

São também abordadas as temáticas na criação de animais: avicultura – manejo sanitário; tipos de produção e manejo; galinha caipira, criação e manejo; produtos e subprodutos, condições básicas para a criação, técnicas de manejo sustentável e aproveitamento da matéria orgânica; consumo, processamento/beneficiamento.

Dando continuidade: apicultura – criação de abelhas melíferas; conhecer as espécies e sua importância; criação de abelhas com ferrão, sistema artesanal; possibilidades de criação. Sobre ovinocaprinocultura: criação e manejo; condições básicas para a criação; técnicas de manejo sustentável e aproveitamento da matéria orgânica; potencial produtivo; bovinocultura de leite e corte.

Em relação à aquicultura, é estudado: importância do uso sustentável dos recursos hídricos; o pescado e a alimentação saudável; produção sustentável de pescado; pesca artesanal; tanques, redes, princípios da piscicultura; potencial produtivo do pescado; utilização dos subprodutos para o artesanato; consumo e mercado.

Sobre a agroindústria, as temáticas estudadas são: o processamento de alimentos agroecológicos; instalações, gestão e organização de agroindústria familiar; fabricação de doces, geleias, polpas, conservas, sucos, vinhos, destilados e derivados de origem animal; transformação de produtos florestais; artesanato com sementes, madeira, flores, palha, fibras; fabrico de óleos, essências e ceras; beneficiamento e embalagem de ervas medicinais.

### 2.1.6 Da qualificação social e profissional

A qualificação social e profissional trata da articulação dos saberes, possibilitando a vivência de novos valores e o desencadeamento de ações coletivas. A elevação de escolaridade, associada à qualificação social e profissional, deverá possibilitar as seguintes aprendizagens aos educandos:

- Desenvolver a capacidade da leitura e da escrita e o seu uso na interpretação da realidade e na satisfação das necessidades cotidianas.
- Aprofundar a relação entre conhecimento científico e o conhecimento acumulado dos trabalhadores em sua trajetória escolar, de trabalho e de vida para a construção de novos referenciais tecnológicos baseados também nos fundamentos e princípios da agroecologia. (BRASIL, 2009, p. 32)

O projeto base (BRASIL, 2009) que sustenta a qualificação social e profissional no ProJovem Campo – Saberes da Terra menciona que a escolarização fundamental dos jovens agricultores familiar, integrada à qualificação social e profissional, torna-se uma estratégia político-pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo, por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição para os povos que moram no campo. Acredita-se que, com este projeto, surge uma oportunidade para os jovens e adultos camponeses que procuram uma profissão, fazendo sonhos se concretizarem dentro de sua própria comunidade.

Iremos conhecer um pouco sobre como surgiu a Pedagogia da Alternância, quais são os passos metodológicos que o ProJovem Campo – Saberes da Terra aborda na sua prática em campo.

### 2.1.7 Pedagogia da Alternância

O ProJovem Campo – Saberes da Terra adota a metodologia da Pedagogia da Alternância, a qual se refere à realização integrada e complementar das atividades educativas nos diferentes tempos e espaços de qualificação social e profissional (BRASIL, 2008). Na Educação, o termo Alternância começou a ser utilizado na França, no contexto das *Maisons Familiales Rurales* (MFR), que foram as primeiras instituições a oferecer educação de forma que as situações de aprendizagens se alternassem em tempo-escola e tempo-comunidade, favorecendo, assim, a permanência dos jovens do campo na escola. Nessa perspectiva, os estudantes poderiam aplicar seus conhecimentos teóricos e práticos ao seu trabalho no campo (RODRIGUES, 2008).

Essa metodologia surgiu na França, na década de 1930, e, de acordo com Silva (2003), teve suas raízes históricas em uma comunidade rural do sudoeste da França, Lot-et-Garone. Esse fato ocorreu a partir do processo de mobilização de um grupo de famílias de pequenos agricultores que buscava alternativa para a educação de seus filhos, na qual fosse possível conciliar a formação social com a formação profissional e que propiciasse, ainda, o desenvolvimento de sua região onde vivia.

Auxiliado por um padre católico, chamado I'Abbé Granereau, os agricultores organizaram um modelo de escola que tinha como projeto pedagógico a alternância entre o trabalho prático na propriedade agrícola e a formação geral e técnica em um centro de formação. A experiência piloto atendeu inicialmente “[...] apenas cinco jovens com idade entre 13 e 15 anos, que passavam três semanas em sua propriedade e uma semana internado nas dependências da igreja” (ALMADA, 2005, p. 43). No período de internato, os jovens faziam o curso de agricultura por correspondência e recebiam formação geral, humana e cristã, orientados por um padre (RIBEIRO, 2008).

Ao retornarem para casa, desempenhavam trabalho prático na propriedade familiar e na comunidade; ao final das três semanas, retornavam para o regime de internato e, assim, periodicamente, iam alternando os tempos e espaços de formação profissional. Nasceu assim, segundo Ribeiro (2006, p. 02), “[...] a pedagogia da Alternância, onde se alternam tempos, lugares de aprendizado”.

Após dois anos de experiência exitosa, e com aumento de demanda para filhos de outros agricultores, os pais de alunos se reuniram em uma associação e construíram uma casa para ser o centro de formação. Por esse motivo, e pela participação ativa da família, segundo Teixeira (2007), essa experiência foi denominada *Maison Familiale Rurale* (MFR) e a

primeira escola recebeu o nome de *Maison Familiale de Lanzun*. Essa proposta de educação assumiu características próprias com o passar do tempo. Além da alternância dos períodos e espaços educativos, houve a participação de diferentes atores no processo de formação dos jovens agricultores: os próprios jovens que não eram meramente alunos de um processo educacional, mas já se tornaram atores de sua própria história.

“A pedagogia da alternância não foi gerada a partir de teorias, mas sim empiricamente criada por meio da ‘invenção’ e implementação de um instrumental pedagógico, que traduzia nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação” (GIMONET, 2007, p. 23). Gimonet (1999, p. 40) ressalta ainda que: “[...] fora de estruturas escolares e sem referência pedagógica, inventaram uma nova escola que seus filhos não recusariam porque ela responderia às suas necessidades fundamentais”.

A abordagem pedagógica da Alternância chegou ao Brasil na década de 1960, inicialmente pelas chamadas Escola Família Agrícola (EFA) no Estado do Espírito Santo. Depois, se expandiu para outros Estados brasileiros, compondo alguns centros educativos (FONSECA, 2008). Portanto, as EFA foram às primeiras instituições educacionais por alternância no Brasil.

Ainda nos anos de 1960, o Brasil estava passando por transformações sociais, econômicas e culturais muito significantes, por exemplo, o processo de industrialização estava crescendo e isso tinha um reflexo direto na sociedade. Ainda nessa mesma década, a Pedagogia de Paulo Freire também estava sendo utilizada com trabalhadores brasileiros e tinha pontos em comum com a abordagem pedagógica da Alternância, como, por exemplo, a importância atribuída ao aprender fazendo e pensar agindo (GOULART, 2010) e também o fato de ter surgido fora da academia, a partir das necessidades das pessoas que atendiam.

Todavia, foi na década de 1980, com o fim da ditadura militar no Brasil, que o momento ficou favorável para a criação de cooperativas, instituições não governamentais e associações camponesas. Foi nesses espaços que as escolas em alternância ganharam importância no Brasil na luta por democratização da Educação (RODRIGUES, 2008).

A Metodologia da Alternância é uma perspectiva que busca integrar os saberes teóricos e práticos. Essa abordagem pedagógica é utilizada no contexto do campo, mas, como afirma Rodrigues (2008), poderia ser utilizada também em outros contextos. As concepções dessa abordagem tentam romper, por exemplo, com as dicotomias entre teoria e prática, entre saberes formalizados e habilidades, entre trabalho intelectual e trabalho físico, concreto e abstrato. Romper com essas dicotomias é importante em qualquer contexto social, pois todos os saberes se complementam. Silva (2003) discute que a diversidade de concepções de



alternância causa certa confusão em torno dessa modalidade pedagógica, entretanto, também instiga esforços teóricos na busca de mais compreensões sobre a mesma.

A execução da proposta pedagógica e curricular do ProJovem Campo – Saberes da Terra ocorre por meio da organização dos tempos e espaços formativos, considerando os pressupostos, os princípios e o currículo elencados no Projeto Base, que tem como sua razão de ser a formação de jovens da Agricultura Familiar. Assim, a utilização da alternância de tempos e espaços pedagógicos é considerada matriz pedagógica da organização do trabalho para a realização do processo de ensino e aprendizagem.

Senão, vejamos o que o documento das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* estabelece no Art. 7º:

§2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. (BRASIL, 1996, p. 51)

Dessa forma, sendo a especificidade da modalidade EJA e da Educação do Campo assegurada, como princípio, a organização adequada dos tempos e espaços formativos à realidade do campo se apresenta como estratégias específicas de garantia do direito à educação e a flexibilização da organização do calendário escolar. Essa flexibilização pode acontecer sob a forma da alternância, considerada uma das mais adequadas metodologias para atender às peculiaridades das populações do campo.

Vê-se, assim, que, formalmente, a metodologia caracteriza-se pela conjugação de períodos alternados de formação na escola e na família e pelo uso de instrumentos pedagógicos específicos. No ProJovem Campo – Saberes da Terra a alternância acontece por meio de dois tempos-espaços específicos: Tempo-escola e Tempo-comunidade.

O Tempo-escola corresponde ao período em que o educando permanece efetivamente no espaço da unidade escolar, em atividade grupal, em contato com o saber sistematizado em áreas de conhecimentos, planejando, pesquisando, debatendo e interagindo com os demais, com a mediação e orientação dos educadores. Neste período, são desenvolvidas aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos eixos temáticos, é planejada a execução de projetos-pesquisa que serão desenvolvidos em suas propriedades, são realizadas atividades de acolhimento e organização grupal, planos de pesquisas, círculos de leitura e diálogos, trabalhos em grupos, entre outras atividades pedagógicas.

Tempo-comunidade corresponde ao período em que o estudante, tendo problematizado e confrontado no tempo-escola os conhecimentos que trouxe de casa, é motivado a promover e compartilhar na família os resultados, impressões e eventuais conclusões deste confronto e problematização. Ainda, os estudantes desenvolvem pesquisas, projetos, atividades grupais, entre outras atividades, com o auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico dos educadores, pois que devem ser realizados, durante esse tempo. Isto será planejado de modo a garantir a inserção dessas atividades no desenvolvimento do curso, promovendo, assim, a integração do currículo com a realidade vivenciada pelos educandos e suas comunidades.

A carga horária total de formação é de 2.400 horas. A organização dos Tempos e Espaços Formativos está dividida da seguinte forma: 1.800 horas para o Tempo-escola e 600 horas para o Tempo-comunidade.

Quadro 2 – Organização da Alternância das Turmas.

1 período de 04 h/aulas	Carga horária anual	a/s	Tempo-escola	Tempo-comunidade	Carga horária total
aula/noturno	1.200 h/a	30h/a	900h/a	300h/a	2.400h/a

Fonte: Brasil. MEC. SECAD (2010)

### 2.1.8 Avaliação

A avaliação abrange todos os tempos e espaços formativos do Programa, assim como os recursos que o educador utiliza no processo de ensino-aprendizagem. Em termos gerais,

Avaliação é uma categoria de estudo que pode focalizar diferentes aspectos de um programa, política ou serviço, como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos. Seu objetivo é melhorar a qualidade dos processos de implementação ou verificar seus resultados, dando também subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras. (VAITSMAN, 2006, p. 03)

Essa avaliação contínua e sistemática contribuirá para o fortalecimento do programa e das organizações. A avaliação aqui concebida vai além de um mero procedimento burocrático de prestação de contas. Este processo tem resultado em aprendizado social das organizações envolvidas na formação dos professores, além de apoiar a gestão dos cursos e sistematizar dados que contribuem para o aprimoramento do trabalho junto aos jovens do campo.

### 3 CAMINHO METODOLÓGICO

Esse capítulo é dedicado à descrição das escolhas metodológicas. A presente pesquisa teve uma característica, do ponto de vista da sua natureza, de uma pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Quanto à forma de abordagem, segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, quer dizer, existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

De acordo com Minayo (1995, p. 21-22),

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa foi descritiva, pois se pretendeu analisar os dados indutivamente. Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e com o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto.

Desse modo, visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: entrevistas e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. A pesquisa qualitativa descritiva observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com

outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário e a observação.

Tem-se, como procedimentos técnicos, o estudo de caso, quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (YIN, 2001). O estudo de caso possui uma metodologia de pesquisa classificada como aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais (BOAVENTURA, 2004). Gil (2008) complementa, afirmando que as pesquisas com esse tipo de natureza estão voltadas mais para a aplicação imediata de conhecimentos em uma realidade circunstancial, relevando o desenvolvimento de teorias.

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência.

### **3.1 O lócus da pesquisa e a caracterização dos sujeitos**

A Comunidade Japuara, onde foi feita a pesquisa, é situada na zona rural e se encontra a 8 km ao sul da sede do Município de Canindé e a 120 km da capital cearense, tendo como principal via de acesso a BR 020. Os Sujeitos da pesquisa foram 4 professores e dois grupos de 6 alunos, totalizando dezesseis (16) pessoas da comunidade.

Japuara é um exemplo histórico da luta e resistência camponesas e da intervenção pública através da desapropriação da Fazenda. Essas ações do Estado e a luta camponesa trazem esperanças e pretensões de mudanças sociais. A Fazenda Japuara, como propriedade particular, possuía moradores que foram os protagonistas no processo de luta e organização dos trabalhadores nas investidas contra o latifúndio.

Os confrontos, que ficaram conhecidos como a “Chacina de Japuara”, ocorreram em dois momentos distintos, em 2 de janeiro de 1971, opondo moradores e parceiros aos proprietários da terra.

Com a expansão do capitalismo no campo, diversas mudanças foram constatadas na Microrregião do Sertão-Central, das quais destacamos o interesse dos latifundiários sobre as terras próximas à estrada e a organização dos trabalhadores rurais pelo sindicato e

Comunidade Eclesial de Base (CEB). A Fazenda, que pertencia a Anastácio Braga, foi vendida a César Campos, o qual passou a se interessar pela criação de gado extensiva, não absorvendo a mão de obra dos moradores ali existentes. Objetivando defender as suas benfeitorias, os camponeses reagiram à repressão do proprietário, que gerou o conflito em 02 de janeiro de 1971, culminando em 4 mortes.

Ressaltamos a necessidade de se estabelecer políticas para o campo, na busca da realização da Reforma Agrária, com o objetivo de conter os conflitos e garantir vida digna para os trabalhadores sem-terra. Vários governos estabeleceram políticas, contudo, não aplicaram medidas eficazes. “Um mês e dois dias, 04 de fevereiro de 1971, após o término dos confrontos explícitos, o Presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes que variam de 26 a 42 hectares” (BARREIRA, 1992, p. 56).

Japuara tornou-se, assim, o primeiro caso de Reforma Agrária no Ceará, em pleno regime militar. O registro feito pela Gazeta de Notícias sobre a desapropriação da fazenda, em 25 de março de 1971, destacou que “[...] o decreto baseou-se na exposição de motivos do Ministério da Agricultura” (BARREIRA, 1992, p. 56).

Há divergências quanto aos dados do número de famílias beneficiadas pela desapropriação e ao tamanho dos lotes. Barros (2003) menciona que a extensão de Japuara é de 1.540 hectares, divididos em 36 lotes, com 37 a 42 hectares. No dia 4 fevereiro de 1971, a desapropriação beneficiou 70 famílias, com lotes de 52 hectares. O registro feito pela Gazeta de Notícias, sobre a desapropriação da fazenda, em 25 de março de 1971, destacou que “o decreto” baseou-se na exposição de motivos do Ministério da Agricultura, que lembrou os lamentáveis feitos ali ocorridos recentemente, quando ocupantes da área, há vários anos, com arrendamento e parceria, foram vítimas da violência por parte do proprietário Júlio César Campos.

Os trabalhadores rurais, a Igreja e os sindicatos continuaram a pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual interveio desapropriando, possibilitando, assim, o acesso à terra (em 1971) aos protagonistas. Conforme o Empreendedor Social do INCRA, esse tipo de ação do Estado é conhecida como desapropriação por interesse social, a qual consta em vários planos de Governo. Por questões de alguns conflitos, Japuara não se tornou um assentamento.

Vale destacar que a ação recorde do INCRA, no que se refere à desapropriação em menos de dois meses da Fazenda Japuara, não ocorreu, apenas, devido à pressão social dos trabalhadores sem-terra, mas, naquela conjuntura, o Sertão cearense, bem como o Nordeste,

passava por uma forte seca e, por sua vez, o Estado temia que fatos semelhantes desencadeassem novos movimentos de trabalhadores sem-terra. Foram beneficiados cerca de 44 parceiros. Atualmente, parte significativa dos que vivem na área compraram as parcelas de antigos beneficiários e apresentam uma distância ao contexto de lutas por terras, onde desconhecem a história da conquista da Fazenda. Isso se dá em virtude da falta de vivência no processo de desapropriação.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente, o INCRA está implantado em todo o território nacional, por meio de 30 superintendências regionais.

Sobre os sujeitos desta pesquisa, com fins de preservar suas identidades, adotamos, para os educadores, nomes de plantas nativas da região, sendo elas: Sabiá, Juazeiro, Oiticica e Carnaúba. E, para os educandos, nomes de frutas da região, sendo elas: Caju, Cajá, Jenipapo, Ingá, Graviola, Acerola, Tamarindo, Seriguela, Melão, Pitomba, Cajarana e Açaí.

O delineamento da pesquisa em foco fez um estudo sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra e será realizada em 3 etapas, as quais serão descritas a seguir.

### 3.1.1 Primeira etapa: observação na sala de aula

As vivências possibilitam sentir a interação entre alunos e professores e nos fazem conhecer melhor o lugar e as pessoas do campo. Isso traz diversas possibilidades de obter uma pesquisa direta, a partir da observação do pesquisador em relação aos educandos e educadores. Permite ressaltar quanto ao projeto, sua aplicação e funcionamento dentro do assentamento, que contém um agrupamento de pessoas interessadas em participar do grupo de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que busca alcançar algum objetivo de aprendizagem para sua vida.

Foram realizadas as observações na sala de aula nos dias: 07, 09, 15 e 18 do mês de agosto de 2017. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a pauta de observação da atividade em sala de aula, um roteiro de acompanhamento, ficha na qual a pesquisadora anotou procedimentos, metodologias e materiais utilizados que fizeram presentes as aulas. Esta ficha de observação encontra-se no Apêndice A.

A observação que foi feita é a não participante, neste caso, o pesquisador toma contato com a comunidade, o grupo ou a realidade estudada, mas sem integrar-se a ela,

permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático e foi realizado em uma sala cedida para o ProJovem Campo – Saberes da Terra na comunidade Japuara no município de Canindé, contendo 16 alunos e rodízio de 4 professores.

### 3.1.2 Segunda etapa: entrevista com educadores

Foram realizadas entrevistas individuais com os educadores, à luz de teorias com o enfoque de compreender o olhar que os professores possuem em relação ao ProJovem Campo como ajuda na vida dos sujeitos, frente à execução do programa na comunidade Japuara.

A entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Foi utilizada a entrevista não estruturada, portanto, não existiu rigidez de roteiro. Assim, a investigadora pode explorar mais amplamente algumas questões, tendo mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Em geral, as perguntas foram abertas.

Para este estudo, adotaram-se os seguintes procedimentos: entrevistas individuais com os 4 (quatro) professores, em que as perguntas foram abertas, permitindo que os informantes respondessem livremente às mesmas. Foram feitas 12 (doze) perguntas aos educadores. As entrevistas duraram cerca de 01 (uma) hora. O áudio das entrevistas foi gravado utilizando o telefone celular da pesquisadora. Foi utilizada gravação pelo aplicativo do celular da pesquisadora e, posteriormente, essas entrevistas foram transcritas e retiradas do celular e seu uso preservará a identidade e integridade de cada participante. No registro da pesquisa não constam os nomes dos participantes, pois, conforme explicado, utilizou-se os nomes de plantas nativas da região.

Quanto à forma, as perguntas do questionário foram perguntas abertas, então feitas de forma livre (“Qual é a sua opinião?”). Permitiu que os informantes respondessem, de igual modo, livremente. Nesse caso, a análise dos dados é difícil, cansativa, demorada. Nas questões abertas, os respondentes ficaram livres para responder com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas. Foram realizadas as entrevistas com os educadores nos dias: 08, 09, 10 e 11 do mês de janeiro de 2018. O roteiro da entrevista individual com os professores encontra-se no Apêndice B.

### 3.1.3 Terceira etapa: Grupo focal com educandos

Foram realizados 2 (dois) grupos focais com os educandos, inspirados nas observações, tendo em vista gerar debates para colher questionamentos relacionados ao Programa, o que nos permitiu fazer uma leitura das unidades de significação e subcategorias. Para a realização do Grupo Focal (GF), foi realizada uma reunião com os educandos no dia 12 de janeiro de 2018, para planejamento e definição, em conjunto, dos dias de aplicação do procedimento.

Cada grupo conteve 6 (seis) educandos. O primeiro grupo (GF1) foi realizado dia 15 de janeiro de 2018 e o segundo grupo (GF2), no dia 22 de janeiro de 2018, a fim de compreender o olhar que os educandos possuem a respeito do ProJovem Campo – Saberes da Terra na comunidade Japuara.

Os grupos focais têm o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. Sua finalidade principal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão. Participaram da pesquisa 12 (doze) alunos da comunidade Japuara e este método permitiu à entrevistadora observar a interação entre os participantes, que manifestaram uma opinião coletiva.

Para esta etapa do estudo, adotamos os seguintes procedimentos: realizaram-se 02 (dois) grupos focais com 6 (seis) alunos cada, totalizando 12 (doze) alunos do ProJovem Campo – Saberes da Terra, com faixa etária de 18 a 29 anos. Foi lançada uma pergunta para o grupo debater a temática, com duração de 01 (uma) hora. Tomou-se como ponto de partida a seguinte pergunta norteadora: Como vocês percebem o ProJovem Campo – Saberes da Terra?

As gravações dos áudios foram feitas também pelo aplicativo no celular da pesquisadora; em seguida, essas entrevistas foram retiradas do celular e transcritas e seu uso preservará a identidade e integridade de cada participante. Na análise da pesquisa, não foram utilizados nomes dos participantes, visando preservar a sua identidade.

Entendemos que o diálogo, o debate, a reflexão, o falar e o ouvir permitem a aprendizagem dos sujeitos. Por acreditar no potencial da interação, foram utilizadas entrevistas de grupo como técnica para a coleta de dados, inspiradas na técnica de Grupo Focal (GF), já que esta técnica, como afirma Gatti (2005), ao propiciar a exposição ampla de ideias e perspectivas, permite o surgimento de respostas mais completas e possibilita verificar a lógica ou as representações que conduzem a respostas, que, com outros meios, poderiam ser difíceis de captar. Os dados fundamentais, utilizados na análise dessa interação, são as transcrições das discussões dos grupos.



Os GF foram fundamentados, especialmente, nos estudos e pesquisas qualitativas de Dias (2000) e Placco (2005), que o apontam como uma técnica ideal para se entender atitudes, preferências, necessidades, sentimentos e ideias dos participantes acerca de um determinado assunto. Placco (2005, p. 302) define o GF como:

Uma técnica de discussão não diretiva em grupo, que reúne pessoas com alguma característica ou experiência comum para discussão de um tema ou área de interesse. Tendo em foco um determinado assunto, a discussão não busca o consenso, mas levantar as diferentes opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, em um tempo relativamente curto.

A interação, numa entrevista em grupo, com participantes (que, geralmente, não se encontraram antes da entrevista) que compartilham ideias e lidam com divergências, é mais natural e autêntica que a interação dual entre entrevistado e entrevistador, presente na entrevista individual (DIAS, 2000). Para dar prosseguimento à pesquisa baseada nesta técnica, foi necessário fazer a moderação que, administrando o diálogo, estimulou um ambiente de troca, onde as pessoas se sentiram à vontade para compartilhar suas ideias e opiniões. O moderador é a peça-chave do sucesso de uma pesquisa baseada em grupos focais.

Foi um desafio administrar a situação para que as pessoas, na discussão, se sentissem à vontade. Os participantes conversaram entre si, explanando as opiniões sobre o debate proposto. Os estudantes compreenderam a dinâmica do grupo. Os grupos selecionados para a pesquisa foram heterogêneos, pois o objetivo era provocar o debate, isso certamente traz um melhor resultado para os pesquisadores.

Quanto aos procedimentos de registro de dados, foram utilizados: diário de campo, gravador de áudio do aparelho celular, formulários e questionários.

Utilizou-se, como equipamento principal para essa entrevista, o gravador do aparelho celular, com o auxílio do aplicativo gravador de voz, possibilitando, assim, mais um instrumento de coleta que ajudou no momento das transcrições e de análise dos dados. Com isto, documentamos todas as informações fornecidas pelos jovens. No que se refere à gravação da entrevista, Gil (2008, p. 125) afirma que “[...] o único modo de reproduzir com precisão respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com o uso de um gravador”. Nesse sentido, isto permitiu à entrevistadora concentrar-se mais nos gestos e expressões dos entrevistados.

Do ponto de vista metodológico, o estudo privilegia uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com as técnicas entrevista coletiva, grupo focal e estudo de caso. Nesse sentido, aspectos como a vida dos participantes, os espaços culturais de vivência e a vida da própria pesquisadora estão em relação contínua.

A análise interpretativa das falas permitiu mostrar o caminho e definir os conceitos centrais de orientação do estudo em análise, sobre o olhar dos educandos e educadores em relação ao ProJovem Campo – Saberes da Terra para a comunidade Japuara

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica prévia, de acordo com a natureza da pesquisa, passando, em seguida, aos detalhes desta, determinando as técnicas a serem utilizadas na coleta de dados, a fonte da amostragem, que deveria ser significativa, isto é, representativa e suficiente para apoiar conclusões, além das técnicas de registro desses dados e as de análise posterior.

Esse trabalho buscou apoio na internet e em livros de autores, tais como Arroyo (2004, 2005, 2010), Caldart (2002, 2004, 2005, 2013), Molina (2002, 2004) e Furtado (2002), que escreveram sobre a temática do nosso trabalho. Além das fontes acima citadas, foram utilizados conhecimentos adquiridos em nossa experiência com os povos do campo, vendo suas ações e ouvindo suas histórias.

Quanto às obras aqui mencionadas e que são base de nossa pesquisa, podemos citar: *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia e Educação como prática de liberdade*, também de Paulo Freire, além da coleção de cadernos pedagógicos do MEC, ProJovem Campo – Saberes da Terra, para a educação de jovens do campo que foram nosso auxílio no desenvolvimento da pesquisa.

Os trabalhos, os debates, a própria convivência com os professores do Mestrado e com os colegas do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória do Ceará (NEJAHM) e da linha de pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, foram importantes para compreendermos os conceitos de Educação do Campo, sua história e a própria importância para os homens e mulheres que vivem no campo.

A consulta bibliográfica sugerida pela orientadora Dra. Eliane Dayse foi também uma forma de conhecer materiais mais específicos em relação à temática da pesquisa. Além das fontes mencionadas acima, foram citadas anotações feitas durante as aulas, as quais foram também muito importantes para enriquecer a pesquisa. Agora, mostraremos a análise dos achados extraídos do campo da pesquisa que estão expostos a seguir.

## 4 RESULTADO DO CAMINHO PERCORRIDO

Este capítulo é referente à análise dos dados da pesquisa. Na primeira seção, é analisada a percepção dos professores com relação à prática da Pedagogia para Educadores do Campo e a segunda trata da realidade da sala de aula a partir da observação da pesquisadora. Na terceira seção abordam-se aspectos das análises dos relatos de experiência produzidos pelos educadores. Na quarta seção são tratados elementos das análises dos relatos de experiência e a quinta seção apresenta a categorização e análise dos resultados, a percepção dos educadores da comunidade Japura em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra e a percepção dos educandos da comunidade Japura em Canindé-CE.

### 4.1 O olhar da Comunidade Japura

Acerca dos educadores da comunidade Japura, podemos analisar que, entre eles, todos já possuem experiências em sala de aula. O professor Oiticica falou que:

Desde que terminei escola agrícola, 1985, da cidade de Granja, em 1986. Comecei a trabalhar em uma fazenda de caju na cidade de Aracati; plantávamos 6 mil metros de caju e depois vim trabalhar na minha cidade, Canindé, no projeto manejo com plantas nativas, com a produção de jurema preta, sabiá, mororó, pau branco e outras. Gosto de trabalhar em comunidade, tanto é que já participei de vários projetos, projeto de assentamento, assistência técnica em ONGs, sempre gostei e gosto de trabalhar com pessoas do campo. O ProJovem Campo – Saberes da Terra, para mim, foi uma inovação na minha vida, como técnico agropecuário, e dou aula na prática e na teórica mostrava os projetos e mostrava realmente que estava dando certo para o meio rural. Gosto muito de fazer isso, não me atendo ficar em escritório, gosto mais de campo. Estamos também com um novo projeto: o fomento mulher. Eu me realizo trabalhar com o povo do campo, isso me satisfaz. (Professor Oiticica)

A Professora Carnaúba falou:

Trabalhei como voluntária, tanto na sede de Canindé como na zona rural; desde 2014 até os dias atuais venho envolvida nessa luta para a melhoria do povo campesino, participando de eventos, conferências, vivendo, interagindo com os alunos. Percebeu-se que o que os motivou a lecionar Educação de Jovens e Adultos, partiu de uma necessidade acima de tudo. (Professora Carnaúba)

Vejamos outra colocação, que é do professor Sabiá:

Sou oriundo da EJA, só que, naquele tempo, a educação de jovens e adultos era convertida tempo de ensino supletivo e algumas disciplinas do meu tempo científico, através do supletivo 2º grau, década de 80, 90, existiam o supletivo era dessa forma e, dos tempos pra cá, as coisas se modernizaram. Mas me sinto, de certa forma, até privilegiado de ter vindo dessa modalidade, que é a situação que o jovem conclui seus cursos através de uma facilidade incrementada pelo sistema educacional do país. Eu vim dessas origens e acho muito importante que muitas vezes os jovens deixam de estudar, têm que trabalhar, casou, porque não pode, várias consequências

que impedem que aluno conclua regularmente o seu ensino. E a modalidade da EJA é uma oportunidade pode levar o indivíduo a concluir e levá-los a uma universidade, realizando seus sonhos. É muito difícil o aluno desbravar devido à própria comissão de vivência, mas, quando ele consegue ultrapassar, eles se sentem privilégio, resgata o conhecimento dele na vida profissional é muito gratificante. (Professor Sabiá)

Observa-se que o que os motivou a lecionarem EJA foi a curiosidade de saber como o professor faz para os alunos aprenderem depois de adultos. Sentiram isso na prática docente, uma sensação nova, uma responsabilidade de repassar os conteúdos e de desenvolver atividades para os estudantes aprenderem. Isto, para eles, é muito gratificante: poder ajudar as pessoas a continuarem seus estudos.

Foi possível perceber que os professores da comunidade Japuara trabalham com motivação e alegria ao realizar o trabalho docente. Colocaram que, na modalidade EJA, o professor passa a conhecer a vida do aluno, seus desejos, anseios e dificuldades. E que, na capacitação do programa, fizeram curso de Educação do Campo, escola da terra, que se familiarizaram com o campo, e que criaram um laço de amizade entre educandos e educadores.

No que diz respeito aos educandos do ProJovem Campo, estes são jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar no seu período regular. Percebe-se que este programa modifica a vida de muitos jovens, dando-lhes a oportunidade de retornar aos estudos. Os alunos entendem que o ProJovem Campo é uma oportunidade para os camponeses, incentiva os jovens a permanecerem no campo, a valorização pela terra, a identidade, gênero e cultura. Incentivando a qualificação Social e Profissional do povo do campo e a motivação para permanência no lugar onde vive, continuando suas origens no cultivo e preparo da terra para plantar.

#### **4.2 A Realidade da sala de aula a partir da observação da pesquisadora**

Durante a observação em sala de aula, utilizou-se a observação de campo do tipo total, ou seja, visou-se não interferir/interagir. Após 2 (duas) semanas de observações, foi destinado a cada professor três dias para anotação das observações. Foi possível extrair as principais informações contidas nas aulas. Tais resultados apresentam-se a seguir. Conforme já explicitado, a observação foi feita em uma sala cedida para o ProJovem Campo – Saberes da Terra na comunidade Japuara no município de Canindé, contendo 16 alunos e rodízio de 4 professores.

Refletir criticamente a prática pedagógica significa ir além da sala de aula, pois, a partir dos saberes da expressão dos professores, podem-se fazer algumas reflexões. Visto que o conhecimento não é uma construção social, mas, também, uma forma de resgatar a dignidade do sujeito ao meio de sua cultura.

#### 4.2.1 Pauta de observação nas aulas da professora Sabiá

A turma ProJovem Campo Japuaara foi observada e foram feitas as considerações. A disciplina que a professora Sabiá leciona é Linguagens e Códigos. O conteúdo ministrado foi proposto a temática da identidade do aluno, tempo-escola. As atividades realizadas pela professora foram: dinâmica linha do tempo, onde fez uma lembrança do nascimento até os dias atuais; em seguida, realizou-se debates em grupos, com o objetivo de resgatar o processo histórico de cada aluno, histórias da comunidade, lutas, origens e conquistas.

Realizamos um registro reflexivo da observação da aula, da atividade proposta aos alunos. Cada aluno construiu sua linha do tempo, usando matérias: EVA, papel madeira, cola, revistas, jornais e pinceis. Houve aspectos positivos da atuação da professora, pois ela fez um resgate no processo histórico de vida junto aos alunos, debatendo a origem do campo, a cultura local, levando os mesmos a se descobrirem e a conhecerem como é a vida do outro, relacionando as dificuldades da vida de maneira dinâmica, interativa e prazerosa, realizando atividades que vão de encontro a novas descobertas do cotidiano dos alunos, levando-os à reflexão.

Percebemos que o resgate da identidade dos alunos proporcionou momentos de encontros e descobertas com a identidade pessoal de cada um, por meio de atividades interessantes que os levem a pesquisas, criações de produções e leituras referentes aos assuntos trabalhados.

Concluiu-se que a disciplina Língua Portuguesa ajuda os alunos a descobrirem suas identidades juntamente com o grupo, partilhando suas experiências e vivências, interagindo o conhecimento adquirido, promovendo interação uns com os outros.

A aula abordou o resgate do contexto histórico da identidade do aluno. A visão de mundo de uma pessoa que regressa aos estudos na idade adulta, muitas vezes após anos afastados da escola, ou mesmo aquele adulto que está começando, sua trajetória escolar agora é bem peculiar.

São pessoas que já formaram uma visão do mundo pelas experiências vividas e que têm suas crenças e valores já constituídos. Além disso, os alunos jovens e adultos, ao

contrário das demais modalidades de ensino, são tipos humanos diversos, com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos e ritmos diferentes e apresentam a estrutura de aprendizagem diferenciada, já que vivem em um mundo de preocupação e afazeres, no trabalho, em casa, contendo diversas responsabilidades diárias.

Acreditamos que é de muita importância os alunos estudarem identidade, como se dá a educação de sujeitos do campo que, por vezes, são rotulados como atrasados. Será um momento de ressignificação da própria identidade, pois somos oriundas da zona rural. Esse contato aprofundado de estudar a linha do tempo nos faz lembrar o tempo em que vivíamos no campo, as brincadeiras da infância, os costumes, tradições religiosas, fatos corriqueiros do campo, que marcaram a nossa vida e que, com a vinda para a cidade, ficam guardados na memória. (Professora Sabiá)

Ciampa (1987) entende identidade como metamorfose, ou seja, em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos. A identidade tem caráter dinâmico e seu movimento pressupõe uma personagem.

A personagem, que, para o autor supracitado, é a vivência pessoal de um papel previamente padronizado pela cultura, é fundamental na construção identitária: representa-se a identidade de alguém pela reificação da sua atividade em uma personagem que, por fim, acaba sendo independente da atividade. As diferentes maneiras de se estruturar as personagens resultam diferentes modos de produção identitária.

Portanto, identidade é a articulação entre igualdade e diferença. Identidade é movimento, porém, uma vez que a identidade pressuposta é repostada pelos ritos sociais, passa a ser vista como algo dado e não como se dando. A reposição, portanto, sustenta a mesmice, que é a ideia de que a identidade é atemporal e constante: identidade-mito.

A superação da identidade pressuposta denomina-se metamorfose (CIAMPA, 1987). Dubar (1997) concebe identidade como o resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais (ou seja, o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação nos quais os sujeitos estão inseridos) e biográficos (que tratam da história, habilidades e projetos da pessoa).

Para Dubar (1997), a identidade para si não se separa da identidade para o outro, pois a primeira é correlata à segunda: reconhece-se pelo olhar do outro. Porém, essa relação entre ambas é problemática, pois não se pode viver diretamente a experiência do outro, e ocorre dentro do processo de socialização.

O autor afirma que a “[...] identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997, p.

104). Essa afirmação o aproxima de Ciampa (1987), quando diz que a identidade se constrói na e pela atividade. A identificação vem do outro, mas pode ser recusada para se criar outra.

De qualquer forma, a identificação utiliza categorias socialmente disponíveis (DUBAR, 1997). O processo de constituição da identidade, para Dubar (1997) – que prefere falar em formações identitárias, visto entender que são várias as identidades que assumimos –, constitui-se em um movimento de tensão permanente entre os atos de atribuição (que correspondem ao que os outros dizem ao sujeito que ele é e que o autor denomina de identidades virtuais) e os atos de pertença (em que o sujeito se identifica com as atribuições recebidas e adere às identidades atribuídas).

Enquanto a atribuição corresponde à identidade para o outro, a pertença indica a identidade para si, e o movimento de tensão se caracteriza, justamente, pela oposição entre o que esperam que o sujeito assuma e seja e o desejo do próprio sujeito em ser e assumir determinadas identidades. Logo, o que está no cerne do processo de constituição identitária, segundo Dubar (1997), é a identificação ou não identificação com as atribuições que são sempre do outro, visto que esse processo só é possível no âmbito da socialização.

#### 4.2.2 Pauta de observação nas aulas do professor Juazeiro

As disciplinas que o professor Juazeiro leciona são Ciências da Natureza e Matemática. O conteúdo ministrado foi: Alimentação saudável, tempo-escola. A atividade realizada pelo professor foi de observar as frutas, como é o processo de desenvolvimento das folhas e frutos, e sobre a alimentação saudável longe dos agrotóxicos.

Os alunos levaram para a sala de aula frutas e legumes, para realizar o estudo no caso concreto das vitaminas e dos nutrientes contidos nos alimentos, para obter uma qualidade de vida, com o objetivo de conhecer a importância dos alimentos e possuir uma vida saudável.

Registrou-se uma aula reflexiva, com explanação do professor sobre alimentação saudável. Foram apresentadas, em sala, as variedades de frutas e hortaliças levadas pelos alunos e foi feita uma explicação do professor, vivenciando concretamente com os alunos o estudo das frutas. Falou-se também da importância do plantio, da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente. Esta foi uma aula bem dinâmica e contextualizada. O professor solicitou uma atividade em sala: construção de textos utilizando figuras de alimentos saudáveis

Observaram-se aspectos positivos da atuação do professor, pois o mesmo explicou a importância das frutas, mostrando os benefícios de cada uma delas. Os alunos perguntaram

sobre os tipos de vitaminas e o professor explicou quais vitaminas cada fruta possui, seus benefícios; depois, cortou as frutas ao meio e mostrou todo o processo de germinação até o fruto.

Observou-se que o professor trabalha de forma dinâmica e interativa, mostrando para os alunos como devem se alimentar para obter uma qualidade de vida; mostrou-se muita motivação e entusiasmo da turma.

Concluiu-se que os hábitos alimentares são resultado de diversos fatores, relacionados com as condições de vida da família e o ambiente, dentre os quais encontram-se o nível socioeconômico, a cultura, fatores climáticos e geográficos, o meio urbano ou rural, as preferências, o tamanho do grupo familiar.

Para ter uma alimentação saudável, é importante realizar mudanças significativas no estilo de vida, entre as quais, adotar uma dieta balanceada e um programa de exercício regular e repetitivamente, que possa conscientizar os camponeses. E que os jovens do campo possam entender a importância de como deve ter uma alimentação longe de agrotóxicos. (Professor Juazeiro)

Uma alimentação equilibrada é aquela que contém diferentes alimentos em quantidade suficiente para o crescimento e manutenção do organismo. A alimentação influencia diretamente na saúde, no trabalho, no estudo, no lazer e no tempo de vida das pessoas. Repensar os modos de produção de alimentos é uma necessidade emergencial para a manutenção dos recursos naturais existentes em nosso território. O modelo produtor atualmente vigente não é contemplador do equilíbrio entre meio, recursos e sociedade.

Sendo assim, esse modelo deve ser superado, para uma perspectiva agroecológica onde não se valida apenas o modo de produção, mas todos os fatores influenciadores na produção de alimentos, como tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando um agroecossistema sustentável.

O conhecimento da agroecologia contribui para o empoderamento dos povos do campo, desacelerando o processo migratório em função da busca de oportunidades, pois a capacitação das famílias produtoras de alimentos contribui para a fixação dos jovens no campo, já que, assim, encontram oportunidades de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

Os habitantes do meio urbano também ganham no quesito qualidade, pois os métodos de produção agroecológica produzem sem o uso de defensivos agrícolas agressores do ecossistema, dessa forma, preservando os recursos no meio e garantindo o abastecimento de alimentos com qualidade.



#### 4.2.3 Pauta de observação nas aulas do professor Oiticica

A disciplina que o professor Oiticica leciona é Ciências Humanas. O conteúdo ministrado foi na área de Geografia: ocupação do espaço físico, tempo-escola. A atividade realizada pelo professor foi: estudo do solo, com o objetivo de conhecer a importância que o solo tem para a nossa sobrevivência. A proposta da aula foi aprender o uso adequado do solo, como usar as águas, reutilização, recuperação de pastagem degradada, como fazer a maior retenção de água no solo, maior produção de forragem.

Sobre o registro reflexivo da observação da aula e a atividade proposta aos alunos, foi proposto para os alunos fazerem um diagnóstico da comunidade com os agricultores, para saberem como é feito o uso do solo, a preparação para a plantação do solo e se estão se preocupando com o mesmo. Houve aspectos positivos da atuação professor, pois Oiticica explicou sobre a importância das queimadas.

Apesar da facilidade da utilização das queimadas para limpeza de áreas recém-desbravadas, seu uso deve ser condenado, pois acarreta muitos prejuízos como a queima de material orgânico e volatilização do nitrogênio, o que diminui a fertilidade do solo. (Professor Oiticica)

O professor usou uma metodologia de linguagem fácil e prática, onde os alunos compreenderam como devem tratar o solo. Esclareceu que as áreas submetidas a queimadas sucessivas tornam-se cada vez mais pobres, o que causa as consequências de degradação do solo. Refletiu-se o quanto o solo é importante para a vida humana, pois sem solo não tem comida, nem vestuário, nem água e não terá vida no planeta.

Percebeu-se que o professor trabalha de forma dinâmica e interativa, mostrando para os alunos como devem se alimentar para obter uma qualidade de vida; mostrou muita motivação e entusiasmo da turma. Concluiu-se que foi colocada também a importância da recuperação da pastagem para a boa proteção do solo contra a erosão.

Observou-se que o professor Oiticica falou da rotação de culturas, apresentando-a como alternativa agrícola. Espera-se, com essa prática, o melhoramento da fertilidade do solo pelo aprofundamento diferenciado das raízes. Contudo, para esta alternativa, é importante observar vários fatores, como: condições do solo, topografia, clima, mão de obra. O solo é de fundamental importância para a sustentabilidade humana, por isso, precisamos garantir um meio ambiente saudável para as próximas gerações.

As atividades agrícolas, se não forem conduzidas dentro de determinados critérios de manejo e monitoramento, podem afetar de forma adversa o meio ambiente. Problemas

relacionados ao desmatamento, às queimadas, à redução da biodiversidade, à emissão de gases de efeito estufa, às mudanças climáticas, ao uso indiscriminado de agroquímicos e à degradação dos recursos solo e água, são os que têm recebido as maiores críticas.

É cada vez maior a pressão da sociedade para se produzir alimentos e fibras com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Essas questões deverão ser cada vez mais utilizadas nas negociações comerciais como barreiras não tarifárias, impondo restrições à entrada de produtos obtidos em condições de não conformidade com normas locais e internacionais.

Dentre os fatores passíveis de influência direta do homem, a água é o indicador mais rapidamente visível, em função de sua maior mobilidade espacial e temporal e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade quantitativa e qualitativa. Se, por um lado, a água sofre os efeitos das ações antrópicas, de outro, ela pode ser o veículo ou agente degradante, atuando no solo e na vegetação. Vale citar os eventos de degradação observados em decorrência de escoamentos erosivos.

É nosso dever proteger o maior patrimônio nacional, porque a nação que destrói o seu solo, destrói a si mesma. Somos nós educadores que devemos ter a consciência e conscientizar o povo campesino da importância que o solo tem para a nossa sobrevivência. Sem solo, não há água, não há vida no planeta. (Professor Oiticica)

#### 4.2.4 Pauta de observação nas aulas do professor Carnaúba

A disciplina que o professor Carnaúba leciona é a de Ciências Agrárias, com o conteúdo: Projeto horta na escola, tempo-comunidade. As atividades realizadas pelo professor foram as seguintes: foi realizado um trabalho no tempo-comunidade – a implantação de uma horta com a participação de todos os professores da área de linguagens e códigos, ciências da natureza e matemática, ciências humanas e alunos.

O objetivo do professor foi desenvolver a vivência e o contato direto com o ambiente natural. Além disso, proporcionar aos alunos a descoberta das técnicas de plantio, manejo do solo, cuidado com as plantas, assim como técnicas de proteção da estrutura do solo.

Também foram objetivos desta atividade: incentivar a responsabilidade do cuidar; perceber a horta como uma fonte sustentável e fonte de alimentação saudável; e conhecer a importância de plantar e de resgatar as plantas medicinais.

A proposta da aula foi o uso adequado do solo e construção do canteiro para o plantio de cebolinha, abóbora, maracujá, mamão, acerola e de plantas medicinais: erva-doce, capim-santo, hortelã, boldo, malvarisco.

Registro reflexivo da observação da aula e atividade proposta aos alunos: foi proposto para os alunos fazerem a preparação dos canteiros, medição, nível da terra. Cada aluno plantava uma fileira de hortaliças.

A partir da horta, o estudante tem garantida a possibilidade de aprender a plantar, selecionar o que plantar, planejar o que plantou, transplantar muda, regar, cuidar, colher, decidir o que fazer com o que colheu, por exemplo. Isso altera sensivelmente a relação das pessoas com o ambiente em que elas vivem, estimulando a construção dos princípios de responsabilidade e comprometimento com a natureza, com o ambiente escolar e com a comunidade, com a sustentabilidade do planeta e com a valorização das relações com a sua espécie e com outras.

Por meio da horta, é possível propiciar conhecimentos e habilidades que permitem às pessoas produzir, descobrir, selecionar e consumir os alimentos de forma adequada, saudável e segura e, assim, conscientizá-las quanto a práticas alimentares mais saudáveis, fortalecer culturas alimentares das diversas regiões do país e discutir a possibilidade do aproveitamento integral dos alimentos.

São muito importantes esses conhecimentos para os jovens do campo, pois os mesmos podem ser socializados na escola e transportados para a vida familiar dos educandos, por meio de estratégias de formação sistemática e continuada, como mecanismo capaz de gerar mudanças na cultura alimentar, ambiental e educacional e proporcionar uma vida melhor para todos. (Professor Carnaúba)

O professor explicou muito bem sobre a preparação da terra; um ponto bastante positivo foi o cultivo de plantas medicinais. Esta atividade é uma forma de incentivar a comunidade a conhecer melhor os fitoterápicos e a produzir uma alimentação saudável, além de trabalhar a educação ambiental.

Percebeu-se que o professor trabalha de forma interativa, mostrando para os alunos como se faz uma horta, sensibilizando coletivamente e contribuindo para o bem-estar da comunidade.

Observou-se que, por meio da horta, é possível propiciar conhecimentos e habilidades que permitem às pessoas produzir e descobrir suas habilidades e selecionar e consumir os alimentos de forma adequada e saudável. Esse conhecimento pode ser socializado na escola, estendendo-se para a vida familiar, gerando mudanças na cultura alimentar.

A alimentação equilibrada contribui para a saúde, atuando como meio preventivo de diversas doenças. Uma vez que a horta, implantada dentro das diretrizes que seguem neste relato local, em tempos futuros, não só terá como serventia a economia e o aumento na qualidade alimentar do educando, mas também servirá como laboratório a céu aberto, para a realização de aulas práticas de diversas disciplinas, além de que os alunos terão mais convívio com a natureza. Envolvendo a clientela escolar, a fim de dinamizar aulas, uma vez que será de fundamental importância ao conhecimento prático dos alunos.

Fatores educacionais se cruzam com fatores profissionais, dá-se, então, a busca pela qualidade alimentar, além disso, contribui para o bom uso da natureza pelo ser humano, onde o conhecimento não se tornará jamais excessivo para a parte mais dependente – o ser humano –, sendo o mesmo o mais interessado em manter um ambiente saudável de uso e manejo sustentado. Apresentam-se, a seguir, os dados referentes à análise de relatos de experiências. A ficha de observação utilizada em sala de aula está no Apêndice A.

### **4.3 Análises dos relatos de experiência**

Na proposição da elaboração de relatos de experiência, foi possível observar os educadores registrando as reflexões e suas práticas em sala de aula, levando em consideração a proposta do ProJovem Campo – Saberes da Terra e os conteúdos das áreas de conhecimento que trabalharam em suas aulas.

Percebeu-se que, através das observações feitas em sala de aula, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, como programa, reconhece a Educação de Jovens e Adultos como um espaço de visibilidade, de direito, de desenvolvimento cultural local e de suas manifestações e, neste sentido, desenvolve suas atividades didático-pedagógicas. É notório que muitos jovens e adultos procuram possibilidades de voltar a estudar e trazem consigo expectativas em relação a esse processo.

Desse modo, as ações previstas no projeto permitiram a análise de diversos aspectos referentes aos distintos parceiros e sujeitos envolvidos na pesquisa e a sua participação. Constatou-se, no desenvolvimento das ações, apontamentos referentes ao processo pedagógico e elementos que constituem o cenário da educação do campo, que foram coletados e analisados através de observação dos professores do ProJovem Campo.

Foi possível ver que, na observação feita em sala, os educandos participaram das discussões que o educador propôs, fizeram a leitura dos textos, realizaram produções textuais. Toda a temática usada em sala foi voltada para a educação do campo e para a realidade do

aluno. A partir disso, remeteu-se ao processo dos educandos, que estabeleceram uma trajetória de estudos e desafios na aprendizagem, os quais são vivenciados nas visitas de acompanhamento pedagógico.

Pensar na EJA é reconhecer esses jovens e adultos como sujeitos históricos que se constroem nas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade.

Vimos que as práticas pedagógicas são relacionadas aos saberes trazidos pelos educandos, a partir de suas vivências, e trabalhados em forma de conceitos e conteúdos sistematizados. Percebemos a importância que possibilita conhecer realidades e saberes de lugares diferentes, tendo a participação de distintas instituições, que representam diferentes papéis junto ao grupo de educandos. Isto possibilita, também, entender e vivenciar a vida dos homens e mulheres que participam desse movimento.

#### **4.4 Categorização e análise das informações**

Considerando o processo qualitativo de pesquisa, e para que os dados possam ser adequadamente analisados, faz-se necessário ordená-los em categorias, principalmente nos casos em que as informações são colhidas através de entrevistas (GIL, 2008). Tais categorias organizam os dados de forma que facilite sua análise, indo de encontro ao problema da pesquisa.

Nesta pesquisa, dispusemos as categorias buscando aproximar-nos do objetivo principal da mesma, que consiste em analisar o olhar dos educandos e educadores da comunidade Japuaara sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra. Para tanto, identificamos duas categorias principais, sendo elas:

- CATEGORIA 1: A compreensão dos educadores da comunidade Japuaara em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra.
- CATEGORIA 2: A compreensão dos educandos da comunidade Japuaara em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Realizaremos, nas sessões seguintes, uma análise a partir das informações obtidas nas entrevistas com os professores e no grupo focal com os alunos.

#### 4.4.1 A compreensão dos educadores da comunidade Japuara em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra

A análise das informações nesta sessão têm como referência as entrevistas realizadas com os educadores. Buscaremos aqui identificar a percepção dos professores sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Acerca do ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, os professores entrevistados percebem uma deficiência muito grande, uma vez que o educando inicia uma caminhada e, de repente, essa caminhada é interrompida. A história da EJA sempre foi assim: os educandos iniciam a caminhada de estudo e depois largam, por conta de vários empecilhos, seja ligados a questões governamentais, como o projeto perder a verba, por exemplo, ou seja por desistência do próprio educando a não continuidade das turmas da EJA. Vários fatores podem influenciar nesses quesitos.

Sabe-se que direito à Educação é um direito assegurado na Constituição Federal. Seria ótimo se os alunos terminassem o Ensino Fundamental e já entrassem no Ensino Médio, até para que os alunos não se desmotivassem. Para que isso aconteça, é necessário que os representantes da União, dos Estados e dos Municípios garantam aos jovens e adultos a continuidade à educação, cumprindo a nossa lei maior. O professor Sabiá falou:

O ProJovem Campo tem um grande diferencial, porque aborda a pedagogia da alternância; os alunos passam 3 semanas no tempo-escola e a outra semana no tempo-comunidade. Quando sai do tempo-escola para o tempo-comunidade, sentimos diferença nas suas atividades práticas. É notório que retomam com um leque de experiências de práticas de aprendizado de campo, muitas coisas que não conheciam passam a conhecer em relação à produção. Acredito que essa proposta que o ProJovem Campo – Saberes da Terra aborda é muito importante para os educandos, e pretendemos continuar os estudos com ProJovem. (Professor Sabiá)

Observa-se que, apesar de ter sido dois anos de ProJovem Campo na comunidade Japuara, no olhar dos educadores, já melhoraram os conhecimentos do campo, até porque as disciplinas tempo-escola e tempo-comunidade fortalecem bastante a formação do profissional. Os conteúdos trabalhados eram motivadores para os alunos que não tinham conhecimento da escrita, era fácil para eles assimilarem a teoria sobre a prática. Com relação à proposta curricular estar bem elaborada, ela atende à expectativa do ensino com a realidade camponesa.

A professora Juazeiro citou algumas dificuldades enfrentadas pelo programa, como o atraso do pagamento das bolsas de incentivo e a discriminação dos professores da modalidade EJA perante os colegas docentes.

São inúmeras [as dificuldades]: a questão de pagamento, a discriminação entre outros professores do ensino regular. Podemos dizer, porque eles falam que os professores da EJA não trabalham, é só enrolação, mas, na verdade, o professor da EJA trabalha, dá o melhor de si e, acima de tudo, a maioria trabalha não por dinheiro, mas com amor à profissão. (Professora Juazeiro)

Percebe-se que, no olhar dos professores, a EJA é uma modalidade desvalorizada e desacreditada. Existem preconceitos entre educadores da rede regular, que menosprezam professores que lecionam EJA. Alguns têm a visão de que EJA é uma “enrolação”, é só pra ganhar dinheiro fácil. O pagamento do professor atrasa, a falta de atenção a essa modalidade pelos governantes é notória, há falta de transporte escolar para os alunos, entre outros problemas. Mesmo assim, acreditam que, com o passar dos tempos, possa ser que esta modalidade venha a ser valorizada com melhores condições de ensino para jovens e adultos do campo. Observa-se que há as condições, as necessidades e as possibilidades de atender à parcela significativa da população brasileira que vive no campo e que ela possa ali ter a sua formação.

Suas metas foram as de analisar as condições, as necessidades, as possibilidades de atender uma parte significativa da população brasileira que ainda vive no campo, reforçada pelas demandas de milhares de famílias que conquistaram a terra e que demandam que seus filhos possam estudar no campo. (WOLFF, 2006, p. 02)

Na defesa de uma educação com recursos e condições que permitam o desenvolvimento econômico e sociocultural da população que vive e trabalha no campo, a luta pela educação do campo situa-se no seio da luta pela emancipação e pelo fim das desigualdades da sociedade brasileira.

No que diz respeito à relação entre educação e política, confirma a tese de que a mudança social deveria partir das massas e não de indivíduos isolados. Dessa forma, afirmou Freire (1997, p. 71), que “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Com isso, ele apresenta alguns aspectos do que constitui a *Pedagogia do Oprimido*: “[...] é aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, e esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1997, p. 43).

A essência da sua pedagogia é a libertação, a qual tem como caminho a práxis de sua busca. A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.

Quanto às expectativas sobre o ProJovem Campo, os professores falaram que, em parte, foram atendidas, pois ficou a experiência, construíram um grau de amizade, formaram amigos, pessoas vividas, trocaram experiências. No entanto, isso ficará para sempre nas pessoas, irão lembrar e reencontrar os alunos com um patamar bem mais elevado, isso faz os professores sentirem-se satisfeitos, porque fizeram parte na vida desses alunos. O professor Sabiá colocou que:

As expectativas do ProJovem Campo foram boas, só em ver nosso aluno lendo e escrevendo, fazendo cálculo de matemática, já é uma grande vitória!! A maioria dos alunos são da faixa de 18 a 29 anos e a maioria já são mães, que já deixam seus filhos em casa; temos mães grávida... A expectativa é que possamos concluir e que eles recebam os certificados e possam seguir outras metas. (Professor Sabiá)

Percebe-se que foi exatamente devido a problemas que aconteceram no projeto que se deu o fechamento do semestre em relação a pagamento. Os professores que lecionam no ProJovem Campo falam muito bem do programa. Os professores colocaram que é uma grande felicidade compartilhar este momento de aprendizagem com jovens e adultos, é honroso sentir-se parte desta construção do conhecimento.

A respeito das aulas do ProJovem Campo, estas estão relacionadas com a realidade do campo e o modo de viver. Os professores colocaram que no ProJovem Campo, pela utilização da metodologia da pedagogia da alternância, com tempo-escola e tempo-comunidade, os alunos aprendem na prática a fazer uma colheita, a plantar cebola, a cuidar de um animal, de uma galinha, esclarecendo quais os malefícios para animais e plantações com o uso dos agrotóxicos. Entende-se que o ProJovem Campo contribui com o melhoramento do conhecimento para uma educação campesina, também trabalha a territorialidade, a questão cultural e a manutenção dos jovens no campo.

O professor, mesmo obtendo pouco benefício, através do programa, ele mesmo se envolve. O ProJovem Campo faz com que o aluno atenda a expectativa e eleva o programa deixando satisfatório, não é muito fácil não, nós, como professor do campo, somos observadores das necessidades dos camponês, a situações dos jovens do campo, que é muito difícil em relação à manutenção na comunidade, mesmo com as problemáticas, tentamos levar textos diferentes, olhares diferentes, levar métodos diferentes para fazer os alunos se envolverem com o programa e continuar os estudos. (Professor Oiticica)

Os professores percebem que a proposta que o programa adota é boa, trabalhada por eixos temáticos, em que todas as aulas 100% dos conteúdos são voltados para o campo. Uma proposta em que os educandos aprendem a ler e a escrever e vivenciam o trabalho do campo na prática em sala de aula, em tempos alternados. Percebe-se que os professores fazem acontecer, se entrosam com as práticas de campo.



Na questão levantada a respeito se o ProJovem Campo – Saberes da Terra tem contribuído para o sustento e geração de renda para a família camponesa, os professores falaram que ajudou no pensamento de melhorar a questão financeira no campo, pois não tem dinheiro que pague ver alguém de 30 anos escrever suas primeiras palavras. É muito gratificante, para os docentes, estarem vivenciando esta modalidade.

Eu passei pouco tempo, mas não deixa de ver que alguns já estão pegando as práticas para a permanência no campo, como eu já havia colocado do livro de culinária, que uma aluna já está planejando em fazer os produtos para vender. Acredito que, por mais que foi um pouco tempo, mas fizemos o possível. Fomos para o roçado, vimos uma aluna capinando com seu pai e seu irmão, achei lindo! Cheguei lá sem avisar e constatei que as aulas do ProJovem estavam realmente contribuindo para os alunos venderem os produtos no comércio para a sustentabilidade familiar, então, tem muitas delas que trabalham fazendo aquele trabalho de campo, mesmo plantio mesmo na época do inverno. (Professora Juazeiro)

Observa-se que a geração de renda ainda é uma dificuldade, por falta de água e financiamento para os agricultores, mas podemos afirmar que o ProJovem Campo teve uma grande participação na área de conhecimento para o campo e para a produção com as potencialidades do lugar.

Em relação ao ProJovem Campo – Saberes da Terra, este proporcionou aprendizagem para a sua vida. Os professores falaram que estão no local onde estão devido ao ProJovem Campo. Falaram das contribuições que o ProJovem trouxe para a vida profissional, que foi uma aprendizagem incrível. Disseram que sempre levarão este projeto como exemplo de uma oportunidade para o povo camponês como uma política de Educação, uma conquista de muitas lutas. O projeto melhorou a vida dos professores em todos os aspectos: social, pessoal e profissional.

Com certeza, a gente aprende muito com o pessoal, gosto muito de dizer isso, não somos donos da verdade, não sabemos de tudo, até porque, quando falo assim, gosto de relatar a vida delas no campo, quando chego para aula, eu gosto de saber toda a situação da vida das famílias, quantos carços de milho coloca numa cova, porque que ele queima o mato? Tudo gosto de perguntar, para eu poder ajudar numa melhor preparação de terra para a continuidade da vida no campo. Tem práticas de campo que a gente não conhece, tem práticas interessantes, os saberes são inacabados e nós aprendemos uns com os outros nas trocas de saberes. (Professor Oiticica)

No olhar dos professores entrevistados, o ProJovem Campo foi um benefício no qual obtiveram conhecimentos, aprenderam a valorizar o outro, desde a convivência com os educandos na sala de aula, até para o conhecimento prático da sua pessoa. Foi muito relevante, na posição dos professores da EJA, e para as ciências humanas em geral.

Molina (2002, p. 39), ao apresentar as tarefas que os educadores do campo devem desempenhar, cita que “[...] além de estudar, escrever e fazer circular o material que produzimos, é preciso consolidar um espaço permanente de debate, de reflexão sobre o que estamos fazendo e sobre o que acontece no campo”.

Diante do exposto por Molina, verifica-se que os objetivos das reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra incluem a mobilização constante e a busca incessante pelo direito à educação, já que esse direito é racionado e, muitas vezes, não alcança os sujeitos que dela dependem para a formação de sua vida.

Ao ser questionados sobre os saberes adquiridos no programa e a contribuição para a sua melhoria de vida, os professores falaram que o ProJovem Campo despertou vontade de vencer na vida. À medida que motivavam os alunos, eles também se motivavam. O programa contribuiu com a formação acadêmica. Em conhecer a realidade da comunidade Japuara, onde residem, aperfeiçoou como poderiam fazer a sua horta no quintal da sua casa. Assim, se expressa o professor Carnaúba:

Melhorou muito. Nós tínhamos alunos que não tinham documento, aprenderam assinar o nome e tirar o documento. Isso, para nós, é bastante gratificante. Ajuda a resgatar a cidadania que, nas escolas existentes no campo, são somente conteúdos de ensino geral, sem trabalhar de acordo com a realidade de vida deles. Já a do campo, o ProJovem, é dirigida para o pessoal do campo que perderam a chance de estudar, resgata a cultura. Gostaríamos que o ProJovem Campo desse continuidade para o nosso povo, seria interessante, mas, infelizmente, por parte dos governantes este projeto não tem uma continuidade para o Ensino Médio, uma pena! (Professor Carnaúba)

Observou-se que o ProJovem Campo é uma política pública e seria de grande valia que os governos se envolvesse e implantassem o ProJovem Campo no Ensino Médio. Que esses alunos que terminarem o Ensino Fundamental possam dar continuidade para o povo do campo, pois eles sonham e querem chegar numa universidade. Precisa-se que os governantes se unam, para garantir a continuidade dos estudos dos jovens do campo.

Essa mudança de olhar sobre jovens e adultos será uma pré-condição para sairmos de uma lógica que perdura no equacionamento da EJA. Urge ver mais do que alunos ou ex-alunos em trajetórias escolares. Vê-los jovens e adultos em suas trajetórias humanas. Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos da vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. (ARROYO, 2005, p. 25)

Compreendemos o sentido do “clamor” do jovem educando, quando disse “Queremos continuar estudando do jeito do ProJovem Campo”. Esse “clamor” remete ao que diz Arroyo (2010, p. 09), a respeito de como ler as esperanças narrativas das escolas do

campo, que nos obrigam a “[...] superar as visões inferiorizantes, negativas, com que, em nosso viciado e preconceituoso olhar, classificamos os povos do campo e seus modos de produção [...] suas instituições, a família e a escola”. Esse autor remete, ainda, a reflexões acerca da EJA, da necessidade de se romper com a concepção preventiva e moralizante dominante nas práticas educativas e mudar o olhar sobre aqueles sujeitos e vê-los como sujeitos de direitos e sujeitos de deveres do Estado.

Solicitou-se que os entrevistados dissesse o que acham da metodologia da alternância, se ela colabora com o cotidiano dos jovens do campo. Os professores falaram que o aluno aprende cada vez mais a se conhecer e conhecer o potencial que tem no campo, pois, muitas vezes, o próprio aluno não conhece o que ele pode fazer no campo, e que ele tem toda a ferramenta de fazer no seu terreno e não sabe como colocar em prática.

Com certeza, são alternativas diferenciadas, trocando experiência entre escola e campo. Muito importante para a gente. Conseguimos caracterizar e dar um resultado justamente com essa metodologia da alternância, porque você envolve, coloca a mão na massa e deixa o conhecimento do aluno mais prático. Ele absorve o conhecimento melhor com essa metodologia. (Professora Sabiá)

Afirmaram que a metodologia da alternância colaborou muito no processo de ensino e aprendizagem. Porque os alunos vão se descobrindo como jovem do campo, trabalhando o desenvolvimento, a identidade dele que trabalha com a terra, que é sua origem.

Com o aprofundamento dos estudos, percebemos a interligação dos tempos e a importância do método para entender que a alternância não está necessariamente nos tempos, mas no diálogo entre os saberes popular e científico, para a construção de novos saberes. Dessa forma, o tempo escola deve ser continuidade da vida em comunidade e a vida em comunidade tende a ser também espaço formativo na escola. (ROSA *et al.*, 2012, p. 347)

Percebeu-se que, através da metodologia alternância, os alunos têm levado para suas casas e construído com suas famílias, modelos de conhecimentos, que são compartilhados em sala de aula. Com isso, o que se aprende e se compartilha em casa volta para a escola. Os saberes vão além de conteúdos específicos, pois se inserem no cotidiano.

Ao serem questionados sobre os desafios enfrentados no funcionamento do ProJovem Campo – Saberes da Terra, os professores colocaram alguns pontos:

O ProJovem Campo não foi trabalhado da forma que era pra ser, pois tivemos que parar as aulas devido à falta de verba, mas nossa equipe de professores elaborou um projeto de execução: desenvolvemos um projeto de horta na escola, para incentivar os alunos a continuarem a produção para não saírem alheios e nem desmotivados. (Professora Juazeiro)

Os professores entrevistados relataram que sentiram que foram muitas as dificuldades, mencionaram que a primeira dificuldade foi colher os alunos para participar do programa, a faixa etária, o transporte escolar, a merenda, dentre outros desafios, como a questão financeira, o atraso do benefício do aluno, a pequena bolsa que eles recebem mensalmente, que, muitas vezes, tornou-se resistente.

Em relação à visão da modalidade EJA, mencionaram que pensavam que a mesma não trazia conhecimentos para o professor, mas hoje sentem que a modalidade é rica de diversidade, trocas de experiências, conhecimento profissional, e que se identificaram muito. Hoje, a EJA é a modalidade na qual mais sentem prazer de lecionar. Por isso, é de suma importância vivenciar a modalidade, pois isto proporciona que o docente conheça a vida do aluno, enxergue o que o mesmo passa no seu cotidiano e reconheça que tudo isso reflete na aprendizagem do educando.

Eu acreditava que não tinha um resultado positivo, relacionado ao conhecimento do aluno, mas isto é utopia. Porque o conhecimento do aluno da EJA, muitas vezes, ultrapassa o conhecimento do ensino regular, porque o aluno da EJA, sendo pouco tardiamente intelectual, tem um conhecimento empírico, ele chega, de certa forma, mais desenvolvido, porque ele vem com a experiência que conseguiu ao longo dos tempos, a experiência do trabalho, a experiência da sobrevivência de vida, as dificuldades ultrapassadas. Então, ele vem com mais força, com mais conhecimento, com mais vontade de se incluir no ensino e nas aulas, pois sente-se melhor ao entender o conteúdo aplicado pelo professor. (Professor Oiticica)

Entende-se que, pelo olhar dos docentes, antes de conhecer a modalidade, a aula era “chata”, que só tinha adultos que não queriam nada, que os alunos da EJA não aprendiam. Ao fazer parte, perceberam, ao lecionar na modalidade, que os educandos são capazes e que realmente deve ser uma aula diferenciada, não pode ser o mesmo ritmo que uma aula regular, pois os alunos aprendem no seu ritmo, no seu tempo, para obter o conhecimento, devido terem ficado muitos anos sem estudar. Para tal, segundo Meneguzi (2012, p. 178-179),

[...] A pesquisa é o princípio norteador que direciona os trabalhos no ProJovem Campo, é um instrumento utilizado para diagnosticar a realidade. Está baseada nos temas de estudos e pode ser apresentada e direcionada para as realidades dos educandos tendo como um dos princípios educativos o diálogo, pois através dele é que podemos ter um diagnóstico das realidades onde vivemos. A pesquisa começa a exercer seu papel educativo quando os educandos levantam os questionamentos e chamam para a reflexão a sua família garantindo um tempo para dialogar sobre os temas de estudo.

Entende-se que o programa é uma ação transformadora consciente que o sujeito promove desde sua realidade. A ação, como ponto de partida de maneira consciente, pede reflexão, que conduz para uma nova forma de criar a oportunidade de fazer de um novo jeito.

Percebe-se que os professores não conheciam a modalidade antes de ingressar no ProJovem Campo. Hoje, sentem que os governantes deveriam empregar melhor estes programas no campo para jovens e adultos e até senhores e senhoras de idade que não sabem escrever o nome.

Até hoje, o poder público não incentiva as pessoas do campo a estudar. Muitos programas foram fechados e os alunos que gostariam de continuar se sentem inúteis, por não terem condições de ir para a cidade. Ainda, o nível de analfabetismo é grande, por mais que alguns tenham ido para a cidade. No entanto, dever-se-ia buscar uma forma de fazer um diagnóstico da cidade e levantar esses dados de analfabetismo em nossa região, mas, no campo, ainda se precisa de investimentos para a Educação de Jovens e Adultos.

Na questão levantada acerca dos principais problemas que afetam a frequência dos jovens no programa, os professores falaram que é a questão financeira, ter que estudar e ao mesmo tempo trabalhar, porque, na comunidade, a renda que tem é a cerâmica e muitas dessas cerâmicas fecharam. Alguns jovens foram para a cidade procurar emprego.

Problemas familiares, conflitos com filhos, problema de gravidez na adolescência, iniciaram o curso grávida e no final do curso já tinham bebê e já estavam grávidas novamente... Faltou um toque e falta essa parte do controle do planejamento familiar; o conflito familiar era um entrave para o estudo. Falta essa parte do conteúdo no ProJovem para o controle, talvez falte isto para o programa atingir 100% da satisfação. (Professora Sabiá)

Percebe-se a questão familiar, os vícios, marido, filhos, muitas mães engravidavam. O enfoque de trabalho é a fabricação de cerâmica, ainda apresenta muita dificuldade a sobrevivência na comunidade, no que diz respeito à sustentabilidade familiar.

De forma geral, questionamos aos professores sobre os pontos positivos do programa. Eles falaram do retorno aos estudos, pois há alunos que deixaram a sala de aula a mais de 10 anos e, com o ProJovem Campo, retornaram a estudar. Na turma, havia uma mulher da comunidade que veio atrás de estudar, ela, com 50 anos está terminando o ProJovem Campo com muita determinação.

A forma como aluno passou a proceder o conhecimento abre as portas das pessoas, muda até a maneira de falar com as pessoas, então, o aluno absorveu de bom tamanho a prática de procedimentos, de se manter, de estar em certos locais, desenvoltura. O ProJovem Campo abriu a mente do aluno no campo, mesmo estando no campo, isto, o aluno formado pelo ProJovem Campo tornou um elo de conhecimentos entre aqueles que não tiveram a oportunidade de participar desse excelente programa voltado para os jovens e adultos do campo. (Professor Carnaúba)

Observa-se que existem, no olhar dos docentes, pontos positivos, como o crescimento profissional, tanto para o professor como para o educando. Os educandos

poderão cursar o Ensino Médio e pretendem fazer pelo ProJovem Campo. Esperam que o Ensino Médio para o campo venha para a comunidade. Falaram que o programa trabalha muito bem a questão do desenvolvimento socioeconômico, a questão da sustentabilidade, o olhar deles na questão da preservação ambiental.

#### 4.4.2 Compreensão dos educandos da comunidade Japuara em Canindé-CE sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra

Nesta sessão, buscaremos identificar a compreensão dos educandos sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra. As informações analisadas aqui têm como referência os grupos focais realizados com os alunos.

Tomamos como ponto de partida a seguinte pergunta norteadora: como vocês percebem o ProJovem Campo – Saberes da Terra?

Para uma melhor organização dos dados coletados, distribuimos as falas dos alunos em GF1, para o primeiro grupo focal, e GF2, para o segundo grupo focal.

Partindo deste questionamento, os educandos começaram a discutir sobre o tema, inicialmente apontando as contribuições do ProJovem para sua aprendizagem. Neste momento, foi percebido que, no olhar dos educandos, o conhecimento melhorou a leitura e despertou a vontade de voltar a estudar.

O ProJovem me fez nascer de novo, me despertou para retomar os estudos e acreditar que nunca é tarde pra recomeçar. (Aluna Cajá – GF 1)

Eu conheci muitas pessoas que me incentivaram a continuar e vi quanto é importante as amizades; pela harmonia do grupo ficaram até o final. (Aluna Acerola – GF 1)

Muita coisa, foi maravilhosa a contribuição, aprendi a ler e escrever e a fazer redação. (Aluno Tamarindo – GF 2)

Foi fundamental na minha vida, apesar de eu ainda não ter conseguido meu registro de nascimento. Aprendi a escrever e a buscar meus direitos. (Aluna Seriguela – GF 2)

Percebe-se que o ProJovem Campo contribuiu para a aprendizagem da leitura e da escrita, bem como na preparação do plantio e na permanência dos jovens no campo, levando os jovens agricultores a pensar e valorizar a terra, o solo, a cultura local. Segundo Julieta Calazans (1993),

O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo [...]. Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar ‘adstrita’ ao

ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura [...]. (CALAZANS, 1993, p. 21)

Vimos que o ProJovem tem uma proposta de incentivar a qualificação profissional implantada nesse programa, ligada à extensão rural, envolvendo indiretamente as escolas do campo, criando expectativas de transformação para as áreas rurais, tendo a família como base material.

De fato, os educandos colocaram os pontos positivos do ProJovem Campo – Saberes da Terra e quiseram destacar que conseguiram melhorar a leitura, como também aprenderam a valorizar a família e os amigos. Sobre esses pontos positivos, os jovens ressaltaram:

Começar e terminar o Ensino Fundamental e conseguimos mais conhecimentos. (Aluno Caju – GF 1)

Com muita dificuldade, conseguir concluir e adquirir mais aprendizagem. (Aluna Cajá – GF 1)

As aulas, aprendi a plantar, eu plantava de qualquer jeito, mas agora, depois das aulas práticas, melhorei muito. (Aluna Cajarana – GF 2)

Foi muito positivo para minha vida, uma esperança de voltar os estudos. Foi muito bom mesmo! (Aluna Seriguela – GF 2)

Observa-se que os educandos aprenderam coisas que não sabiam em relação ao plantio, como fazer uma horta, além disso, evoluíram muito nas aulas de leitura. Disseram também que foi positiva a aprendizagem, melhoraram bastante na área de português e matemática. Todas as aulas foram positivas, tanto as aulas teóricas quanto as práticas.

[...] uma educação que levasse o homem do campo a compreender o sentido rural da civilização brasileira e a reforçar os seus valores, a fim de fixá-lo à terra, o que acarretaria a necessidade de adaptar programas e currículos ao meio físico e à cultura rural. (CALAZANS, 1993, p. 25)

Os jovens, nos grupos focais, destacaram também que o ProJovem Campo – Saberes da Terra contribuiu para o sustento e a geração de renda para sua família. Falaram que o programa colaborou com a aprendizagem de saber criar, que o técnico das ciências agrárias ensinou muita coisa boa, como cuidar do solo e plantar. Os educandos afirmaram que estão plantando mais diversidades de plantas, criando outros animais, devido às aulas do ProJovem, melhorado muito em questão de produção.

Eu era bem afastada da área produtiva, não plantava, mas agora estou interessada em plantar. Aprendi a amar a natureza e a cuidar melhor. (Aluna Cajá – GF 1)

Melhorou, pois o programa incentiva os alunos a produzir, a ter uma sustentabilidade no campo. (Aluna Graviola – GF 1)

Ajudou bastante. Este projeto educacional veio melhorar minha vida, a ser mais humana, a buscar mais a sustentabilidade de minha família. (Aluna Acerola – GF 1)

Plantei um canteiro na minha casa para o consumo da família. Ajudei minha irmã a fazer um na casa dela. (Aluno Tamarindo – GF 2)

No olhar dos educandos, estes afirmaram que o ProJovem Campo contribuiu em questão de melhorar a leitura e aprender a plantar corretamente, também na produção de horta em casa para o consumo próprio, por enquanto. Pretendem, futuramente, produzir algo para o comércio, quando chegar o inverno. Calazans (1993, p. 31) defende a “Conscientização da população de modo a permitir ao educando uma participação responsável e produtiva [...]. Capacitação para assumir as novas formas correlatas de trabalho, bem como situações mais complexas de organizações coletivas”.

O ProJovem Campo trouxe desenvolvimento para as comunidades e para a modalidade na Educação de Jovens e Adultos, em que os dois aspectos atuavam conjuntamente, o aspecto social e a teoria. Estudam-se os conteúdos para a sustentabilidade da agricultura familiar e o aspecto produtivo, além de haver o incentivo à produção e à qualificação profissional.

Comentaram, entre eles, sobre o ProJovem Campo, que este proporcionou aprendizagens para sua vida, ajudou a desenvolver mais a matemática, o português, em conhecerem a história da comunidade, que não sabiam de nada. Também melhoraram na leitura e na escrita.

Também melhorei em matemática e na leitura e escrita. (Aluna Cajá – GF 1)

Aprendi a resolver continhas; na matemática, melhorei. (Aluna Graviola – GF 1)

Me proporcionou vontade de continuar, agora estou esperando um filho, mas logo vou continuar o Ensino Médio, caso venha o ProJovem Campo Médio. (Aluno Melão – GF 2)

Aprendi melhor a fazer continhas de matemática, coisa que não sabia. (Aluno Pitomba – GF 2)

Observa-se que tiveram melhorias na matemática, na leitura e escrita, aperfeiçoaram-se na questão de entender melhor as reflexões nas leituras trabalhadas em sala, o que ajudou na vontade de continuar na luta pelo estudo, apesar de alguns terem parado de estudar a anos, agora pretendem chegar até o final.

De fato, os educandos discutiram que o ProJovem Campo – Saberes da Terra contribuiu para a sua permanência no campo, aconselharam muito amigos jovens a continuar



no campo e a não sair para buscar emprego, bem como formas de cuidarem do lugar, para continuarem com uma agricultura votado para a família.

Não é só morar no interior, os jovens devem saber a importância do campo, da agricultura e da produção. (Aluna Cajá – GF 1)

Sim. Mas existem jovens que não estão nem aí para o campo, que têm vergonha das suas origens, não sabendo que ‘sem terra’, sem solo, cuidado sem alimento, não terá vida no planeta. (Aluna Graviola – GF 1)

Sim, os que estudam, todos gostaram e se interessaram bastante pela aprendizagem. (Aluno Tamarindo – GF 2)

Percebe-se que o programa ajudou muito. O ProJovem Campo é um programa incentivador para quem quer permanecer no campo, todos que estudam, gostam e se interessaram bastante pela aprendizagem. Falaram também que o ProJovem faz a pessoa gostar mais do campo, desperta o desejo de continuar aqui no nosso lugar. O ProJovem Campo propõe um trabalho com Currículo Integrado, no que diz:

[...] compreendido como um processo que articula os saberes científicos aos saberes populares, portanto, um diálogo de diferentes ciências entre si e destas com os saberes dos sujeitos, num movimento de mão dupla em que se trabalha com a ciência e com a realidade, objetivando-se como síntese a produção de novos saberes que permitam o retorno à ciência e à realidade na perspectiva da transformação. (BRASIL, 2008, p. 13)

O programa é uma oportunidade muito boa para os camponeses, ajuda na motivação de permanecer no campo e preservar as origens do educando. Incentiva a permanência dos jovens a não sair do lugar, deixando sua origem. Contribui para o crescimento e entendimento na área produtiva.

O grupo de educandos discutiu sobre que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, comentando que ele os incentivou bastante a gostar do campo e falaram da importância de continuarem no campo. Disseram que com certeza, tanto impulsionou, que querem continuar o Ensino Médio. Muitas coisas que não sabiam fazer no campo, aprenderam. Porque o programa os motivou a aprender a plantar.

Sim. Porque as aulas com o professor das Ciências Agrárias me incentivou bastante na vida do campo, principalmente na plantação. (Aluna Graviola – GF 1)

Sim. Depois que participei do ProJovem, recomecei a plantar novamente, com os incentivos das aulas. (Aluna Acerola – GF 1)

Sim. Eu já gostava, o programa só fortaleceu. (Aluno Tamarindo – GF 2)

Sim. Mas eu já amo o campo. (Aluna Seriguela – GF 2)

Acredita-se que o programa incentivou mais os educandos a gostarem do campo, pois estes falaram que aprenderam a gostar de capinar, de preparar a terra para plantar. Sentem-se completos e adoram morar no campo.

Destacaram também que o ProJovem Campo – Saberes da Terra prepara os estudantes para a convivência com o semiárido, como também esclarece a importância de aprender esta convivência, o que é relevante para os jovens. Falaram que devem cuidar da água e do solo, já que, sem água, não há vida.

Os educadores falavam muito sobre a seca, a dificuldade da água. Reaproveitar a água das louças para aguar a planta, para ter nossas plantas, teremos que saber utilizar a água corretamente. (Aluno Caju – GF 1)

Realmente falaram, em muitas aulas, a importância de cuidar da água, do solo, para que continue ter vida no planeta. (Aluna Cajá – GF 1)

Sim. Falavam de como conviver, aprender a cuidar do ambiente. (Aluna Cajarana – GF 2)

Sim. Fazer uma coleta do lixo correta. (Aluno Melão – GF 2)

Colocaram a importância de cuidar da água e do meio ambiente. Mencionaram também que os professores sempre diziam a importância de cuidar da água, fazer uma coleta do lixo correta, ensinavam como reutilizar a água para regar as plantações.

Falaram também sobre educação, que é fundamental na vida dos filhos e dos netos. A Educação ajuda as pessoas a descobrir o profissionalismo, abre portas para o ingresso no mercado de trabalho. Entende-se que a escola é a chave para o sucesso de um jovem.

Com o estudo, a gente vai à busca de uma profissão e de ter uma melhor qualidade de vida. (Aluna Graviola – GF 1)

Muito importante, sem os estudos não somos nada e não chegaremos lugar algum. (Aluna Acerola – GF 1)

Sem estudo, somos vazios, presos sem saber ler, sem saber o que se passa na sociedade. A educação é muito importante para nós. (Aluno Tamarindo – GF 2)

A educação é o primeiro passo para o sucesso. Com a educação, chegaremos um destino feliz. (Aluna Seriguela – GF 2)

Para os alunos, a educação é o futuro de um jovem – é através da educação que se consegue realizar os sonhos. Educação é tudo que um pai pode deixar para os filhos. A educação é importante para os jovens e para as suas famílias.

Nota-se que o que os educandos falam do ProJovem Campo – Saberes da Terra pode ser considerado uma contribuição para o seu sucesso deles. Disseram que nunca

imaginaram terminar o Ensino Fundamental, além do programa incentivar a trabalhar a agricultura familiar, economia solidária e sustentabilidade.

No meu olhar, o ProJovem Campo contribuiu muito na minha vida, na minha visão de trabalhar no campo, produzir uma agricultura familiar sem agrotóxicos, buscar nosso sustento da terra saudável, para alcançar uma vida longa. (Aluna Cajá – GF 1)

Ajudou demais! Antes, eu era uma pessoa muito insegura, hoje, mudei muito de como eu era. Converso com as pessoas. (Aluna Graviola – GF 1)

Aprendi a me sair melhor. Hoje, já consigo fazer um planejamento familiar mensal, antes, não sabia. (Aluna Tamarindo – GF 2)

Me tornei melhor na escrita e nas contas na matemática. (Aluno Melão – GF 2)

Percebe-se, no olhar dos educandos, que o ProJovem Campo contribui em diversos aspectos: na vida, na produção da horta, na escola, além de melhorar a autoestima. Colocaram que não querem parar de estudar, que se sentem mais confiantes, mais ousados em busca de seus objetivos.

O ProJovem Campo mostra justamente esse início de uma trajetória de debates sobre o significado de experiências e da construção do direito a uma Educação do Campo.

Este olhar para educação do campo como um direito tem um outro desdobramento importante: pensar numa política de educação que se preocupe também com o jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeito de direitos. (CALDART, 2002a, p. 27)

A Educação do Campo possibilita olhar o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e projeta seus sujeitos como protagonistas de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação, como sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos (ARROYO *et al.*, 2004).

Comentaram também sobre a metodologia tempo-escola e tempo-comunidade que o ProJovem aborda. Disseram que foi muito importante, pois esta metodologia incentivou bastante na teoria e na prática. Aprenderam muito, no tempo-escola faziam atividades e no tempo-comunidade viam como plantar; uma complementava o outro.

A gente descobre mais, aprende mais com essa metodologia, tanto na aula teórica quanto a prática. (Aluna Graviola – GF 1)

Achei muito interessante as abordagens que estudamos; rico em aprendizagem. (Aluna Acerola – GF 1)

Me incentivou bastante a plantar. (Aluno Tamarindo – GF 2)

Me motivou a plantar uma horta em casa. (Aluna Seriguela – GF 2)

Os educandos aprenderam muito na leitura e na parte produtiva, na preparação da terra. Acharam a metodologia do Projovem Campo muito inovadora, pois vivenciaram os dois espaços na escola.

Discutiram também as dificuldades que enfrentam para participar das aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra. Disseram que as dificuldades eram a distância da casa para a escola, as chuvas, e, eventualmente, filhos doentes.

Na época do inverno. (Aluna Cajá – GF 1)

Eu nunca faltei aula. Sempre presente, faça chuva, faça sol. (Aluna Graviola – GF 1)

Falta de merenda e o atraso da bolsa. (Aluno Tamarindo – GF 2)

Chuvas fortes. (Aluna Seriguela – GF 2)

Percebe-se que, no inverno, os educandos tiveram dificuldades, às vezes, iam sob a chuva, para não faltar à matéria, para não se atrasar. A distância da escola para casa também era um problema. Mas gostavam tanto das aulas, que nada os impedia de ir à escola, devido possuir uma incentivadora metodologia e um excelente material didático.

Para Freire (1996), a educação deve levar o ser humano a fazer escolhas, a transformar, a criar, e isso acontece porque este está constantemente transformando a si mesmo e ao outro.

De fato, os entrevistados tocaram nos principais problemas que afetam a frequência dos jovens no Programa. Uma das dificuldades na sala de aula foi a desistência de alguns colegas, por falta de força de vontade.

Comprometimento dos alunos com as aulas. (Aluna Cajá – GF 1)

Falta de emprego. (Aluna Acerola – GF 1)

Falta de compromisso de alguns. (Aluno Cajarana – GF 2)

Casos de chuvas. (Aluno Melão – GF 2)

Percebe-se que, no olhar dos educandos, falta compromisso de alguns alunos com as aulas. As causas mais frequentes das faltas são: quando um filho adoece, atraso da bolsa, ressaca e falecimento de familiares.

A turma do ProJovem começou com vinte (20) alunos e terminou com doze (12). Observou-se que a desistência acontece por diversas questões, incluindo-se como uma das principais a sustentabilidade da vida no campo. É por isso que ocorre a evasão escolar, pois, como aquela família pode sobreviver no campo sem renda? Precisa-se de projetos e condições de trabalho para os jovens e adultos continuarem no lugar onde moram.

Em relação ao olhar dos educandos do ProJovem Campo para a permanência do estudante no campo, colocaram que ficaram incentivados com o ProJovem:

Ele deu muita força, através das aulas e dedicação dos professores, além de contribuir no meu crescimento pessoal e profissional. No meu olhar, melhorei no meu desenvolvimento na escrita, na leitura e no trabalho do campo. (Aluna Graviola – GF 1)

Na minha visão, melhorei na aprendizagem, na minha vida e no meu desenvolvimento na matemática. (Aluna Cajá – GF 1)

Em minha opinião, o ProJovem Campo contribui muito; o incentivo da bolsa também me fez permanecer no programa. (Aluna Cajarana – GF 2)

Eu não recebia a bolsa, é que eu quis voltar mesmo a estudar. Os professores iam de todo jeito, molhados, na lama, mais vinham. Na minha visão, os educadores nos inspiraram muito. (Aluna Melão – GF 2)

Observa-se, no grupo, que, no olhar dos educandos, os saberes que adquiriram no programa foram muito bons, desenvolveram-se na matemática, as práticas de como preparar o solo para o bom plantio, o material didático foi muito motivador e a bolsa incentivou na manutenção dos alunos no programa.

Fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2002, p. 12)

Vimos que o ProJovem Campo – Saberes da Terra fortalece os jovens e adultos nas áreas da reforma agrária, criando possibilidades para a convivência com o semiárido, viabilizando a continuidade das pessoas no campo.

#### **4.5 Discussão dos resultados**

“Desse modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito, pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento”. (FREIRE, 2007, p. 35)

Analisando as entrevistas, no olhar dos educadores, percebe-se, também na observação em sala de aula, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra tem sido uma oportunidade para os jovens e adultos retomarem aos estudos. Constata-se que os professores da comunidade Japura trabalham por prazer. Na modalidade EJA, o professor passa a conhecer a vida do aluno, seus desejos, anseios e dificuldades. Além disso, na capacitação dos

educandos do ProJovem, tiveram curso de Educação do Campo, escola da terra, familiarizaram-se com o campo e criou-se um laço de amizade entre educandos e educadores.

No que diz respeito aos educandos do ProJovem Campo na comunidade Japuara, são jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar no seu tempo regular. Percebe-se que o ProJovem Campo – Saberes da Terra modificou a vida de muitos jovens e adultos, dando a oportunidade de retomar aos estudos.

Os alunos entendem que o ProJovem Campo é uma oportunidade para os camponeses, incentiva os jovens a permanecerem no campo, bem como a valorização da terra, da sua identidade, gênero e cultura. Incentivando a qualificação Social e Profissional do povo do campo e a motivação à permanência no lugar onde vivem, continuando suas origens no cultivo e preparo da terra para plantar.

Com essa pesquisa, foi possível analisar o olhar dos educadores da comunidade Japuara sobre o ProJovem Campo – Saberes da terra. Os professores entrevistados perceberam que, na EJA, compreendem uma deficiência muito grande, já que o educando inicia uma caminhada de estudos e, de repente, essa caminhada é interrompida porque a modalidade não tem uma continuidade.

Percebe-se que a história da EJA sempre foi assim, os educandos iniciam a caminhada de estudo e depois param, por conta de várias questões governamentais, ou o projeto perde a verba, ou o programa dura alguns meses e há a desistência do educando. Em relação à não continuidade das turmas, vários fatores podem influenciar nesses quesitos. Seria ótimo se os alunos terminassem o Ensino Fundamental e continuassem o Ensino Médio, para não perderem o ritmo do estudo.

Os conteúdos trabalhados foram motivadores para os alunos que não tinham conhecimento da escrita; era fácil para eles assimilarem a teoria da prática. Com relação à proposta curricular estar bem elaborada, ela atende à expectativa do ensino com a realidade camponesa.

Compreendendo que, para transformar a realidade é preciso conhecê-la, e nesse sentido está a contribuição da pesquisa, que nos ajuda a conhecer, colocando-nos em relação com os fatos (CALAZANS, 1999). Pesquisas que contemplem as características socioculturais da classe trabalhadora e suas lutas, que contribuam com a elevação da consciência dos oprimidos, para que, de fato, esses sujeitos atuem como seres humanos livres e conscientes de seu papel na sociedade, compreendendo a educação como possibilidade de emancipação humana e “prática da liberdade” (FREIRE, 2007).

Analisando a investigação, os educadores falaram que o projeto acabou por questão de falta de verba. Inclusive, os professores tentaram segurar as aulas, implantando uma horta na escola. São inúmeras dificuldades: a questão de pagamento, a discriminação entre outros professores do ensino regular. Podemos dizer isto porque eles falaram que os professores da EJA não trabalham, é só enrolação, mas, na verdade, o professor da EJA trabalha, dá o melhor de si e, acima de tudo, a maioria trabalha não por dinheiro, mas com amor à profissão.

No olhar dos professores da comunidade Japuara, a EJA é uma modalidade desvalorizada e desacreditada. Os problemas mais recorrentes são: falta de pagamento e transporte escolar para os alunos. Mesmo assim, acreditam que, com o passar dos tempos, possa ser que esta modalidade venha a ser valorizada, com melhores condições de ensino para jovens e adultos do campo.

No que diz respeito à relação entre educação e política, confirma-se a tese de que a mudança social deveria partir das massas e não de indivíduos isolados. Dessa forma, Freire (1997, p. 71) afirmou que “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Com isso, o autor apresenta alguns aspectos do que, para ele, constitui o que vem chamando de *Pedagogia do Oprimido*:

[...] é aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, e esta pedagogia se fará e refará. (1997, p. 43)

A essência da sua pedagogia é a libertação, a qual tem como caminho a práxis de sua busca. A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.

Quanto às expectativas sobre o ProJovem Campo, os professores falaram que foram atendidas, ficou a experiência, construíram um grau de amizade, formaram amigos, pessoas vividas, trocaram experiências. No entanto, isso fica na eternidade, as pessoas sempre irão lembrar e reencontrar os alunos com um patamar bem mais elevado, isso faz os professores se sentirem satisfeitos, porque fizeram parte na vida desses alunos.

Percebeu-se que as aulas do ProJovem Campo estão relacionadas com a realidade do lugar, utilizam a metodologia da pedagogia da alternância, tempo-escola e tempo-comunidade, que os alunos aprendem na prática a fazer uma colheita e outros serviços agrícolas. O ProJovem Campo contribui com o melhoramento do conhecimento para uma

educação campestre, também trabalha a territorialidade, a questão cultural e a manutenção dos jovens no campo e também fortalece a agricultura familiar.

Os professores mencionam que a proposta do programa é boa, trabalha embasada por eixos temáticos. Em todas as aulas, os conteúdos são voltados para a realidade do campo, uma proposta que os educandos aprendem a ler e a escrever e vivenciam o trabalho do campo na prática em sala de aula, em tempos alternados. Outra questão é acerca do sustento e geração de renda para a família camponesa: os professores ajudaram no pensamento de melhorar a questão financeira no campo, na inserção do aperfeiçoamento do plantio e do cultivo do preparo da terra.

As dificuldades para a geração de renda são por causa da falta de água e financiamento para os agricultores, mas podemos afirmar que o ProJovem Campo teve grande participação na área de conhecimento para o campo e para a produção, contemplada pelo professor das Ciências Agrárias. O ProJovem Campo – Saberes da Terra proporcionou aprendizagem para a vida dos educadores e para a manutenção dos camponeses em sua terra.

Trouxe oportunidade para o povo camponês com uma política de Educação, uma conquista de muitas lutas. Percebeu-se que o projeto melhorou a vida dos professores em todos os aspectos: social, pessoal e profissional. Foi um benefício, no qual obtiveram conhecimentos, aprenderam a valorizar o outro, desde a convivência com o aluno na sala de aula, até para o conhecimento prático e interpessoal.

Observou-se que o ProJovem Campo é uma política pública de grande valia e que seria importante que os governos se envolvessem e implantassem o ProJovem Campo Ensino Médio, para que esses alunos que terminarem o Ensino Fundamental pudessem dar continuidade aos estudos. Que os políticos, os governantes possam proporcionar para o povo do campo algo que eles sonham, que é concluir os estudos e ingressar na universidade.

Para a conquista desta política pública, é preciso que os governantes se unam para garantir a continuidade dos estudos aos jovens e adultos do campo e que proporcionem a reforma agrária efetiva, de modo que estes possam continuar a vida no campo, fortalecendo a sustentabilidade das pessoas daquele lugar.

No que diz respeito à metodologia da alternância, ela se desdobra com o cotidiano dos jovens do campo. O aluno aprende cada vez mais a se conhecer e a conhecer o potencial que tem no campo, pois, muitas vezes, o próprio aluno não conhece o que ele pode fazer no campo e que ele tem todas as ferramentas de fazer no seu terreno e não sabe como colocar em prática de ensino e aprendizagem. Porque os alunos vão se descobrindo como jovens do



campo, trabalhando o desenvolvimento, a identidade deles que lidam com a terra, que é sua origem.

Os alunos têm levado para suas casas as práticas do tempo-escola e construído com suas famílias modelos de conhecimentos que são compartilhados em sala de aula. Com isso, o que se aprende e se compartilha em casa volta para a escola. Os saberes vão além dos conteúdos específicos, pois se inserem no cotidiano.

No caminho trilhado no ProJovem Campo, na comunidade Japuara, houve diversas dificuldades. A primeira delas foi colher os alunos para participar do programa: a faixa etária, transporte escolar, merenda e outros desafios, como a questão financeira, atraso do benefício do aluno, a pequena bolsa que eles recebem mensalmente, que, muitas vezes, tornou-se resistente.

No que se refere à visão dos educadores sobre a modalidade EJA, antes de trabalhar nela, era diferente da visão de agora. Pensavam que a EJA não trazia conhecimentos para o professor, mas, hoje, sentem que a modalidade é rica de diversidade, trocas de experiências, conhecimento profissional, e afirmam que se identificaram muito.

Hoje, a EJA é a modalidade que mais sentem prazer em lecionar. Porque essa modalidade faz com que o docente passe a conhecer a vida do aluno, até enxergar outra visão sobre o mesmo. Algumas modalidades só percebem os conteúdos em si, mas não enxergam o que o aluno passa no seu cotidiano, que tudo isso reflete na aprendizagem.

Os educadores perceberam, ao lecionar na modalidade EJA, que os educandos são capazes e que realmente deve ser uma aula diferenciada, não pode ser o mesmo ritmo que uma aula regular, pois os alunos aprendem no seu ritmo, no seu tempo, para obter o conhecimento, devido a muitos anos sem estudar.

Percebe-se que o programa é uma ação transformadora consciente que o sujeito promove desde sua realidade. A ação como ponto de partida, de maneira consciente, pede reflexão, que conduz para uma nova forma de criar a oportunidade, de fazer de um novo jeito.

Os professores entrevistados não conheciam a modalidade antes de ingressar no ProJovem Campo. Hoje, sentem que os governantes deveriam empregar melhor estes programas no campo para jovens e adultos, já que existem até senhores e senhoras de idade que não sabem escrever o próprio nome.

Até hoje, o poder público não incentiva as pessoas do campo a estudar. Muitos programas foram fechados e os alunos que gostariam de continuar se sentem inúteis, por não terem condições de ir para a cidade. Ainda o nível de analfabetismo é grande, por mais que alguns tenham ido para a cidade. No entanto, acreditamos que se deveria buscar uma forma de

fazer um diagnóstico da cidade e levantar esses dados de analfabetismo na região, pois, no campo, ainda são necessários investimentos para sua efetivação.

Acerca dos principais problemas que afetam a frequência dos jovens no programa, de acordo com os professores, é a questão financeira, ter que estudar e, ao mesmo tempo, trabalhar, porque na comunidade Japuara a renda da comunidade, em geral, é de: bolsa família, aposentadoria, auxílio doença e a cerâmica – e muitas dessas cerâmicas fecharam. Alguns jovens foram para a cidade procurar emprego, outros foram para São Paulo. Outros motivos foram problemas familiares, conflitos com filhos, problema de gravidez na adolescência.

Os pontos positivos do programa são o retorno aos estudos: alunos que deixaram a sala de aula a mais de 10 anos e com o ProJovem Campo retornaram a estudar. Na turma, havia uma mulher da comunidade que veio atrás de estudar e com 50 anos de idade está terminando o ProJovem Campo com muita determinação.

Observa-se que existem, no olhar dos docentes, pontos positivos, como crescimento profissional tanto para o professor como para o educando. Os educandos poderão cursar o Ensino Médio e pretendem fazê-lo pelo ProJovem Campo. Esperam que o Ensino Médio para o campo venha para a comunidade.

Para os educadores, o programa trabalha muito bem a questão do desenvolvimento socioeconômico, a questão da sustentabilidade, a questão da preservação ambiental. Dizer que, para as políticas públicas, seria de grande valia que os governos se envolvessem e implantassem o ProJovem Campo Ensino Médio. E esses alunos que terminarem o Ensino Fundamental possam dar continuidade, pois, para o povo do campo, eles sonham, eles querem chegar a uma universidade.

Concluiu-se que o ProJovem Campo ajudou o aluno a descobrir sua identidade juntamente com o grupo, partilhando suas experiências e vivências, interagindo o conhecimento adquirido, promovendo interação aos alunos.

Observou-se que os professores trabalham de forma dinâmica, interativa e motivadora, utilizam a metodologia da pedagogia da alternância em dois tempos: tempo-escola e tempo-comunidade. As aulas ministradas pelos educadores possuem uma linguagem fácil e prática, onde os alunos compreendem e aplicam os conteúdos em sala.

Percebeu-se, através das observações feitas em sala de aula, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, como programa, reconhece a Educação de Jovens e Adultos como um espaço de visibilidade, de direito, de desenvolvimento cultural local e de suas manifestações e, neste sentido, desenvolve suas atividades didático-pedagógicas. É notório

que muitos jovens e adultos procuram possibilidades de voltar a estudar e trazem consigo expectativas em relação a esse processo.

Vimos que as práticas pedagógicas estão relacionadas aos saberes trazidos pelos educandos, a partir de suas vivências e trabalhadas em forma de conceitos e conteúdos sistematizados.

É preciso entender que o papel dos Educadores do Campo é ajudar “[...] a construir uma visão de mundo significa em primeiro lugar fazer o inventário das concepções que educandos e educadores carregam em si” (CALDART, 2005, p. 31).

Além disso, o trabalho da “[...] educação deve nortear-se pelo trabalho com os processos de percepção e de formação de identidades, ajudando a pessoa a construir a visão que tem de si mesma e das pessoas ao redor de si, de sua cultura, dos movimentos sociais, de povo, de nação” (CALDART, 2005, p. 31).

No que diz respeito ao olhar dos alunos sobre o ProJovem Campo, foi possível analisar de fato os educandos, considerando como pontos positivos a aprendizagem na leitura e na escrita, nas aulas de português e matemática, na preparação do plantio e na permanência dos jovens no campo. As aulas incentivaram aos jovens e adultos agricultores a pensar e valorizar a terra, o solo, a cultura local.

Destacaram também que o ProJovem Campo – Saberes da Terra contribuiu para o sustento e geração de renda para a família e também colaborou na aprendizagem na área das Ciências Agrárias, de como cuidar do solo e plantar e na criação de animais.

Os educandos estão cultivando diversidades de plantas, devido às aulas do ProJovem Campo. O programa incentivou os alunos a produzir, a buscar a uma sustentabilidade no campo. Acredita-se que estas práticas de plantio e de cultivo contribuem para a manutenção desses alunos na comunidade.

Vimos que, na opinião dos educandos, o ProJovem Campo possui uma proposta de estimular a qualificação profissional implantada nesse programa, ligada à extensão rural, envolvendo indiretamente as escolas do campo, criando expectativas de transformação para as áreas rurais, tendo a família como base material.

O ProJovem Campo traz o desenvolvimento das comunidades e na modalidade na Educação de Jovens e Adultos, em os dois períodos: tempo-escola e tempo-comunidade, aspectos que atuam conjuntamente, o aspecto social, na teoria que estudam os conteúdos para a sustentabilidade da agricultura familiar, e o aspecto produtivo, com o incentivo à produção e à qualificação profissional.

Percebe-se, na visão dos educandos, que o programa ajudou muito. O ProJovem Campo é um programa incentivador para quem quer permanecer no campo. Todos os educandos da comunidade Japuara gostam do programa e se interessaram bastante pela aprendizagem. O mesmo desperta nas pessoas o gostar pelo campo e intensifica o desejo de continuar no lugar onde estão, as raízes culturais e os saberes do campo. O ProJovem Campo propõe um trabalho com Currículo Integrado .

Os benefícios da pesquisa estão relacionados à contribuição do ProJovem Campo na contribuição da valorização na Educação do Campo, na cultura, na identidade dos povos camponeses, além de contribuir com o resgate de jovens para continuar a vida no campo.

Portanto, o programa estimula a convivência com o semiárido, esclarece a importância de aprender que esta convivência é relevante para os jovens, cuidar da água e do solo, pois, sem água, não há como ter vida. É sabido que na região nordeste, onde se encontra a Comunidade Japuara, há dificuldades de água e, por isso, torna-se significativo o reaproveitamento da água das louças para aguar as planta, reutilizar a água corretamente, fazer a coleta do lixo, em suma, a importância de cuidar da água e do meio ambiente.

Para os educandos, a Educação ajuda as pessoas a descobrir o profissionalismo, já que abre portas para o ingresso ao mercado de trabalho. Entende-se que a escola é a chave para o sucesso de um jovem, é o futuro dele em busca do conhecimento através dos estudos. Educação é tudo que um pai pode deixar para os filhos.

Nota-se que os educandos falaram que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é considerado uma oportunidade para o retorno à escola, que pretendem concluir o Ensino Fundamental e fazer também o Ensino Médio pelo ProJovem. Esperam que o ProJovem Campo Médio venha para a comunidade Japuara, porque é um programa que motiva e trabalha a agricultura familiar, a economia solidária e a sustentabilidade do campo. Incentiva os jovens a estudar e a trabalhar no campo, a produzir agricultura familiar sem agrotóxicos, a buscar o sustento da terra saudável para alcançar uma vida longa.

Percebe-se, no olhar dos educandos, que o ProJovem Campo contribuiu, em diversos aspectos, principalmente na “vida”, na produção da horta e na escola, além de melhorar a autoestima. Colocaram que não querem parar de estudar, sentem-se mais confiantes, mais ousados em busca de seus objetivos. O ProJovem Campo mostra justamente esse início de uma trajetória de debates sobre o significado de experiências e da construção do direito a uma Educação do Campo.

A Educação do Campo possibilita olhar o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social e projeta seus sujeitos como protagonistas da história.

A metodologia tempo-escola e tempo-comunidade, que o ProJovem Campo adota, é importante e ajuda bastante na teoria e na prática. Os alunos aprenderam muito no tempo-escola, faziam as atividades e, no tempo-comunidade, aprendiam como plantar, uma prática complementa a outra. Os educandos desenvolveram bem as leituras propostas nas aulas e, na área produtiva, aprimoraram a preparação da terra. Percebe-se que a metodologia do ProJovem Campo é uma proposta inovadora, pois vivenciam os dois espaços na escola.

As dificuldades que enfrentaram para participar das aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra eram devido à distância da casa para escola, às chuvas, ou aos filhos adoecidos. Em relação ao olhar dos educandos do ProJovem Campo para a permanência do estudante no campo, os participantes ficaram incentivados com o ProJovem, ele deu muita força, através das aulas e dedicação dos professores, além de contribuir no seu crescimento pessoal e profissional.

Observamos aqui que há uma convergência de pensamentos, pois tanto alunos como professores perceberam o ProJovem Campo – Saberes da Terra como positivo na aprendizagem da leitura e da escrita, nas aulas tempo-escola e tempo-comunidade, na área das Ciências Agrárias, na preparação do plantio e na permanência dos jovens no campo. Além de incentivar os jovens agricultores a pensar e a valorizar a terra, o solo e a busca do sustento e geração de renda para a família, bem como a convivência com o semiárido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os educadores, o ProJovem Campo – Saberes da Terra proporcionou aprendizagem para a sua vida e a dos educandos. O programa trouxe contribuições para a vida social e profissional, gerando oportunidade para o povo camponês, com uma política de Educação, conquista de muitas lutas.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra possibilitou ao camponês se apropriar de mecanismos que lhe permitisse construir um saber, a partir do qual passou a refletir e a analisar sua própria realidade, não aceitando os processos de dominação/opressão a que historicamente os povos do campo são submetidos.

Assim, mesmo com problemas que aconteceram no projeto, como falta de verba, isto não impediu dos educandos continuassem indo à escola. Sabemos que as aulas do ProJovem Campo estão relacionadas com a realidade do campo e o modo os educadores utilizam a metodologia da pedagogia da alternância, tempo-escola e tempo-comunidade, que os alunos aprendem na prática a fazer uma colheita e a plantar de forma correta.

Tanto no olhar dos educandos como no dos educadores, entendeu-se que o ProJovem Campo contribui para o melhoramento do conhecimento para uma educação campesina, também na territorialidade, a questão cultural e a manutenção dos jovens no campo. Os participantes da pesquisa afirmaram que a metodologia da alternância colaborou muito no processo de ensino e aprendizagem.

Acredita-se que, assim, os alunos vão se descobrindo como jovens do campo, trabalhando o desenvolvimento e a identidade deles que trabalham com a terra, que é sua origem.

Observa-se que “[...] partindo do pressuposto de que a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica considerando a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, mais amplamente, com formação do campo” (MOLINA, 2004 b, p. 18).

A educação do campo propõe a continuidade da construção da realidade dos próprios sujeitos às quais é direcionada, de acordo com Molina (2004b), “[...] identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; e seguir na construção pedagógica da educação do campo”. Dentro dessa perspectiva, é que devemos orientar nossas atividades.

Conclui-se que os educandos percebem o ProJovem como sendo uma oportunidade para a vida do agricultor a retomar os estudos e a conscientizar-se da

importância de valorizar a cultura e suas origens. É preciso destacar, porém, as vivências e práticas cotidianas, incluindo a prática educacional analisada nesta dissertação.

Tanto no olhar dos educandos como na visão dos educadores, o ProJovem Campo – Saberes da Terra tem uma proposta de incentivar a qualificação profissional implantada nesse programa, ligada à extensão rural, envolvendo, indiretamente, as escolas do campo, criando expectativas de transformação para as áreas rurais, tendo a família como base material. O ProJovem Campo traz o desenvolvimento das comunidades e, na modalidade na Educação de Jovens e Adultos, em que os dois aspectos atuavam conjuntamente, o aspecto social na teoria, em que estudam os conteúdos para a sustentabilidade da agricultura familiar, e o aspecto produtivo, com o incentivo à produção e à qualificação profissional.

Nesse sentido, a visão dos educandos é de que o programa os ajudou muito, no que diz respeito a incentivar, trabalhar a realidade do campo e a permanência no campo para quem quer permanecer nele. Além de despertar nas pessoas o gostar do campo, isso intensifica o desejo de continuar nesse lugar.

Dessa forma, acredita-se que é possível a continuidade dos estudos dos educandos no ENSINO MÉDIO, que o pretendem fazer pelo ProJovem Campo. Esperam que os governantes possam trazer o ProJovem Campo Médio para a comunidade. Percebe-se que o programa trabalha muito bem a questão do desenvolvimento socioeconômico, a questão da sustentabilidade e da agricultura familiar.

Para os educandos, o ProJovem Campo ajuda a descobrir o profissionalismo, abre portas para o ingresso ao mercado de trabalho. Entende-se que a escola é a chave para o sucesso de um jovem, é o futuro na busca do conhecimento através dos estudos. Educação é uma riqueza que um pai pode deixar para os filhos.

Nota-se que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é considerado uma oportunidade de retorno para aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de ir à escola e pretendem concluir o Ensino Fundamental e fazer também o Ensino Médio. O ProJovem Campo veio para a comunidade Japuara, porque é um programa que incentiva a trabalhar a agricultura familiar, a economia solidária e a sustentabilidade do campo. Incentiva os jovens a estudar e a trabalhar no campo, a produzir agricultura familiar sem agrotóxicos, a buscar seu sustento da terra saudável para alcançar uma vida longa. Percebe-se, no olhar dos educandos, que o ProJovem Campo contribuiu em diversos aspectos: na vida, na produção da horta, e na escola, além de melhorar a autoestima.

Nesse sentido, os educadores do campo devem ter uma formação específica para atuar nesta área e atender às necessidades dos educandos do campo e não ter uma mentalidade

da educação urbana. Esses educadores devem adotar currículos específicos, calendários que atendam à disponibilidades dos educandos, Projeto Político-Pedagógico que seja adequado aos integrantes do campo.

Mas é interessante que tenhamos uma política de continuidade dos programas de jovens e adultos para o campo. A fim de oportunizar, quem sabe, o ProJovem Campo Médio e uma possível graduação em Educação do Campo para os jovens e adultos, aqueles que não têm condições de estudar de dia, por terem filhos pequenos.

Afinal, ressalta Caldart (2004, p. 110), que uma escola de campo não se configura em um tipo diferente de escola, mas é a escola reconhecendo e ajudando os povos do campo como sujeitos sociais, pois entende que “[...] ajudar a construir escolas do campo, é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos organizados e em movimento”.

Caldart (2002b) enfatizar ainda que construir uma escola do campo implica em estudar para viver no campo, com o objetivo de inverter a lógica de que se estuda para sair do campo. Essa escola do campo deverá se constituir no lugar no qual os jovens e adultos sintam orgulho da sua origem.

Mesmo diante de várias dificuldades para a manutenção do ProJovem Campo – Saberes da Terra na comunidade Japuara, os resultados da pesquisa consideram-no como um ganho para toda a sociedade, dando ênfase à sua metodologia transformadora e participativa e, especialmente, por se tratar de um fato novo, um consistente desafio à mudança que modifica padrões e conceitos, deixando, para alguns, a tônica da rejeição e resistência em sua efetivação, decisões pessoais que têm sua origem na formação política de cada indivíduo.

Considerando todas as dificuldades inerentes ao programa, existem pontos positivos no que se refere à formação do educando: a motivação, o ideal de educar e ser educado, união, persistência, a dificuldade com que se deslocam de suas comunidades em busca da formação no Ensino Fundamental. Os educandos sentem-se seduzidos para trabalhar no campo.

Identifica-se, assim, que os resultados da pesquisa evidenciam que alunos, professores, direção, governo, movimentos sociais, entre outros, manifestam-se sobre a implantação do ProJovem Campo Médio. Educandos em seu próprio ambiente, a conquista da educação do campo passa a ser referência para infinitas possibilidades educacionais, consoante ao respeito pelos valores e pela identidade singular de cada um.

Muitos depoimentos coletados confirmam as diferenças do sujeito do campo, não em relação ao sujeito urbano, mas em relação à sua própria vivência, no desejo de manter viva



a memória da terra, de manter-se nela e de produzir. Ainda que muitos professores não façam parte dos movimentos sociais, a determinação em proporcionar essa formação, considerando a especificidade do campo, é um desafio que atende aos projetos dos movimentos sociais do campo e às necessidades dos homens e mulheres que os faz ir à busca do aprendizado para que possam, também, aprender e ensinar nos outros cursos onde atuam.

A busca da especificidade na educação dos povos do campo requer lutar pelo novo, a exemplo de como outros homens e mulheres lutaram pela implementação de uma pedagogia. Esta, ainda que não seja perfeita em todos os atendimentos, com relação às necessidades de formação dos seus alunos, vem sofrendo alinhamento e complementações em sua evolução, adaptando-se e aprimorando-se de acordo com o ambiente de aplicação, possibilitando continuamente a descoberta de elementos novos que precisavam ser aprendidos e divulgados.

Ao longo das análises, pode-se afirmar que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, como um fato palpável e concreto, ainda que tímido, engloba jovens e adultos em uma educação diferenciada que respeita a especificidade do campo e que faz jus aos objetivos traçados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra por Educação do Campo.

A história da educação tem revelado estágios e evoluções ao longo do tempo. O ProJovem Campo está se tornando um capítulo novo nessa história e tem como diferencial a iniciativa dos homens e das mulheres do campo na luta pela sua identidade e pelo direito de acesso à educação.

Nenhum dos pontos aqui dispostos, portanto, podem ser considerados definitivos, visto que uma das razões dos movimentos sociais é justamente o movimento, o buscar sempre. Inserido a eles, esta perspectiva educacional do campo está ainda no começo, depende de políticas públicas da educação para melhorar, expandir, e de formação adequada dos professores para atuarem na educação específica do campo. Sobretudo, precisa de conhecimento e, assim, do comprometimento dos professores com os povos que vivem e trabalham no campo.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A experiência educativa de uma casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2005.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Por um tratamento público da educação do campo. *In*: JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de; CASTAGNA, Molina Mônica (org.) **Por uma educação do Campo**, Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. n. 5, p. 91-108,
- ARROYO, Miguel Gonzáles; *et al.* **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. 128 (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Escola: terra de direito. *In*: ANTUNES – ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (Org.). **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada**. Coleção Caminhos da Educação do Campo v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BARROS, Sousa Blaudes. **Japuara: um relato das entranhas do conflito**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 2. Brasília, 2013.
- BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Introdução ao direito educacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 2004.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. MEC. CNE/CEB. Resolução 01/02 – **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, 2002.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001. Congresso Nacional. Decreto nº 5154/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Cadernos SECAD: educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.**, Brasília, DF : Ministério da Educação, v.2, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2007b.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Coleção cadernos pedagógicos do ProJovem campo-saberes da terra: percurso formativo.** Brasília: MEC, 2008a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com qualificação Social e Profissional para Agricultores Rurais. **Coleção cadernos pedagógicos do ProJovem Campo: saberes da terra: projeto político-pedagógico.** Brasília, DF,: Ministério da Educação, 2008b.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PDE. Programa Escola Ativa. **Orientações Pedagógicas para a formação de educadores e educadoras.** Brasília, 2008c.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. /NEAD. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento.** Brasília, 2008d.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Projeto base: ProJovem Campo – Saberes da Terra.** Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com qualificação Social e Profissional para Agricultores Rurais. **Coleção cadernos pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra: Agricultura, Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia.** Brasília, DF, 2010a.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Decreto Lei 7352/10. **Diário Oficial da União,** Brasília, Seção 1, p. 1., 5 nov. 2010b.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2007. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO.** Brasília, 2012.

BOGO, Ademar. **A Educação do Campo em tempos de produção de mercadorias especiais.** I Seminário Internacional de Educação do Campo da UFRB. Amargosa, BA, 4 a 6 de setembro de 2013.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In:* KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Brasília: Articulação Nacional. DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, R. S. Pedagogia da Terra: formação de identidade e identidade em formação. [Porto Alegre], **Cadernos do ITERRA, Veranópolis, RG,** v. 2, n. 6, 2002.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. *In*: **Cadernos Temáticos: educação no campo**. Curitiba: SEED-PR, 2005. p. 23-34.

CALDART, R. S. **Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CALAZANS, J. (Org.). **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico**. São Paulo: Cortez, 1999.

CALAZANS, Maria Julieta Costa; *et al.* Questões e contradições da educação rural no Brasil. *In*: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE DIAS, Juan. **Educação rural no terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CARVALHO, H. M. O camponês no capitalismo atual. **Revista Sem Terra**, Goiânia, Ano V, n. 19, p.16-19, abril/junho 2003.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2006. 444f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, Curitiba, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DALMAGRO, Sandra. **A escola no contexto das lutas do MST**. Tese. 2010, 312f. (Doutorado em Educação). UFSC: Florianópolis.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 2000. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/35>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

DUBAR, C. **Para uma teoria sociológica da identidade**. Em A socialização. Porto Editora, Portugal. 1997.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 24, n. 68, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

- FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. M. S. T. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2º. ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- FONSECA, A. M. **Contribuições da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento sustentável: trajetórias de egressos de uma Escola Família Agrícola**. 2008.180f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.
- FURTADO, Eliane Dayse. **Um estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. . *In: Proyecto FAO-UNESCO-DGCS/ITÁLIA-CIDE-REDUC. Educación para la Población Rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguay y Perú*. Roma, Itália: FAO, p.45, 2002.
- GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Editora, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Tradução Thierry de Bughgrave. Coleção AIDEFA – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de reorientação. *In.: SEMINÁRIO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, I, 1999, Salvador. Anais....* 1999.
- GOULART, M. R. **Educação do campo: a pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural de São José do Cerrito**. Lages: Grafine, 2010.
- INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA: manual de operações**. Brasília, 2001.

SILVA JÚNIOR, Fernandes da; BORGES NETTO, Mário. Caderno temático: cultura e educação do campo. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, São Carlos, SP, v.5, p. 45-6,. 2011.

KOLLING, Edgar, NERY. Ir.; MOLINA, Mônica. (Org.) **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UnB, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 01).

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a Educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MENEGUZI, F. *et al.* Relato de experiências e reflexões – Equipe Praça Rica. *In*: SCARIM, P. C.; OLIVEIRA, E. C. de (Org.). **Experiências que brotam da terra**: as reflexões e vivências dos educadores e educadoras. Capixaba. Vitória: GM Editora, 2012b. p. 173-194 Coleção ProJovem Campo Saberes da Terra.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: por uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de., **Por uma educação do campo**. 5. Brasília, DF, 2004. Projeto Político-Pedagógico, polo 04, p. 7.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. **Educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: UnB, 2004.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5.

OLIVEIRA, M. A.; DALMAGRO, S. L. A questão agrária, a educação do campo e os projetos em disputa. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 94-119, jul./dez.2014.

PLACCO, V. M. N. S. Um estudo de representações sociais de professores do Ensino Médio quanto à AIDS, às drogas, à violência e à prevenção: o trabalho com grupos focais. *In*: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. **Experiência e representação social**: questões teóricas metodológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 295-314.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/campo: projeto em disputa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, V. 34, n. 1, p. 027-045 jan/abr 2008.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação na formação de agricultores: a pedagogia da alternância. In: **ANPED-SUL**. 2006. Santa Maria. UFSM, 2006 a. 10p.

RODRIGUES, J. A. **Práticas discursivas de reprodução e diferenciação na pedagogia da alternância**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROSA, J. F. B. *et al.* Relato de experiências e reflexões - Comunidade Córrego Farias. In: SCARIM, P. C.; OLIVEIRA, E. C. de (Org.). **Experiências que brotam da terra: as reflexões e vivências dos educadores e educadoras**. Vitória: GM Editora, 2012, p. 327-357. Coleção ProJovem Campo Saberes da Terra Capixaba.

SAPELLI, Marlene. **Escola do campo – espaço de disputa e de contradição: análise da proposta pedagógica das Escolas Itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina**. Tese. 2013, 337fl. (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA. Maria A. Moraes. Rio Paraíso: o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFGS, 2003.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo alternância ou alternâncias?** Viçosa: UFV, 2003.

SILVA. José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

TEIXEIRA, Edival Sebastião. COSTA. Daniana de A. A modelagem matemática como uma estratégia de ensino na pedagogia da alternância. **Revista de Educação**, Santa Maria – RS, v.. 04, n.. 4, p. 283-295, jul./dez. 2007.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, agosto 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/02.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S; PAES-SOUSA, R. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília: Unesco, 2006.

VENDRAMINI, Celia. A Educação do Campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. In: COUTINHO, A. F. **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo**. São Luís: Edufma, 2009.

WOLFF, Eliete Ávila. A educação do campo e movimentos sociais presentes na pedagogia da terra. In: ANPED SUL, SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL VI, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



**APÊNDICE A – PAUTA DE OBSERVAÇÃO DA ATIVIDADE DE APLICAÇÃO  
PRÁTICA**

Coordenador(a): \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Professor(a): \_\_\_\_\_

Disciplinas: \_\_\_\_\_

Conteúdo: \_\_\_\_\_

Atividade: \_\_\_\_\_

1) Foco da observação:

---

---

---

2) Atividades realizadas:

---

---

---

3) Registro reflexivo da observação de aula de campo.

a) Qual foi a atividade proposta aos alunos?

---

---

---

b) Relatar uma atitude do docente que considerei positiva a esse respeito, comentando os motivos da minha escolha.

---

---

---

**Após a observação:**

c) Considerações finais da observação da aula de campo.

---

---

---

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL AOS PROFESSORES**

1. Qual a sua opinião sobre o ensino na EJA? Você sugeriria alguma mudança?
2. Quais as principais dificuldades do professor da EJA?
3. Sobre as expectativas sobre o ProJovem, elas foram atendidas?
4. Você acha que as aulas do ProJovem estão relacionadas com a realidade do campo? De que modo?
5. O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem contribuído para o sustento e geração de renda para a família camponesa?
6. O ProJovem Campo – Saberes da Terra lhe proporcionou aprendizagem para a sua vida?
7. Os saberes adquiridos no programa contribuíram para a sua melhoria de vida?
8. Você acha que a metodologia da alternância colabora com o cotidiano dos jovens do campo? De que modo?
9. Quais os desafios enfrentados no funcionamento do ProJovem Campo – Saberes da Terra?
10. Que visão você tinha da EJA antes de trabalhar nessa modalidade? E qual a sua visão agora?
11. Quais os principais problemas que afetam a frequência dos jovens no programa?
12. Quais os pontos positivos do programa?

## ANEXO A – A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO

A legislação educacional brasileira apresenta uma sólida base legal para a instituição de políticas públicas diferenciadas, destinadas ao atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no campo. Construir um Projeto Político-Pedagógico que possa inserir o calendário escolar às condições climáticas e ao ciclo agrícola, contextualizar a organização curricular e as metodologias de ensino às características e realidades da vida dos povos do campo são determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Desse modo, o presente Programa fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96. Em seu Art. 4º, a referida lei estabelece que: O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...]

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

A LDBEN determina em seu Art. 5º que “[...] o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo”. Para assegurar a obrigatoriedade escolar, o poder público deverá criar “[...] formas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior” (Art. 5º § 5º). É garantido ainda na LDBEN em seu Art. 37 que “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Nos parágrafos desse artigo são estabelecidos que:

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 2009. p. 23)

Reconhecendo as especificidades da Educação do Campo, a referida Lei estabelece no seu Art. 28º que: Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação ao trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996. p. 23)

Sobre as formas de organização da Educação Básica, a lei prevê, em seu Art. 23:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. § 2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (Art. 23º). (BRASIL, 2009. p. 24)

Esse aspecto é de fundamental importância para a integração entre trabalho e escolarização, pois possibilita a permanência dos estudantes na escola, o que torna a adequação do calendário escolar um fator significativo para o acesso e progressão dos estudantes no sistema educacional, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004 que regulamenta os artigos de 39 a 41 da LDBEN.

Estabelece ainda o § 2º do Art. 3º do mesmo Decreto:

Os cursos mencionados [...] articular-se-ão preferencialmente, com cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho. (BRASIL, 2009, p. 25)

O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) prevê que o Estado deve:

- Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
- Assegurar, até o final da década, a oferta de curso equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.
- Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado a clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos.
- Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos.
- Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos. (BRASIL, 2009, p.25)

**ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA**